



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVIII Nº 32, TERÇA-FEIRA, 14 DE MARÇO DE 2023

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL)

2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - (cargo vago)

2º - (cargo vago)

3º - (cargo vago)

4º - (cargo vago)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho

Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

| | |
|---|----|
| 1 – ATA DA 8ª SESSÃO, ESPECIAL SEMIPRESENCIAL, EM 13 DE MARÇO DE 2023 | |
| 1.1 – ABERTURA | 9 |
| 1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO | |
| Destinada a comemorar o centenário de criação do Hospital Misericórdia de Vila Itoupava, de Blumenau (SC), nos termos do Requerimento nº 663/2022, do Senador Esperidião Amin e outros Senadores. ... | 9 |
| 1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro | 9 |
| 1.2.2 – Exibição de vídeo institucional | 9 |
| 1.2.3 – Discurso do Presidente (Senador Esperidião Amin) | 9 |
| 1.2.4 – Oradores | |
| Sr. Ivan Naatz, Deputado Estadual do Estado de Santa Catarina | 10 |
| Sr. Mário Hildebrandt, Prefeito de Blumenau | 11 |
| Sr. Hellmuth Danker, Presidente do Hospital Misericórdia | 13 |
| Sra. Vânia de Oliveira Franco, Secretária Executiva de Articulação Nacional do Estado de Santa Catarina | 15 |
| Sr. Maurício Goll, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Blumenau | 16 |
| Sr. Leandro Arthur Rodrigues da Silva, Intendente Distrital da Vila Itoupava | 17 |
| 1.2.5 – Execução do Hino do Estado de Santa Catarina | 19 |
| 1.3 – ENCERRAMENTO | 19 |
| 2 – ATA DA 9ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 13 DE MARÇO DE 2023 | |
| 2.1 – ABERTURA | 21 |
| 2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE | |



2.2.1 – Oradores

| | |
|--|----|
| Senador Eduardo Girão – Destaque para o pedido assinado pelo Procurador Regional Eleitoral Substituto do Ceará, Edmac Lima Trigueiro, de cassação e inelegibilidade, por oito anos, do Governador, da Vice-Governadora e do Senador licenciado Camilo Santana, atual Ministro da Educação. Lamento pela situação da segurança pública do Estado do Ceará, que possui a capital Fortaleza na 31 ^a posição de cidade mais violenta do mundo. Críticas sobre o aumento no número de secretarias e impostos estaduais, incluindo a cobrança de taxa sobre fardamento. | 21 |
| Senador Jorge Kajuru – Receio de que o projeto de lei que visa a promover a igualdade salarial entre homens e mulheres que exerçam a mesma função possa implicar na redução do número de mulheres contratadas. Preocupação com o aumento do trabalho análogo à escravidão no Brasil nos últimos anos. | 24 |
| Senador Confúcio Moura – Considerações sobre a importância do Congresso Nacional regulamentar o uso terapêutico do canabidiol (CBD), no Brasil. Destaque para a importância da formação e valorização dos professores no País. | 26 |
| Senador Chico Rodrigues – Preocupação com os brasileiros que migram para Portugal e sofrem dificuldades financeiras. Relato da viagem de S. Exa. em missão oficial autorizada pelo Senado Federal ao país mencionado. | 31 |
| Senador Izalci Lucas – Preocupação com os impactos de decisão do TCU, publicada no Diário Oficial, que determina a suspensão do pagamento de auxílio-moradia acima da tabela original pelo Governo do Distrito Federal aos militares do Distrito Federal e impõe o ressarcimento dos recursos pagos. Comentários sobre o auxílio-moradia no Governo do Distrito Federal e acerca da defasagem na remuneração dos policiais e bombeiros do Distrito Federal. Defesa do projeto de lei que busca a equiparação salarial entre homens e mulheres. Considerações sobre a proposta de criação da CPMI dos atos de 8 de janeiro de 2023. Necessidade da priorização da educação como política pública, assim como a saúde e a segurança pública no País. Defesa da aprovação da reforma tributária. | 34 |
| Senador Paulo Paim – Relato sobre a participação no seminário “Trabalho decente, sim! Trabalho escravo, não!”, que ocorreu na Câmara de Vereadores de Caxias do Sul (RS). Registro de que no Município de Uruguaiana (RS) foram encontrados 56 trabalhadores em regime análogo ao trabalho escravo em lavouras de arroz. Defesa do Projeto de Lei nº 859/2023, de autoria de Sua Exa., que dispõe sobre os contratos de terceirização por pessoas jurídicas de direito privado e as relações de trabalho deles decorrentes. Apresentação de uma carta com sugestões feitas pelos participantes do seminário que será enviada aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Destaque ao Projeto de Lei nº 1053/2023, que inscreve, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, os nomes dos quatro servidores do Ministério do Trabalho que foram assassinados enquanto estavam cumprindo o dever funcional de resgate de trabalhadores sob o regime de escravidão no município de Unaí (MG). Reflexão sobre a importância dos direitos humanos serem tratados de forma adequada na sociedade brasileira. | 37 |
| Senador Esperidião Amin – Destaque à sessão especial, promovida pelo Senado Federal, em homenagem ao centenário do Hospital Misericórdia de Blumenau (SC). Preocupação com a regulamentação da temporada de pesca no Estado de Santa Catarina e manifestação sobre a necessidade de diálogo entre o Ministério da Pesca, o Ministério do Meio Ambiente e demais interessados no assunto. | 41 |
| 2.2.2 – Convocação de sessões | |
| Convocação de sessão especial para 14 de março de 2023, às 9 horas, destinada a celebrar o Dia Internacional da Mulher e o Marco Legal da Primeira Infância; e de sessão deliberativa ordinária para 14 de março de 2023, às 14 horas. | 44 |
| 2.3 – ENCERRAMENTO | 44 |

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 8ª SESSÃO

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Documentos encaminhados à publicação

Senador Esperidião Amin - Documentos encaminhados à publicação, nos termos do art. 210 do Regimento Interno. 46

4 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 9ª SESSÃO

4.1 – EXPEDIENTE

4.1.1 – Documento encaminhado à publicação

Senador Paulo Paim - Documento encaminhado à publicação, nos termos do art. 210 do Regimento Interno. 50

5 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

5.1 – EXPEDIENTE

5.1.1 – Comunicação

Do Senador Wellington Fagundes, de mudança do endereço do escritório de apoio de S. Exa. (**Ofício nº 42/2023**). 53

5.1.2 – Encaminhamento de matérias

Encaminhamento do Projeto de Lei nº 2100/2019 às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Constituição, Justiça e Cidadania. 55

Encaminhamento do Projeto de Lei nº 5122/2019 à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. . 56

5.1.3 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei nº 81/2022, que *altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para ampliar o direito da mulher de ter um acompanhante nos atendimentos realizados nos serviços de saúde públicos e privados*. 58

5.1.4 – Projeto de Decreto Legislativo

Nº 71/2023, do Senador Eduardo Girão, que *susta os efeitos da Portaria GM/MS nº 230, de 07 de março de 2023, a qual "Institui o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde - SUS"*. 65

5.1.5 – Projetos de Lei

Nº 1070/2023, do Senador Paulo Paim, que *altera o Código Civil, para permitir às associações e cooperativas de transportadores de pessoas ou cargas a criação de fundo próprio para prevenção e reparação de danos a seus veículos em razão de algum infortúnio, bem como cancela os autos de infração emitidos, até a data de publicação desta Lei, pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP contra as associações de caminhoneiros e cooperativas de transportadores de pessoas ou cargas*. 72

Nº 1078/2023, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que *acrescenta artigo à Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para tipificar o assédio eleitoral no ambiente de trabalho*. 78



| | |
|---|-----|
| Nº 1079/2023, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que <i>dispõe sobre o exercício da atividade de Psicopedagogia.</i> | 82 |
| Nº 1080/2023, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que <i>altera os arts. 121, 129, 141, 147 e 163 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas dos crimes de homicídio, lesão corporal, contra a honra, ameaça e dano quando cometidos contra profissional de imprensa no exercício da sua profissão ou em razão dela.</i> | 88 |
| Nº 1081/2023, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que <i>altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências, para definir que, no mínimo, 20% dos financiamentos concedidos deverão beneficiar estudantes negros.</i> | 93 |
| Nº 1082/2023, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que <i>altera a Lei nº 8.184, de 10 de maio de 1991, para estabelecer a obrigatoriedade da coleta de dados sobre a população LGBTQIA+ pelos censos e outros levantamentos periódicos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).</i> . | 97 |
| Nº 1083/2023, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que <i>altera a Lei nº 14.238, de 19 de novembro de 2021, que institui o Estatuto da Pessoa com Câncer; e dá outras providências, para tornar obrigatória a notificação às autoridades sanitárias, pelos serviços de saúde que realizam exames complementares de auxílio ao diagnóstico clínico, dos laudos de exames que confirmem ou sugiram o diagnóstico de câncer.</i> | 102 |
| 5.1.6 – Projeto de Lei Complementar | |
| Nº 48/2023, do Senador Laércio Oliveira, que <i>altera o art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para permitir, na área de educação, a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.</i> | 108 |
| 5.1.7 – Projeto de Resolução | |
| Nº 27/2023, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que <i>cria a Instituição Ambiental Independente no âmbito do Senado Federal.</i> | 113 |
| 5.1.8 – Requerimentos | |
| Nº 30/2022-CCT, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de informações ao Ministro de Estado das Comunicações. | 121 |
| Nº 38/2022-CCT, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de informações ao Ministro de Estado das Comunicações. | 125 |
| Nº 153/2023, do Senador Humberto Costa, de oitiva da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o Projeto de Lei nº 1459/2022 (Substitutivo-CD). | 130 |
| Nº 154/2023, do Senador Randolfe Rodrigues, de voto de aplauso à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. | 133 |
| Nº 155/2023, do Senador Rogério Carvalho e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 3 de maio de 2023, destinada a comemorar o Dia do Parlamento, os 200 anos da Primeira Assembleia Constituinte e a criação do Poder Legislativo no Brasil. | 138 |
| Nº 156/2023, do Senador Eduardo Girão, de informações ao Ministro de Estado da Justiça. | 142 |
| Nº 157/2023, do Senador Eduardo Girão, de informações ao Ministro de Estado da Defesa. | 146 |
| Nº 158/2023, de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei nº 3660/2021. | 150 |



| | |
|--|-----|
| Nº 159/2023, do Presidente do Senado Federal, de realização de sessão de debates temáticos, destinada a debater o tema “Juros, Inflação e Crescimento” | 152 |
|--|-----|

PARTE III

| | |
|---|-----|
| 6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL | 157 |
| 7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA | 160 |
| 8 – LIDERANÇAS | 161 |
| 9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS | 163 |
| 10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES | 166 |
| 11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS | 183 |



Ata da 8ª Sessão, Especial Semipresencial,
em 13 de março de 2023

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência do Sr. Esperidião Amin.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 4 minutos e encerra-se às 11 horas e 11 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - SC. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 663, de 2022, de autoria desta Presidência e de outros Senadores, aprovado pelo Plenário do Senado Federal em 2022.

A sessão é destinada a comemorar o centenário de criação do Hospital Misericórdia de Vila Itoupava, Santa Catarina.

Quero cumprimentar todos os que prestigiam esta sessão, em grande número e grande representatividade, e convidar para, por favor, ocuparem esta mesa: Sr. Mário Hildebrandt, Prefeito da cidade de Blumenau; Sr. Deputado Ivan Naatz, que representa aqui a Assembleia Legislativa de Santa Catarina; a Sra. Vânia de Oliveira Franco, Secretária Executiva de Articulação Nacional do Estado de Santa Catarina, representando o Sr. Governador Jorginho Mello, que foi um dos subscritores deste requerimento, juntamente com o Senador Dário Berger; e o Sr. Hellmuth Danker, Presidente do Hospital Misericórdia.

Logo em seguida, registrarei ainda a presença das demais autoridades que se fazem aqui presentes, para o que eu peço o concurso dos nossos colaboradores.

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos a execução do Hino Nacional Brasileiro.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Assistiremos a seguir a um vídeo institucional de cerca de oito minutos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - SC. Para discursar - Presidente.) – Dando sequência, desejo registrar que o Senado Federal se reúne, no dia de hoje, nesta sessão especial celebrando o centenário do Hospital Misericórdia de Vila Itoupava, fruto do Requerimento nº 663, de 2022, encabeçado por este que vos fala, Senador Esperidião Amin, e pelos então Senadores Jorginho Mello e Dário Berger, além de outros Sras. e Srs. Senadores desta Casa.

Trata-se de instituição beneficente, como nós pudemos ver, responsável por boa parte dos atendimentos médicos da região norte da cidade de Blumenau e municípios vizinhos. Sua existência de vida decorre de tradição do socorro mútuo típica da colonização solidária que ali se estabeleceu.

A criação da Sociedade Beneficência Misericórdia de Vila Itoupava se deu, como já registrado, por iniciativa de lideranças comunitárias, tais como o Sr. Max Haufe, farmacêutico, e o médico Dr. Alfredo Hoess, responsáveis pelo início do atendimento médico na região, além dos Srs. Max Wulf, Carl Bauer e Frederico Kuelian, que, em março de 1923, juntamente com moradores de Jaraguá do Sul, Pomerode, Massaranduba – ainda pertencendo a Blumenau –, Luiz Alves e Gaspar, se cotizaram para reunir os fundos necessários, como o vídeo já nos mostrou.

O prédio original, em típica arquitetura enxaimel, está tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. E, hoje, o novo hospital com as suas novas instalações estão destinados a bem servir a toda a comunidade.

Atualmente, também como já frisado, a entidade é presidida pelo Sr. Hellmuth Danker, que conta com mais de meio século de serviços prestados à instituição.

Ao longo desses cem anos, o hospital se tornou fundamental na prestação de serviços médicos à população, incluindo a recente pandemia de covid-19, que praticamente coincidiu com a entrada em operação de suas novas instalações, permitindo o socorro imediato nesta que é uma das mais desafiadoras



crises sanitárias do século XXI.

Atualmente, o Hospital Misericórdia da Vila Itoupava é referência em saúde na sua região, especialmente nas áreas de saúde mental e cirurgias de baixa e média complexidade, se destacando em cirurgias de catarata, que já ultrapassaram a marca de 10 mil por mês.

Além disso, eu gostaria de reiterar o que tive oportunidade de dizer, no dia próprio da celebração dos cem anos, que o Hospital Misericórdia pratica o conceito de tornar verbo um substantivo, porque, seguindo a linha de raciocínio do Papa Francisco, ele não é o ato de misericórdia; ele é o processo, o verbo “misericordiar” no futuro e no gerúndio, “misericordiando”, como ensina, repito, o Papa Francisco na sua fala sobre a palavra misericórdia, que eu peço que fique constando deste pronunciamento, sob o título de “Misericórdia: de substantivo a verbo”.

Parabéns ao hospital pelo aniversário, estendendo os cumprimentos a todas as famílias pioneiras que criaram e mantêm viva a instituição agora centenária, que hoje está compreendida no universo das santas casas, das casas filantrópicas, cuja história provém desde o Brasil Colônia, enriquecendo o esforço de solidariedade de todos nós em prol do nosso irmão. É um exemplo, portanto, para o país.

E esta homenagem se direciona tanto à nossa querida Vila Itoupava, a Blumenau, ao Vale do Itajaí, a Santa Catarina, mas ao Brasil, porque, não fossem as santas casas, as nossas dificuldades com a saúde seriam imensas, muito maiores do que essas com as quais nós convivemos e procuramos superar. Por isso, esta sessão deve ser entendida como um tributo que o Senado presta a um bom exemplo e um esforço para tornar este exemplo algo vivo na imaginação e no ideário de todos nós.

Cabe-me, neste momento, conceder, com muita honra, a palavra ao Deputado Ivan Naatz, que representa aqui a Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

V. Exa. pode ocupar a tribuna, coisa que gosta de fazer com bastante frequência. Sinta-se em casa.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR ESPERIDIÃO AMIN. (Vide Item 3.1.1 do Sumário)

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Misericórdia, de nome a verbo, do Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura.

O SR. IVAN NAATZ (Para discursar.) – Nosso Senador Esperidião Amin; nosso grande Prefeito Mário Hildebrandt; nosso sempre Presidente Sr. Hellmuth; nossa Secretária Vânia, Secretária do nosso Governo; nossos Vereadores; meu colega Índio; diretores do hospital; todos aqueles que acompanham esta sessão pela TV e pelas redes sociais do Senado; eu conheci o Hospital de Misericórdia da Vila Itoupava em setembro de 1983, quando fui visitar minha avó, que faleceu naquele mês. E, desde 1983, eu me tornei um apaixonado por aquela instituição e venho acompanhando o seu crescimento, a sua entrega para a sociedade, a sua luta dia a dia para poder entregar saúde de qualidade para Blumenau e região.

Eu acompanhei, Prefeito Mário Hildebrandt, a luta do Deputado Estadual Jean Kuhlmann, quando Deputado Estadual, para que nós pudéssemos receber recursos do Estado de Santa Catarina para concluir a ala nova do hospital. Foi uma luta de quase duas décadas, em busca de recursos, em tentativa de compreensão do poder público constituído sobre a importância daquele hospital.

Cada tijolo, cada janela, cada nova cama têm o braço da gente blumenauense. Cada conquista daquele hospital foi feita com muita luta, com muita disposição, com muito sacrifício e com muita honestidade, Senador Esperidião Amin.

É uma casa que detém a seriedade do trato com a coisa pública; é uma casa que é gerida por pessoas efetivamente comprometidas em entregar o melhor e o possível com aquilo que recebe do poder público para tocar aquele empreendimento.

Então, em nome da Assembleia Legislativa, em nome do nosso Presidente Mauro de Nadal, em



nome de toda a comunidade blumenauense, que eu tenho o prazer de representar aqui, quero dizer muito obrigado. Acho que essa é a palavra para todos aqueles que nesses cem anos ajudaram, de uma forma ou de outra, a construir a história do Hospital Misericórdia da Vila Itoupava. Muito obrigado! Todos foram importantes nesse processo. Sem a ajuda de cada um daqueles que construíram tijolo por tijolo essa história, ela não teria se completado.

Então, à direção do hospital, à sociedade civil, aos órgãos públicos, ao Governo municipal, estadual e federal, aos Senadores, aos Deputados Federais, aos Deputados Estaduais, aos Vereadores, aos Prefeitos, e a todos aqueles que ajudaram a construir esses cem anos de história o nosso muito, muito, muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – (*Falha no áudio.*) ... nem na Assembleia Legislativa, o Deputado Ivan Naatz consegue se conter ao tempo abaixo do concedido.

Concedo a palavra ao Sr. Prefeito Mário Hildebrandt, ao tempo em que registro a presença do Embaixador da Áustria, Sr. Stefan Scholz; do Embaixador de Cabo Verde, Sr. José Pedro Chantre D'Oliveira; do Embaixador do Canadá, Sr. Emmanuel Kamarianakis – se me permite dizer, o nome é de origem grega, como o é “Esperidião” também. E registro ainda a presença do Sr. Vice-Presidente da Câmara Maurício Goll e do nosso *Klein Kreis Bürgermeister*, Sr. Índio, que é o Intendente da Vila Itoupava. E a seguir, à medida que eu for informado, informarei sobre a presença de outras autoridades que ainda não tenham sido nomeadas.

Com a palavra, o Sr. Prefeito Mário Hildebrandt.

O SR. MÁRIO HILDEBRANDT (Para discursar.) – Quero, de modo muito especial, saudar aqui o nosso Senador Esperidião Amin e, se me permite, Senador, todos os membros desta Casa, por terem aprovado esse requerimento tão importante de comemoração e de homenagem a esse hospital que tem uma história fantástica com a Vila Itoupava, com a cidade de Blumenau e com toda a região. Quero parabenizá-lo pela sua visão em relação a isso, parabenizá-lo por nos oportunizar este momento de fazermos menção a esse hospital que tem um grande destaque para nós, para a nossa vida e para o nosso cotidiano.

E, claro, não posso deixar de registrar aqui, Senador, também o seu carinho, a sua parceria com a Vila Itoupava, com recursos para apoio das mais diversas ações, como também o da sua esposa, a Deputada Angela Amin, que ao longo do seu mandato sempre contribuiu para aquele hospital e para a Vila Itoupava.

Se me permitem, quero, antes de saudar as demais autoridades, saudar aqui a minha esposa, Sueli, que me acompanha hoje aqui em Brasília. É um prazer estar contigo. Amo você. Obrigado pela sua companhia e pela oportunidade de estarmos juntos aqui no momento também marcante para nossa cidade.

Sr. Hellmuth Danker, quero homenageá-lo e, na sua pessoa, homenagear todos que hoje estão à frente da diretoria; mas não dá para deixar de lembrar o seu legado de 56 anos de trabalho, de dedicação, de envolvimento, de cuidado e de superação à frente desse grande hospital, à frente desse hospital que é referência para aquela região e para aquela comunidade. Parabéns! E que Deus continue lhe usando e lhe iluminando com saúde, com forças e com alegria para podermos caminhar ainda muito mais tempo em conjunto. Com certeza será uma satisfação para todos nós.

Quero saudar aqui o Deputado Ivan Naatz, que representa a Assembleia Legislativa, Deputado da região de Blumenau, de Blumenau, e quero parabenizá-lo por ter optado por vir aqui homenagear o hospital, junto, nesse momento.

Quero saudar aqui a nossa Secretária de Estado Vânia. Parabéns também ao Governo do Estado por ser parceiro do nosso hospital – não só desse, dos outros hospitais também.



Quero saudar aqui o Vereador Maurício Goll, Vice-Presidente da Câmara, pela presença aqui, representando todos os Vereadores da cidade de Blumenau.

Nosso intendente *klein Kreis*, o Prefeito da Vila Itoupava, que é o Leandro Índio, que tem feito um grande trabalho de construção e de ampliação das nossas ações junto àquele espaço, aos representantes do nosso Senador Jorge Seif.

Quero lembrar aqui a história do Max Haufe, o nosso idealizador desse hospital, e do Alfredo Hoess, primeiro médico que a história diz que foi trazido da Alemanha, mas, na realidade, Sr. Stefan Scholz, ele nasceu em Mergenhofen, Áustria, ou seja, nós temos, no Hospital da Vila, Embaixador da Áustria, Sr. Stefan – quero saudá-lo e, na sua pessoa, todos os demais embaixadores e representantes aqui –, nós temos também, no Hospital da Vila, a raiz da Áustria, a presença da Áustria, que nos ajudou a cuidar, manter e constituir esse grande hospital para aquela comunidade. Então, obrigado aqui à Áustria, obrigado por essa parceria e por esse reconhecimento para conosco. Estar aqui nessa homenagem a esse hospital também nos engrandece.

E aqui eu não quero me alongar muito, mas preciso destacar, Senador, que Blumenau teve, há pouco tempo, retratado o fato de ser a terceira melhor cidade no Brasil para se viver, pela revista *IstoÉ*. Dentre essas, Deputado Ivan Naatz, o principal fator... E nós estamos em primeiro nos indicadores sociais. E, nos indicadores sociais, nós encontramos assistência social, educação e saúde; e, na saúde, tenho certeza de que quem contribuiu fortemente para isso também, além de todos os hospitais, da rede pública, da rede privada, foi o hospital da Vila Itoupava, ao longo dessa caminhada, para que nós pudéssemos chegar aqui onde nós estamos. Então, à toda diretoria parabéns e obrigado por ajudar essa referência em Blumenau.

E também nós fomos e somos a cidade que teve o melhor resultado, nos municípios acima de 100 mil habitantes, em proteção à vida. A menor letalidade na covid foi na cidade de Blumenau. Isso significa o quê? Significa junção de esforços, junção de trabalho de todo um time organizado, estruturado, para que a gente pudesse ter isso. E esse time foi formado por todos os hospitais de Blumenau, que se juntaram.

E o hospital da Vila, como eu fiz bem questão de citar no vídeo, trabalhou para que isso acontecesse, como hospital de retaguarda e de apoio...

(Soa a campanha.)

O SR. MÁRIO HILDEBRANDT – ... e foi fundamental para que a gente pudesse alcançar o êxito e o mérito em relação a isso.

Então, obrigado ao hospital da Vila, mais uma vez, por essa ação.

E aqui, só para destacar, o hospital da Vila é, sem dúvida, uma referência. E ele tem ajudado a proteger vidas ao longo dessa história. E quantas vidas nós poderíamos aqui trazer para testemunhar esse fato, vidas salvas, vidas protegidas! Tanto é que eu tive a oportunidade de o meu sogro fazer cirurgia no hospital da Vila, a minha sogra fez cirurgia no hospital da Vila, eu fiz cirurgia no hospital da Vila. Ou seja, o hospital da Vila nos dá segurança em cuidado à vida dos nossos cidadãos, tanto é que eu também faço questão de usá-lo pela proteção, Vereador Maurício, pelo cuidado que ele dá.

E nós, cientes disso, definimos, ao longo da minha história de governo, de 2018 para cá, o repasse mensal – e a Câmara de Vereadores ajudou nisso...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. MÁRIO HILDEBRANDT – Só um minuto.

O repasse mensal nosso ao hospital da Vila era de R\$50 mil por mês e neste ano elevamos para R\$250 mil, ao longo desses últimos cinco anos, demonstrando nosso compromisso, Sr. Hellmuth, com a



vida e com o cuidado com a saúde na cidade de Blumenau, que vocês têm feito com êxito, com louvor.

Deus abençoe o Hospital da Vila Itoupava! Deus abençoe a cidade de Blumenau! Vamos juntos construir uma Blumenau e uma Vila Itoupava cada vez de maior referência para este Brasil.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nossos cumprimentos ao Prefeito Mário Hildebrando.

Concedo a palavra, neste momento, ao Sr. Hellmuth Danker, Presidente do Hospital Misericórdia, ao tempo em que registro a presença do Sr. Chefe de Gabinete do Senador Jorge Seif e registro a justificativa da Deputada Carmen Zanotto, Secretária de Estado da Saúde, que, alegando requisições da pasta que dirige, não pôde aqui comparecer.

Com a palavra o Sr. Hellmuth Danker.

O SR. HELLMUTH DANKER (Para discursar.) – Sras. e Srs. Senadores, um bom dia!

Cumprimento, neste momento, todas as autoridades aqui presentes na pessoa do Presidente desta sessão.

Exmo. Sr. Senador Esperidião Amin Helou Filho, meu querido amigo e nosso sempre Governador de Santa Catarina; Sr. Prefeito e grande administrador Mário Hildebrandt; Sr. Vereador Maurício Goll, Vice-Presidente da Câmara de Vereadores de Blumenau; meu amigo, Intendente Distrital de Vila Itoupava, Leandro Arthur Rodrigues da Silva; demais Deputados e Senadores presentes.

Estamos aqui reunidos no Senado Federal, a mais alta instituição do Poder Legislativo do Brasil, para celebrar o centenário do Hospital Misericórdia de Vila Itoupava. Quando eu nasci, esse hospital tinha quatro anos de funcionamento. O Hospital Misericórdia faz parte da minha vida e faz parte da minha história.

Por falar em história, gostaria de destacar aqui, neste momento tão solene, a importância da Vila Itoupava, o distrito mais alemão do Brasil.

Aqui na Vila Itoupava, pela distância do centro de Blumenau, desde o início ficou muito clara nossa vocação para a autonomia. Sempre tivemos um espírito de respeito a Blumenau, mas de defesa às nossas independências de vida própria.

Nosso núcleo de reuniões inicial desenvolveu muito no decorrer do tempo e foi transformado num pequeno centro, onde hoje está o Hospital Intendência Distrital e também a Sociedade Serrinha.

Da mesma forma que aconteceu no restante da cidade de Blumenau, em 1896 foi fundada, na Vila Itoupava, a Schützenverein Harmonie, para promover diversão, lazer e cultura trazidos pelos nossos antepassados.

A partir de 1920, foram instalados serviços importantes aqui em nossa comunidade, e em 1921 começamos a ter atendimento médico. Em 1922 foi criada a primeira agência de Correios, que funcionava na casa do farmacêutico, Sr. Max Haufe.

Em fevereiro de 1923 foi iniciada a construção do Hospital Misericórdia. Faz cem anos.

Esses avanços da década de 1920 foram o pontapé que garantiu a estrutura para começar o desenvolvimento da pequena Vila Itoupava.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELLMUTH DANKER – Tínhamos igreja, cemitério, escola, clube de caça e tiro e também o hospital. Tudo isso graças à luta do imigrante Max Haufe, farmacêutico alemão que chegou a ser Vereador de Blumenau por duas vezes. Ele foi uma pessoa importante para Vila Itoupava e também para o nosso hospital. Por isso, peço para ele uma calorosa salva de palmas. (*Palmas.*)

Percebemos, senhoras e senhores, a importância da Vila Itoupava, da história de Blumenau e do



Vale do Itajaí. O nosso modelo de ocupação colonial é a organização, espírito...

(Interrupção do som.)

O SR. HELLMUTH DANKER – ... mantemos até hoje.

Pois bem, em 1943, 20 anos depois dessa mudança iniciada por Max Haufe, o Governador Nereu Ramos criou do Distrito de Itoupava, implantado pelo Prefeito, Sr. Bruno Hildebrand.

Por isso, Sr. Prefeito Mário Hildebrandt, a Vila Itoupava é grata ao outro Prefeito Bruno, que também era um Hildebrand, o responsável por instalar o distrito há 80 anos. Mas também somos gratos ao senhor, que tem dado tanta atenção, obras e os recursos que nossa terra merece, pois também pagamos impostos.

(Soa a campanha.)

O SR. HELLMUTH DANKER – Prova disso foi o anúncio feito por V. Exa. de mais um aumento de repasse mensal para o hospital, que, na sua gestão, passou de R\$50 mil para R\$250 mil por mês. Isso significa, por ano, mais de 3 milhões.

Muito obrigado, Sr. Prefeito.

Com tanto apoio, com tanto trabalho, posso dizer que, com orgulho, nós vencemos. Nosso pequeno hospital está grande e chega ao tão esperado centenário em pé, forte e pronto para o futuro.

(Soa a campanha.)

O SR. HELLMUTH DANKER – Quero agradecer especialmente a todos os parceiros em nome da nossa atual diretoria do hospital, representada nesta solenidade pelos meus amigos: o Vice-Presidente Liomar Pagel; o Tesoureiro Sr. Rogerio Richter; e o Dr. Nelson Bauer, o nosso Secretário há mais de 55 anos. Quero prestigiá-los e prestigiar esta sessão. Vocês, meus amigos, sabem da tarefa e da missão que os aguardam: dar continuidade a esse trabalho.

Muitas pessoas me perguntam se a luta valeu a pena. Eu respondo que sim, valeu a pena.

O nosso hospital, assim como a maioria dos hospitais de pequeno e médio porte do Brasil, atende 95% dos pacientes pelo SUS. Temos importância direta na vida da comunidade da Vila Itoupava e da região norte de Blumenau.

Nós podemos fazer mais. Eu quero fazer mais. Nunca deixei de sonhar. Estou com 95 anos de idade, em breve completarei 96 anos. O meu sonho é copiar o nosso hospital, também quero comemorar os meus cem anos. E nos meus cem anos, gostaria de ver número de salas de cirurgias maior, quem sabe dobrado; também queria ver...

(Soa a campanha.)

O SR. HELLMUTH DANKER – ... a central de materiais e esterilização reformada, para podermos fazer mais cirurgias, ajudando os outros hospitais, a Prefeitura e o nosso povo.

Meu sonho é ver o Hospital Misericórdia cada vez maior e melhor!

Não duvidem de mim, eu chegarei lá, podem ter certeza! *(Palmas.)*

Podem ter certeza, farei a minha parte, mas a outra parte dos meus sonhos depende não só de mim, mas de todos. Conto com vocês para que todos esses sonhos que envolvem o futuro do hospital tornem-se realidade.

Por fim, agradeço ao Senador Esperidião Amin...

(Soa a campanha.)

O SR. HELLMUTH DANKER – ... pela iniciativa de propor esta sessão solene aqui no Senado



da República. Somos gratos por sua amizade, por sua parceria, por seu trabalho incansável numa vida pública construída com compromisso, ética e honradez. Tenha certeza, o senhor honra a confiança dos catarinenses. (*Palmas.*)

E, para terminar, um abraço forte de um velho de 95 anos, descendente de alemães, que ama Vila Itoupava e que encontrou neste hospital a razão de sua vida.

Muito obrigado, muito obrigado mesmo ao Senado Federal...

(*Soa a campanha.*)

O SR. HELLMUTH DANKER – ... por este momento histórico.

Viva o Hospital Misericórdia! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É impossível deixar de fazer um breve comentário a respeito deste discurso, que é uma verdadeira aula de civismo, espírito público e solidariedade. Especialmente esta frase: “Este hospital veio reforçar a razão da minha vida”. Então, ter como espírito e como missão um hospital que tem o nome de Misericórdia e faz misericórdia, ou seja, conjuga o verbo “misericordiar”, é motivo de grande satisfação para todos nós.

Peço permissão para uma pronúncia que não é gramatical, não é exatamente a pronúncia que o Sr. Hellmuth Danker tem. Quando ele fala que é o seu sonho chegar aos 100 anos, eu não posso dizer que ele nos convide, nós também queremos chegar aos seus cem anos, e ele tem toda razão: “*Wenn einer träumt, es ist nur ein Traum; wenn viele träumen, beginnt Wirklichkeit*” – “Quando um sonha, é apenas um sonho; quando muitos sonham, aí começa a realidade”.

Eu acho que o esforço merece um aplauso. (*Palmas.*)

Declamar em alemão aqui não é fácil.

Concedo a palavra à Sra. Vânia de Oliveira Franco, Secretária de Estado da Articulação Nacional do Estado de Santa Catarina, representando o Sr. Governador Jorginho Mello, ao tempo que reitero – e agora complemento com o nome – a presença do chefe de gabinete do Senador Jorge Seif, já mencionado, Carlos Paiva Futuro, e reitero também a presença de representante da Sra. Senadora Ivete da Silveira, o Henrique, que está aqui presente, e do Jean Volpato, que representa aqui a Deputada Federal Ana Paula Lima.

Com a palavra a Secretária Vânia.

A SRA. VÂNIA DE OLIVEIRA FRANCO (Para discursar.) – Em nome do Governador Jorginho Mello, quero agradecer esta oportunidade, Senador Esperidião Amin, que foi também um dos autores desse requerimento, junto com o senhor e o nosso ex-Senador Dário Berger, para homenagear hoje o centenário de criação do Hospital de Misericórdia da Vila Itoupava, de Blumenau.

Quero aqui cumprimentar o nosso Prefeito, Mário Hildebrandt. Quero aqui, em nome da nossa Primeira-Dama de Blumenau, cumprimentar a todas as mulheres; o nosso Deputado Estadual Ivan Naatz, que está aqui representando a nossa Assembleia Legislativa; e o nosso Presidente desse hospital – que é exemplo para Santa Catarina –, que é exemplo de cidadão e exemplo de homem público que ajudou o Município de Blumenau a crescer na saúde da região ali do nosso Vale do Itajaí. Então, quero cumprimentar o senhor, dizer que é uma satisfação imensa participar desta sessão solene, que vem consagrar todo esse trabalho que o senhor realizou, que são desafios vencidos, desafios ainda a vencer, e nós contamos com o senhor para estarmos juntos, para nós conseguirmos vencer novos desafios.

Então, é um hospital que atende 90% do SUS e é um exemplo para o Estado de Santa Catarina. E quero aqui hoje, em nome do nosso Governador, Jorginho Mello, dizer que o estado está junto com o nosso hospital, dizer que nós estamos à disposição, que nós queremos participar ainda mais dessa história desse hospital.



Quero aqui parabenizar Blumenau, parabenizar o nosso Vereador, parabenizar o nosso Índio lá, que é o nosso intendente lá do distrito, dizer que Blumenau é uma cidade maravilhosa, onde eu tenho parentes e que, toda vez que eu vou lá, Prefeito, adoro. É um município maravilhoso, de pessoas lindas, pessoas bacanas, trabalhadoras. E esse hospital é um exemplo da força das pessoas de Blumenau e da região ali do Estado de Santa Catarina.

Então, eu quero aqui deixar a gratidão de estar aqui hoje representando o nosso Governador, Jorginho Mello, e parabenizá-lo, Senador, por essa iniciativa. Quero agradecer a todos vocês que vieram de longe aqui hoje para prestar essa homenagem linda a esse hospital e dizer que nós estamos juntos. Queremos chegar, sim, aos cem anos juntos com o senhor, enfrentando os novos desafios, estando juntos, lado a lado, sempre, para poder ajudá-los a melhorar a nossa saúde do Estado de Santa Catarina e da nossa região do Vale do Itajaí e de Blumenau.

Parabéns, parabéns! Parabéns e obrigada a todos aqui pela presença. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Antes de conceder a palavra, consulto se o Sr. Vice-Presidente da Câmara concorda em usar da palavra. (*Pausa.*)

Então, eu convido o Sr. Maurício Goll e advirto ao meu colega de Esag, Leandro Arthur Rodrigues da Silva, Leandro Índio, que eu também o escalei para usar da palavra, representando a comunidade de que ele é o intendente.

Antes de conceder a palavra ao Vice-Presidente da Câmara, eu gostaria de deixar consignada em ata a manifestação do ex-Senador Dalirio Beber, que hoje cedo me enviou esta mensagem que eu peço que conste dos registros nos *Anais* desta sessão, que conclui dizendo o seguinte:

A Sessão Especial também é uma justa homenagem aos membros da atual diretoria do hospital, pois, em sua maioria, estão à frente da instituição mantenedora há mais 50 anos.

Lamento não poder estar no Senado Federal no dia de hoje pessoalmente [...] abraçar e agradecer pela iniciativa da homenagem. Devo acompanhar [...] [pelos meios de comunicação] e fazer [minha] oração [diz o Senador Dalirio Beber] de gratidão a Deus por tudo o quanto de bom foi e é a ação dos que fizeram e fazem a história do Hospital Misericórdia de Vila Itoupava.

São as palavras do ex-Senador Dalirio Beber.

Com a palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Maurício Goll, a Câmara que tem sido um dos sustentáculos também da participação pública nesta organização.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR ESPERIDIÃO AMIN. (Vide Item 3.1.1 do Sumário)

(*Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.*)

Matéria referida:

– Mensagem do ex-Senador Dalirio Beber.

O SR. MAURÍCIO GOLL (Para discursar.) – Bom dia, Senador Esperidião Amin. Para mim é uma satisfação enorme estar aqui vivendo este momento. Pela primeira vez aqui neste Senado, pela primeira vez em Brasília, tendo a oportunidade de representar a Câmara Municipal de Blumenau. Cumprimento V. Exa., autor desse requerimento de valorização na questão da saúde.

Cumprimento também os Senadores que aprovaram esse requerimento de valorização pela história de vida aqui colocada pelo Sr. Hellmuth Danker.

Cumprimento o Prefeito Mário e a sua esposa Sueli, tenho um grande carinho por V. Exa., que me convidou, em 2019, para assumir como intendente distrital do Grande Garcia, acompanhado também do nosso querido Intendente Leandro Índio, que é o intendente de lá da Vila Itoupava.



Mas não poderia deixar de também citar aqui o ex-Senador Dalirio Beber, que passou por esta Casa e por quem eu tenho um carinho muito grande – por ele e pela família dele. Deixou história neste Senado, deixou a sua história em Santa Catarina.

Cumprimento aqui o Deputado Estadual Ivan Naatz, pelo qual também tenho um grande carinho, representando a Assembleia Legislativa.

Cumprimento o Sr. Hellmuth Danker, Presidente do Conselho, quase 60 anos de história, de dedicação, voluntário... Eu também assumi, em 1996, como trabalho voluntário. Esposa do Prefeito Mário, Sueli. Estou no meu primeiro mandato e muito feliz de estar neste momento aqui, Prefeito.

Cumprimento também a Secretária que está representando aqui o Governador Jorginho Melo. É um momento diferente, um momento importante de valorizar a vida das pessoas.

Cumprimento também o Prefeito Mário e a Vice-Prefeita Maria Regina – que conhece a saúde, preocupada com a saúde –, que tiveram o seu destaque, principalmente num momento muito difícil, na questão da covid. Não só o Hospital Misericórdia, como todos os hospitais de Blumenau foram referência no Estado de Santa Catarina e no Brasil.

Mas aqui o momento é de parabenizar, Sr. Hellmuth, a sua garra e dedicação. Pode ter certeza de que eu vou ficar muito feliz quando o senhor completar cem anos. Eu quero participar dessa comemoração e, na sua pessoa, cumprimentar os conselheiros do Hospital da Vila Itoupava.

O Prefeito Mário colocou muito bem: a Câmara de Vereadores tem sido parceira. Essa união entre o Executivo e o Legislativo tem um papel importante. Então, quero aqui parabenizar o Prefeito Mário e a Câmara parceira pela aprovação dos projetos para a cidade de Blumenau. Não podemos pensar em partido, e sim na comunidade.

Parabéns, Senador! Parabéns, Sr. Hellmuth! Parabéns, Hospital Misericórdia! Parabéns, Prefeito! Viva a saúde! Viva Blumenau! Viva Santa Catarina! Viva o Brasil! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Convido para usar da palavra o nosso Intendente da Vila Itoupava, Leandro Arthur Rodrigues da Silva, o Índio, ao tempo que registro aqui a presença do Assessor Parlamentar da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos.

Como eu mencionei, esta homenagem se estende como um exemplo edificante, que nos orgulha a todos, desse esforço das santas casas e dos hospitais filantrópicos – sem os quais o que seria de nós?

Com a palavra, Índio.

Por favor, sem falar guarani, nem xokleng, nem kaingang.

O SR. LEANDRO ARTHUR RODRIGUES DA SILVA (Para discursar.) – *Danke schön, liebe Freund*, Senador Esperidião Amin!

Cumpre-me aqui o honroso dever de representar a comunidade do Distrito da Vila Itoupava, nesta manhã, aqui no Senado Federal.

Eu gostaria naturalmente de cumprimentar o Senador Esperidião Amin por esta iniciativa de homenagear o hospital. O Poder Legislativo tem, dentro das suas atribuições, além da fiscalização e da proposição de emendas, também essa função de reconhecer os bons exemplos, como é o caso da nossa instituição.

É uma honra para mim retornar ao Senado Federal – e encontro aqui a Letícia, que foi minha colega de trabalho à época, no gabinete do Senador Dalirio Beber.

Cumprimento a Sra. Secretária de Estado, Vânia Franco; o Deputado Ivan Naatz, da cidade de Blumenau, Deputado parceiro do Distrito da Vila Itoupava; o nosso Prefeito Municipal, Mário Hildebrandt, querido amigo, gestor que tem dado grande destaque e atenção e realmente tem revolucionado a nossa comunidade e todas as instituições; e o nosso Presidente do Hospital, que é praticamente uma entidade à



parte, Sr. Hellmuth Danker, que nos inspira com seu exemplo, com seu legado, com seu trabalho. Neste momento, portanto, nós queremos agradecer esse reconhecimento.

O Hospital da Vila Itoupava certamente é um dos sustentáculos daquela comunidade junto com outras instituições, como bem mencionou aqui o nosso Presidente. A fundação daquela região pelos imigrantes da Alemanha se deu com muito trabalho, com muito cooperativismo, e havia um tripé muito forte: a educação, a saúde e o lazer, com a fundação dos clubes de caça e tiro.

Eu hoje, Senador, tenho a honra de ser Presidente da Sociedade Serrinha Schützenverein Harmonie. Eu, em 197 anos, sou o primeiro Presidente com sobrenome brasileiro – todos os demais são alemães, descendentes diretos.

Então, a Vila Itoupava é o distrito mais alemão do Brasil: mais de 90% dos seus moradores descendem diretamente dos colonizadores. E o Prefeito Mário, ao me designar como intendente dessa região, me disse: “Você vai se tornar o índio mais alemão do Brasil, mas entenda: a receita do sucesso está na valorização da cultura, da história; em propiciar naturalmente desenvolvimento, políticas públicas, mas respeitar a trajetória daquela comunidade”. Temos buscado fazer isso e estamos aqui hoje também nessa atividade de representação.

Eu fico muito feliz por esta homenagem ao hospital, até porque – o Senador Esperidião também é prova – eu também sou usuário do hospital, eu utilizo o SUS (Sistema Único de Saúde), em que sempre sou muito bem atendido, e reconheço o esforço desses dedicados e valorosos membros da Diretoria – aqui temos o Dr. Nelson Bauer, Rogério Richter, Liomar Pagel –, que fazem um trabalho incansável em prol da comunidade de Blumenau.

E agora, nesse momento, chegando ao centenário, Secretário, o nosso hospital também tem uma atuação muito forte para a região norte da cidade e para toda a região dos municípios vizinhos, Deputado Ivan – Luiz Alves, Massaranduba, Pomerode –, especialmente nas cirurgias de média e baixa complexidade.

Então, obrigado ao Senado da República, obrigado a todos que estão aqui presentes, vivenciando este momento histórico para Blumenau, especialmente para a Vila Itoupava.

Bom dia! Tudo de bom! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu gostaria, antes de promover o encerramento desta sessão, que certamente registra com justiça o exemplo do Hospital Misericórdia e daqueles que o conduziram até agora e que o conduzirão na sua trajetória futura, de registrar também uma homenagem aos hospitais filantrópicos e às santas casas.

Quero agradecer a presença de todos, dos representantes dos Parlamentares, daqueles que prestigiam este evento, e muito especialmente dos nossos visitantes: os senhores embaixadores de Cabo Verde, do Canadá e da Áustria, que demonstram, com a sua presença, a valorização desse espírito universal que o meu país e Santa Catarina, em especial, representamos.

Eu sou filho de imigrantes – sou da primeira geração. Minha mãe nasceu no cantão alemão da Suíça, fugindo da Primeira Guerra Mundial a sua família em 1915, 1916, da Itália, do Veneto, região de nascimento do meu avô materno e da minha avó materna. E o meu pai veio do Líbano. Ou seja, eu sou um pedaço dessa forma que o Darcy Ribeiro, nosso grande político e antropólogo, definiu como sendo o povo brasileiro. E por isso somos vocacionados para a solidariedade, para a tolerância, para a coexistência.

Acho que hoje nós fotografamos esta virtude brasileira da coexistência, e a presença dos senhores, em especial, num mundo tão conturbado quanto este em que nós vivemos, é uma demonstração de valorização disto que eu chamo de tolerância, coexistência entre diferentes.

Ao promovermos o encerramento desta sessão, nós ouviremos o Hino de Santa Catarina.



(Procede-se à execução do Hino do Estado de Santa Catarina.)
(Levanta-se a sessão às 11 horas e 11 minutos.)



Ata da 9ª Sessão, Não Deliberativa,
em 13 de março de 2023

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência dos Srs. Rogério Carvalho e Chico Rodrigues.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 13 minutos e encerra-se às 16 horas e 16 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão não deliberativa destina-se a discursos, comunicações e outros assuntos de interesse partidário ou parlamentar.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para o uso da palavra, por meio do aplicativo Senado Digital, por lista de inscrição que se encontra sobre a mesa ou por intermédio dos totens disponibilizados na Casa.

Passamos à lista de oradores.

Passo a palavra agora para o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente desta sessão, Senador Rogério Carvalho, colegas Senadoras, Senadores, funcionários desta Casa, assessores, brasileiros que estão nos acompanhando nesse momento, através da Agência Senado, TV Senado, Rádio Senado, todos os veículos aqui da Casa revisora da República, os cearenses que estão também conectados conosco através das nossas redes sociais.

Sr. Presidente, quem acompanha o nosso mandato desde 2019, de fevereiro de 2019, sabe que eu sempre questioneei essa questão de indicação política para cargos que, de uma certa forma, favorecem aquela postura... De uma certa maneira, quando se tem uma necessidade, você fica amarrado pelo favor. É a chamada troca de favor. Isso é muito perigoso em nosso país, em cargos estratégicos, inclusive, na questão eleitoral também.

Eu vou me ater a essa questão, porque, em meio a tantas notícias ruins, eu quero iniciar essa semana, nessa segunda-feira, ressaltando um fato que reacende a esperança no combate, no enfrentamento ao mau uso do dinheiro público e à impunidade em nosso país.

O Procurador Eleitoral, no Ceará, Edmac Lima Trigueiro, cumprindo, com responsabilidade e zelo, o seu dever funcional de cuidar pela aplicação da lei, teve uma atitude muito corajosa, na semana passada. Infelizmente, nos últimos tempos, no Ceará, a gente não está tendo muitas notícias assim. Eu quero cumprimentar o Procurador Eleitoral Edmac Trigueiro porque ele pediu a cassação e a inelegibilidade, por oito anos, do Governador do Ceará, da Vice-Governadora e do Senador eleito nas últimas eleições – todos recentemente empossados.

Segundo manifestação do membro do Ministério Público, abro aspas:

Há prova robusta de condutas realizadas, no âmbito do Governo do Ceará, em manifesto desvio de finalidade, com gravidade suficiente para comprometer a igualdade da disputa e a legitimidade do pleito.

Fecho aspas.

Vale ressaltar que essa ação – olha que interessante, senhoras e senhores – foi provocada por denúncias consistentes feitas pelo ex-Prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, que, durante muito tempo, foi aliado do PT e, conhecendo bem o *modus operandi* desse grupo político, conhecendo bem a estrutura interna do Governo do Ceará, ao qual ele era aliado, ele fez essa denúncia no ano passado.

A honestidade de um processo eleitoral passa, necessariamente, pela garantia de isonomia das condições de disputa dos candidatos sem abuso de poder político ou econômico. Isso tem o objetivo de garantir que prevaleça o saudável embate no campo das ideias e das propostas à população.

Por tudo o que assistimos na eleição de 2022 no meu amado e querido Estado do Ceará, Terra da Luz, os vencedores morais foram Capitão Wagner e Kamila Cardoso.

O meu estado vem sendo governado, há décadas, por uma oligarquia política comandada pelo PT e pelo PDT. Eles se alternam lá. Para a nossa tristeza, o Ceará, há muitos anos – e isto não é coincidência



–, vem se destacando, negativamente, na questão da segurança pública, estando sempre entre os cinco estados com o maior número de homicídios por 100 mil habitantes.

Ora, Sr. Senador Confúcio, que já foi Governador, nós temos 2,5 milhões de municípios no mundo. A nossa capital, Fortaleza, onde eu tive a benção de nascer, figura, infelizmente, como a 31ª cidade mais violenta do mundo, uma verdadeira tragédia social! Eu digo isso com o coração partido, porque tem muita gente sofrendo, Senador Kajuru, muita gente, e o senhor é testemunha. Eu já lhe falei aqui de casos de muita gente expulsa de suas casas por facções criminosas, cidadãos que, em determinados horários do dia, têm que pedir, Senador Izalci, autorização para entrar em casa ao crime organizado. É uma humilhação o que está acontecendo no Estado do Ceará.

Vem crescendo, sim, o domínio, a cada dia, das facções criminosas, que chegam a exercer o controle sobre comunidades inteiras, e tudo isso sob o olhar omisso dos últimos governos do Estado do Ceará.

Ao invés de aumentar a presença do estado nessas comunidades, aumentar o investimento em segurança pública, especialmente em inteligência policial, durante os oito anos do último Governo do Estado do Ceará, administrado pelo PT, foi gasto mais de R\$1,1 bilhão só com propaganda.

Ora, ora, gente, se isso não tocar pela normose que está deixando o nosso país de joelhos para barbaridades que acontecem nessa pátria fantástica que é o Brasil, se isso não tocar que num estado como o do Ceará, no Nordeste brasileiro, um Governo, durante oito anos, pega do dinheiro do contribuinte e aplica R\$1 bilhão, com bê de bola e i de índio, R\$1,1 bilhão com propaganda e publicidade... Isso não dá para entender. Vai dizer que está tudo sob controle? Isso é uma verdadeira indecência, isto sim.

Mas os problemas não se limitam apenas à segurança pública. Num estado que se alardeia dizendo ser referência em educação – quem já não ouviu isto? –, a sempre atuante Defensoria Pública do Estado do Ceará, através do seu Núcleo de Direitos Humanos e Ações Coletivas, emitiu, no dia 3 deste mês, ofício à Secretaria de Educação do Estado cobrando informações sobre uma taxa sobre o fardamento que os pais estavam tendo que pagar para seus filhos na rede estadual de ensino.

O ofício ressalta que em 2018 houve uma liminar concedida pela Justiça proibindo a existência dessa vergonhosa taxa. Cobrar por fardamento de pessoas vulneráveis financeiramente é um autêntico absurdo. E eu já dei entrada num ofício ao Governo do Ceará também cobrando essas informações na última sexta-feira.

Seguindo o péssimo exemplo do Governo Federal, que, já em seu início, aumentou o número de ministérios e os impostos sobre combustíveis, o nosso Governo do Ceará também enviou para a Assembleia Legislativa, como primeira medida, o aumento do número de secretarias – sabem de quanto? – de 25 secretarias para 32 secretarias e o aumento do ICMS sobre os combustíveis, energia elétrica, telecomunicações, prejudicando toda a população, que é quem paga a conta toda. Nosso país já tem uma das mais elevadas cargas tributárias do mundo. Deveriam, portanto, ser garantidos a todos os cidadãos pelo menos estes três direitos essenciais: saúde, segurança e educação de qualidade. Isto é o mínimo, senhoras e senhores, pois dinheiro não falta, haja vista R\$1,1 bilhão que o Governo do Estado do Ceará colocou em propaganda e publicidade. Porém, o que não falta também é desvio e desperdício dessas verbas.

Precisamos – para encerrar – continuar fazendo a nossa parte da melhor forma possível, visando o aprimoramento das instituições públicas e o enfrentamento sem tréguas à corrupção e à impunidade, duas grandes chagas sociais equivalentes a um câncer em metástase. Só assim conseguiremos de fato fazer deste extraordinário país, desta nação que é o celeiro da humanidade, um Brasil justo e desenvolvido. Esperamos que o TRE do Estado do Ceará julgue a ação na qual o MP Eleitoral se manifestou com indispensável imparcialidade e isenção, trazendo luz aos cearenses e a certeza de que estarão participando de eleições cada vez mais limpas.



Para fechar, eu cito o evangelista Marcos, pois “não há nada de oculto que não venha a ser revelado e nada em segredo que não seja trazido à luz do dia”. E nós estamos conversando aqui sobre nada menos que a Terra da Luz, o local no Brasil onde primeiro foram libertados os escravos nesta nação abençoada.

Que Jesus continue nos guiando!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O Senador Magno Malta pediu pela ordem.

Um minuto, um minutinho para o Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Senador Rogério, até o tempo do Senador Kajuru, um dos maiores comentaristas de futebol que eu já conheci... Fiquei amigo dele e, naquela época, eu era um imortal, porque eu não tinha onde cair morto, e Kajuru já era um homem da televisão. Eu era fã de Kajuru, e sou avesso a gente mentirosa, eu sou avesso a quem não tem posição – posso não gostar, mas respeito. E Kajuru era um cara duro nas suas posições, nem vou repetir o último programa dele que ouvi no programa do Leão, nosso amigo Leão, na Bandeirantes, quando a Bandeirantes contratou Marlene Mattos – encerro por aqui. A entrevista de Kajuru é uma coisa espetacular, quem quiser vê-la que entre lá na internet, no YouTube, e veja o que Kajuru falou. Então nossa amizade é mais antiga... Eu me tornei seu amigo o vendo na televisão e, depois, pessoalmente – a nossa amizade com o Datena.

Mas, Sr. Presidente – Senador Kajuru, com a sua vênica –, eu quero fazer o registro de que o Ministro Alexandre de Moraes determina a soltura de 140 homens, que agora estão no Cime, colocando a tornozela eletrônica, e mais 35 mulheres, hoje. Isso, de fato, não é uma coisa humana, é uma coisa de cunho altamente espiritual nesse clamor pela liberdade. Eu faço este comunicado com muita alegria porque a prática da justiça, sem dúvida alguma, é um anseio e uma sede. Por isso Ruy Barbosa é o nosso patrono, porque é um cara que tinha sede de justiça absolutamente aguçada. E eu faço este registro com muita felicidade.

E faço um registro com todo respeito ao Secretário do Sistema Penitenciário, Dr. Wenderson Teles, à Diretora da Colmeia, ao Diretor do presídio da Papuda, que eu tenho frequentado, estado juntamente com eles, e têm sido dias de felicidade para mim. Faço isso comunicando ao Brasil, faço isso comunicando à Casa e reforçando ao nosso Presidente, Primeiro-Secretário da Casa, Senador Rogério, que, quando Deus me deu inspiração da tornozela eletrônica, foi pensando exatamente nas pessoas que não cometeram crime. O sujeito que atropela alguém no trânsito, a pessoa morre, ele é mandado e condenado para um presídio. Ele tinha emprego, estudava ou era empresário, dava empregos, e vira refém do crime organizado, das facções, e a família começa a ser extorquida para o cara não ser morto lá dentro. Então o cara está num regime semiaberto, põe a tornozela eletrônica nele, acrescenta algumas coisas: “Você estudou?” “Eu parei de estudar.” “Então você vai continuar estudando.” “Você é católico, evangélico, espírita?” “Eu sou católico.” “Então você vai à missa também”. Acrescenta a tornozela eletrônica e vai para casa. Você não precisa ficar aqui dentro desta escola. Concorde comigo, Senador Kajuru?

E também não sabia que neste momento, se não existisse tornozela eletrônica – está aí Zezinho, que é mais antigo do que Ruy Barbosa, veio primeiro do que a própria Casa, que viu votar...

(Soa a campanha.)



O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... a tornozeleira eletrônica aqui em 2005, acho, quando fui autor dessa lei, e a gente fez a tornozeleira eletrônica –, se não fosse a tornozeleira eletrônica, elas não estariam saindo, nem eles, de forma segregada lá. É uma hora de distensionamento, não é hora de tensionamento. Nós temos que distensionar o país ao invés de tensionar o país, e ser sábios, conviver com dignidade.

Eu estava ali conversando com um Senador evangélico, nosso Primeiro-Secretário, que aliás manda mais do que o Presidente, o Primeiro-Secretário, quem lê o Regimento Interno sabe, é o prefeito da Casa, e nos lembrando do maior orador que eu já ouvi, que era o Marcelo Déda, que se foi muito jovem, muito jovem mesmo, aos 57 anos de idade, acho que foi a morte do Déda. Tantas vezes estive...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Encerro, Sr. Presidente. É porque eu não tenho a capacidade de síntese do Senador Suplicy, por isso que eu me prolongo desta forma.

Estivemos juntos em tantos encontros, quando o Déda era vivo. Eu estava até brincando com o Rogério, dizendo que ele ficou com muita coisa do Déda nele, porque o Déda era o maior orador que já ouvi, Senador Kajuru. Não sei se conseguiu ouvir o Marcelo Déda, mas vale ouvi-lo no YouTube e confirmar minhas palavras.

Então eu estou aqui para dizer ao Brasil da minha alegria pela soltura desses patriotas e também da soltura dessas mulheres, e agradecer a Deus por este momento.

Sr. Presidente, obrigado pela benevolência com a minha pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Senador Magno Malta.

Com a palavra, o Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para discursar.) – Brasileiros e brasileiras, minhas únicas vossas excelências, amigo especial, Presidente da sessão, Rogério Carvalho, orgulho do Sergipe.

O Governo Lula anunciou na semana passada que vai enviar ao Congresso projeto de lei para promover a igualdade salarial entre homens e mulheres que exerçam a mesma função, com previsão de multa para quem não cumprir a paridade de vencimentos.

O projeto é meritório. Faz parte de um conjunto de ações que visam assegurar igualdade de gênero, mas confesso – e aqui divido com os senhores e as senhoras, com todos que merecem meu respeito – que tenho um receio. Ao invés de beneficiar as mulheres, que o projeto acabe se voltando contra elas, provocando queda no número de contratadas.

Pode parecer má vontade de minha parte; não é, garanto. Reconheço que a maioria dos empregadores brasileiros é consciente de sua responsabilidade social, mas há uma parcela que vive em atraso e age de forma a deixar o país com a sua imagem arranhada. Como exemplo, dados do Ministério Público do Trabalho divulgados na semana passada mostram que as denúncias de pessoas trabalhando em condições análogas às de escravo mais que dobraram em 11 anos.

Em 2012, o MPT recebeu 857 denúncias de escravidão contemporânea. No ano passado, esse número chegou a 1.973. Alguém pode argumentar que o número é baixo. Eu retruco perguntando: qual a justificativa, em pleno século XXI, para alguém empregar, sem o mínimo de garantia em direitos, como se a escravatura não tivesse sido abolida?

A condição análoga à escravidão consiste em submeter uma pessoa a condições degradantes, ao



trabalho forçado, a jornadas exaustivas – e exaustivas mesmo – e à servidão por dívida. Conjunta ou isoladamente, as quatro práticas configuram o crime, previsto no Código Penal, em seu art. 149. A lei estabelece para o infrator pena de prisão de dois a oito anos, além do pagamento de multa, mas parece que isso não inibe alguns setores do patronato.

Na última sexta-feira, operação conjunta entre a Polícia Federal e o Ministério Público do Trabalho resgatou 56 trabalhadores em condições análogas à escravidão em duas fazendas de arroz, em Uruguaiana, Rio Grande do Sul. Do grupo faziam parte dez adolescentes, com idade entre 14 e 17 anos – pasmem.

A notícia causa espanto porque, há menos de um mês, 207 trabalhadores foram descobertos em situações degradantes em um alojamento na cidade de Bento Gonçalves, também no Rio Grande do Sul, gente, pátria amada. Rio Grande do Sul, exemplo da educação, Senador Confúcio Moura.

Eles foram contratados na Bahia, por uma empresa terceirizada, para trabalharem na colheita de uvas de três produtoras de vinho. De início, as vinícolas Aurora, Garibaldi e Salton alegaram desconhecer as irregularidades, como se não tivessem responsabilidade na fiscalização do cumprimento do contrato com a terceirizada, o que inclui a observância ou não dos direitos dos trabalhadores. Mas, diante da repercussão, elas fizeram um acordo com o Ministério Público do Trabalho para pagar uma indenização de R\$7 milhões. Convém lembrar que o faturamento somado das três vinícolas, no ano passado, girou em torno de R\$1,5 bilhão.

Sobre trabalho escravo, de acordo com o Ministério do Trabalho, existe um perfil médio das pessoas encontradas nessa situação. No ano passado, 92% eram homens, com idade entre 30 e 40 anos; 83% se declararam pretos ou pardos; 51% moravam no Nordeste. No item escolaridade, 23% estudaram até o quinto ano; 20% tinham do sexto ao nono ano incompletos; e 7% eram analfabetos, ou seja, para mudar o quadro, são muitas as tarefas que o país tem pela frente. Entre elas, fiscalizar mais, punir os maus empresários, melhorar a qualificação da mão de obra e investir muito em educação.

Agradecidíssimo e espero que haja uma reflexão de todos os Parlamentares sobre esta pauta que escolhi para abrir esta semana importante aqui, no Senado Federal. Deus e saúde para todos e todas.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Kajuru, queria pedir um aparte a V. Exa. sobre esse tema. É um tema que chama a atenção de todos nós, brasileiros e brasileiras, pela quantidade, e também nos remete a tudo que foi notícia nos últimos anos, do desmonte do Ministério do Trabalho, que foi desmontado.

O Brasil, num determinado período, virou referência para a OIT por diminuição e quase a extinção do trabalho infantil e combate ao trabalho escravo. E depois que foi desmontado o Ministério do Trabalho, que foi desmontada a fiscalização do Ministério do Trabalho, das ameaças que foram feitas ao Ministério Público do Trabalho, foram tantas ações no sentido, de certa forma, de constranger o trabalho de fiscalização, para impedir essa ação, eu diria, muito parecida com o que se viu na Alemanha, no final da década de 30, no início da década de 40, da Alemanha nazista, onde você submete seres humanos a condições de escravidão, onde você submete seres humanos a condições que são não dispensáveis a animais, ou seja, que nem animais devem receber, quanto mais seres humanos trabalhadores.

Portanto, quero cumprimentar V. Exa. por trazer este tema para o nosso Plenário, para o debate.

Acho que nós precisamos ir um pouco adiante nessa provocação. O que aconteceu com o Ministério Público do Trabalho neste período? O que aconteceu com o Ministério do Trabalho neste período? O que aconteceu com as fiscalizações neste período? O que o Tribunal de Contas da União pode avaliar, em termos de desempenho, dessas instituições? O que aconteceu em termos de ação do próprio Governo e de política no combate? Quem é o responsável? Porque, veja, parece endêmico ou epidêmico – endêmico no Sul, a gente sabe, mas, parece-me que há uma epidemia de trabalho escravo, e nós vamos ter notícias de mais situações de pessoas trabalhando em situação análoga à escravidão. Então, estamos diante de uma



epidemia de neoescravidão, se é que podemos falar disso, ou seja, dessa forma de obter a força de trabalho, subjugando seres humanos, de forma a colocá-los em condições subumanas.

Portanto, acho que nós devemos aprofundar esse debate nesta Casa pela importância que ele tem e por estarmos vivendo uma epidemia de trabalho escravo no Brasil, neste momento, por negligência governamental e de órgãos, de uma maneira geral, que deveriam coibir esse tipo de prática.

Muito obrigado, Senador Jorge Kajuru, pelo aparte que me concedeu.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu que agradeço, sempre, Rogério Carvalho, como amigo e como Senador, melhora os pronunciamentos, entra em feridas. Espero que outros companheiros desta Casa pensem como você e que a gente provoque esse debate. É fundamental.

Eu tenho a convicção de que o Senador Izalci, o Senador Confúcio o Senador Girão também, durante os próximos dias, vão querer entrar nessa pauta importantíssima.

Obrigado, como sempre, Presidente Rodrigo... Rogério Carvalho. Lembrei-me aqui do Presidente Rodrigo Pacheco. Aproveito para mandar um abraço a ele. Fique com Deus.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Senador Jorge Kajuru.

Com a palavra o Senador Confúcio Moura, grande representante do Estado de Rondônia, um médico, um humanista, um ser humano admirado por todos nós.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente, Senadores presentes, ausentes, servidores da Casa, imprensa, internautas, aqueles que estão ligados, neste momento, na TV Senado, hoje, no meu discurso, vou abordar dois temas: um mais ligado à área de saúde, que é a nossa área, a nossa área de saúde; o outro ligado à área a que me dedico aqui com maior frequência, a de educação.

Sr. Presidente, ouço com frequência da parte de Senadores, Senadoras e de muitos políticos brasileiros, a reclamação de que o STF e outras esferas do Judiciário interferem nas competências do Legislativo, legislando, ao invés de se deterem às decisões exclusivas do Poder Judiciário. No entanto, Sr. Presidente, a muitos temas polêmicos os Parlamentares não se dedicam por vários fatores. Um deles é por um certo medo de um desgaste político. Também por princípios ideológicos conservadores. Sendo assim, sobre eles, o Poder Judiciário, quando demandado, se obriga a decidir.

Eu trago hoje, Sr. Presidente, para debate, o uso terapêutico do canabidiol, do CBD (canabidiol), que vem se arrastando, com muitos projetos em andamento nas duas Casas e que ficam parados nas Comissões ou no Plenário; nem vão para frente, nem vão para trás. A Justiça tem decidido favoravelmente e de maneira bem restrita, beneficiando apenas as famílias autoras dos processos, com isso, deixando o benefício do uso do canabidiol, o CBD bem restrito, que é usado com excelente resultado para casos graves de epilepsia, de dores crônicas, da esclerose múltipla, da quimioterapia e outras doenças.

Os debates sobre o assunto têm sido tratados na esfera do Judiciário, do Ministério Público, e não onde deveria acontecer, que seria aqui, no Senado ou na Câmara dos Deputados, para que os canabidioides sejam liberados para os pobres e para os ricos. Hoje, as pessoas com menor poder aquisitivo não conseguem adquirir o produto por diversos fatores, mais restritos à questão econômica.

Hoje em dia, tanto o plantio da *cannabis* para fins específicos de uso medicinal – prestem bem atenção: para fins específicos de uso medicinal –, como a importação dos óleos, como o CBD, dependem de autorização da Anvisa, e a Anvisa autoriza, mas estão restritos a quem tem dinheiro, porque cada frasco desse importado varia de US\$150 a US\$200, podendo chegar a até R\$2,5 mil, os de maior concentração, dependendo da dosagem. E há uma burocracia muito grande para isso.

Há várias associações no Brasil de pacientes, de familiares atormentados, que trabalham com licenças



precárias, vez que não há ainda uma regulamentação por parte da União. O óleo de *cannabis* é ainda considerado um fitoterápico. Avançam no mundo inteiro pesquisas que vêm a, efetivamente, comprovar os benefícios citados para as doenças crônicas. A Anvisa, desde 2015, permite o uso medicinal e, em 2019, baixou uma norma expondo requisitos para a regularização de canabidioides como fitoterápicos com rigor similar aos medicamentos registrados.

Os registros mostram um aumento contínuo de pedidos de importação dos produtos da *cannabis* medicinal. Hoje, são mais de 50 mil pedidos de importação no Brasil e tudo muito caro. E toda a dificuldade existente hoje só cria barreiras para o uso desses óleos por todos aqueles que precisam, como os autistas, os epiléticos, aqueles que têm perturbações do sono, os portadores de doenças degenerativas dolorosas. O que é mais importante é que o uso dos canabinoides, como o de qualquer outro produto farmacêutico, deve ser prescrito por médico, especialmente pelos neurologistas ou os oncologistas.

Uma maneira definitiva de se resolver isso e se fazer justiça a quem precisa do produto é a aprovação de um projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados que tem por objetivo baratear e democratizar o uso para quem precisa dele. Há razões humanitárias para se avançar nessa agenda; caso contrário, o Poder Judiciário e a Anvisa continuarão a trabalhar nas demandas dos interessados e nunca será um produto para todos.

Recentemente, o Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, sancionou o PL nº 1.180, de 2019, de autoria do Deputado Caio França, que regulamenta o uso do CBD no Estado de São Paulo e que tem o objetivo de que seja distribuído pelo SUS. Assim como São Paulo, também temos Rio de Janeiro, Distrito Federal e Bahia que já regulamentaram o uso bem antes, e, bem assim, outros municípios que também o fizeram de uma maneira isolada.

Então, esse assunto, Sr. Presidente, é necessário. E existe, realmente está acontecendo no Brasil essa demanda, essa dificuldade, essa exclusão no uso desses fitoterápicos, que têm uma importância fantástica e comprovada.

Outro assunto que desejo abordar nesta tarde é a formação dos professores no Brasil. A gente antevê, Sr. Presidente, um verdadeiro apagão de professores no Brasil. Vocês sabem das imensas dificuldades que se tem, hoje em dia, para o preenchimento dos quadros de professores dos concursos públicos. Não é atraente!

Há pais que estão me ouvindo neste momento – eu acredito que haja duas mil pessoas me ouvindo neste momento pela TV Senado – que, se os seus filhos perguntarem qual é a profissão que, no futuro, o pai deseja que tenham, nenhum vai autorizar o filho a ser professor. Ninguém! Então, justamente...

E os cursos de professor hoje, no Brasil, são destinados às pessoas mais pobres, que fazem cursos por EAD, pela educação à distância, cursos que são só teóricos. Na hora da prática, o professor não consegue equilibrar uma sala de aula complexa, porque, em uma sala de aula, tanto no centro – e ele pensa que o centro é pacífico – como nos bairros periféricos de qualquer cidade brasileira, realmente é muito difícil manter a disciplina, manter a ordem, combater a violência escolar.

Sr. Presidente, o Senador Cristovam Buarque, no tempo de seus mandatos aqui de Senador, falava muito nesse assunto, quase de uma maneira profética. Justamente, ele abordava a necessidade crescente da federalização dos professores das pequenas cidades onde não haja uma qualidade educacional satisfatória. Podia começar em poucas: 200 municípios, 300 municípios, levando professores qualificados. Com isso, Cristovam Buarque já falava aqui que o salário de um professor não poderia ser menor do que R\$15 mil, para poder ter atratividade, para poder vir mais gente, que hoje entra em outras profissões e, às vezes, nem vai exercer, justamente para que venham para a educação. Hoje mesmo, o jornal, parece-me, *O Estado de S. Paulo*, se não me falha a memória, fala justamente isto: se a gente conseguir segurar os meninos, os adolescentes na escola e ensiná-los adequadamente a ter uma qualidade educacional – isso corresponde



hoje a dois pontos a mais no PIB brasileiro –, aumenta a riqueza. “Mas como é que pode a gente trabalhar educação de menino e isso trazer crescimento econômico?” Está escrito hoje nos jornais, eles mostram pesquisas que evidenciam que há, sim, crescimento econômico com a melhoria da qualidade da educação. E qualidade de educação a gente não consegue fazer sem professores devidamente qualificados, habilitados para o enfrentamento de uma sala de aula complexa, como falei inicialmente.

Ora, nós somos médicos, o Presidente e eu. Você sabe que há uma especialidade. Depois da sua graduação, você foi fazer uma residência médica de dois anos, três anos – hoje tem residência de cinco anos. A residência é um período de preparação do médico dentro de uma especialidade, para ele conviver, na prática, com outros profissionais experientes e lhe passarem maiores competências. Eu acredito que o caminho hoje do MEC, do Brasil, é realmente voltar lá atrás, no tempo das escolas normais de ensino médio. As nossas normalistas eram excelentes professoras, elas sabiam dar aulas, elas realmente sabiam a parte teórica e a parte prática do enfrentamento de uma sala de aula, as nossas normalistas, que não existem mais. Então, há a necessidade de uma residência, um tempo prático do professor na sala de aula para poder ser habilitado em um concurso público e dar aulas adequadamente.

Nós temos também outra necessidade, Sr. Presidente. Um delegado de polícia, um juiz de direito, um agente penitenciário, ao fazer concurso público, vão para a academia. Eles vão para a academia de polícia, da magistratura, ficam lá quatro meses, seis meses, praticando, entendendo a abrangência e as competências deles, e nós não temos a academia do professor. Acredito que nós já teríamos que ter a academia do professor para formar esse professor.

Pois não, Senador Chico.

O Sr. Chico Rodrigues (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – V. Exa. me concede um aparte?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não.

O Sr. Chico Rodrigues (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para apartear.) – Muito obrigado, nobre Senador Confúcio Moura.

Eu estava aqui acompanhando o seu pronunciamento. Nós já temos uma relação de convivência antiga, há décadas, desde a Câmara dos Deputados – fomos Governadores juntos, inclusive –, mas sempre, sendo médico, eu tenho observado em V. Exa. esse viés na área da educação, a absoluta responsabilidade e compromisso com esse tema, que é sensível, mas fundamental para qualquer sociedade. Nós vemos, inclusive, países que se levantaram das guerras – como o Japão, por exemplo, como o próprio Vietnã, que hoje é uma potência mundial – exatamente porque os governantes olharam com esse olhar, pela importância estratégica, histórica e, acima de tudo, futurista que representa esse segmento, que, na verdade, é o formador de todas as profissões, porque é na sala de aula que, desde aos da mais tenra idade, ao jovem, ao adolescente, ao adulto – os da terceira idade até frequentam os bancos escolares – esse mesmo professor leva o conhecimento em todos os níveis, e, infelizmente, não tem o reconhecimento devido.

Eu vejo essa sua preocupação, que devia ser a preocupação de todos. Enfim, os governos passam, as promessas se multiplicam, e os resultados são extremamente restritos pela importância que se deveria dar à formação, à valorização e, acima de tudo, à capacitação desses professores, porque é um ciclo contínuo de aperfeiçoamento.

Então, mais uma vez, a gente assiste, neste Plenário, a um discurso, entre tantos belos discursos, e de temas atuais, que provoca, focando neste tema hoje, em que V. Exa. dá uma contribuição gigantesca para o Governo e também, num processo quase indutivo, a todos os companheiros Parlamentares de se debruçar sobre essa questão, que é fundamental para a formação deste país. Esse índice de 2% a que V. Exa. se referiu aí, que é divulgado hoje nos veículos de comunicação, é exatamente o retrato falado, real, intocável de que essa é uma grande verdade, porque, na medida em que esses professores se capacitam,



na medida em que a educação se qualifica, nós vemos, obviamente, profissionais com melhor qualidade, sempre olhando pelo retrovisor da banca escolar. Portanto, quem ganha é o nosso país.

Parabéns pelo pronunciamento extremamente oportuno nesta tarde.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Chico Rodrigues.

O Sr. Izalci Lucas (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Senador Confúcio, também gostaria de pedir um aparte a V. Exa. por causa desse tema que a gente vem discutindo há anos aqui.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não.

O Sr. Izalci Lucas (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para apartear.) – V. Exa. tem toda a razão: o Governo precisa realmente colocar em prática essa questão da formação de professores. Nós temos aí o novo ensino médio, que foi aprovado por esta Casa e que já era para estar funcionando desde o ano passado. Evidentemente que, quando aprovamos a reforma do ensino médio, um dos principais cursos que eu previa que viria imediatamente era o curso normal, que seria o que era antes, mas não adianta também dar um curso normal, técnico, da forma como é dado hoje nas faculdades. Muitas pessoas não têm nenhuma noção da parte prática.

Nós temos aqui um modelo, em Brasília – não sei se vão acabar com ele agora ou não –: no curso de Medicina, e V. Exa. também é médico, o aluno do primeiro semestre já está atuando nos hospitais. Então, a formação aqui da universidade do Distrito Federal em Medicina e também em Enfermagem dá essa possibilidade de o aluno trabalhar concomitantemente a teoria e a prática.

Nas escolas, já deveria ser a mesma coisa. Até mesmo a escola do governo, ou qualquer instituição, poderia colocar os seus alunos de pedagogia, magistério, exatamente na sala de aula. O que mais precisamos hoje é de professores em sala de aula, monitores, pessoas que podem contribuir realmente com a educação, uma educação que, inclusive, precisa, e não tem hoje monitores. Tudo isso ajuda.

Como V. Exa. disse, o planejamento do curso normal era maravilhoso. Você tinha essa possibilidade de ter a parte prática, que é um dos grandes problemas hoje da formação de professores. Então, V. Exa. tem toda a razão. É lógico que a federalização da educação, que o Senador Cristovam pregava, é uma saída, porque, quando você faz concurso de juiz, de promotor, de delegado, você sabe exatamente, o Governo Federal assume tudo isso e fica atrativa a profissão. Mas, de qualquer forma, existem outros mecanismos para aperfeiçoar este que é um dos grandes itens do Plano Nacional de Educação, que é a formação de professores.

Então, parabênizo V. Exa. mais uma vez.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado.

O Sr. Izalci Lucas (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Mas como é o negócio da água?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Água mole em pedra dura...

O Sr. Izalci Lucas (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Então, um dia a gente ainda vai conseguir chegar lá, se Deus quiser. Parabéns!

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Exatamente. Muito obrigado, Senador Izalci e Senador Chico Rodrigues. Eu incorporo os seus apartes ao meu discurso.

Para finalizar, Sr. Presidente, eu poderia pensar assim: “Mas, gente, educação demora muito, é coisa de 20 anos, é coisa de 30 anos, pode demorar demais”. Não. Se a gente começar agora...

Eu estou muito otimista com o Ministro Camilo Santana e a Vice-Governadora do Ceará, agora na Secretaria-Executiva do Ministério da Educação, a Izolda Cela. Estou muito animado com eles dois, porque



deram bons exemplos lá no estado do Ceará, onde o resultado é muito positivo. Para vocês entenderem, das cem melhores escolas brasileiras, se não me falha a memória do dado que eu vou falar, 85 são do estado do Ceará. Isso é fantástico, é um resultado muito positivo.

Em quanto tempo a gente começa a ver resultado positivo? Oito anos, doze anos de trabalho continuado já é um tempo excelente para a gente melhorar os indicadores, baixar mais nossas expectativas nas avaliações internacionais.

Enfim, nós temos também de nos preocupar com a alfabetização, com a formação dos chamados professores alfabetizadores. Há poucos professores alfabetizadores no Brasil, e a alfabetização é a base de tudo. O aluno que é alfabetizado até o oitavo ano de idade é um aluno que não terá problemas no futuro na sua escolaridade. É indispensável a formação e a preparação de professores alfabetizadores.

Era só isso, Presidente. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para apartear.) – Senador Confúcio, se o senhor me permite, eu queria fazer um comentário sobre os dois anos a que o senhor se referiu. Como o senhor falou da medicina, a escolaridade está associada ao aumento do aleitamento materno, à diminuição da violência doméstica, à alfabetização dos filhos de mães alfabetizadas, pois a escolaridade é maior dos filhos de mães escolarizadas. Portanto, a educação está na base de tudo, inclusive na redução da mortalidade infantil, porque mães escolarizadas têm mais condição de conduzir os seus filhos, de cuidar dos seus filhos e das famílias, de uma maneira geral.

Portanto, a proposta que o senhor faz não vai levar dez anos, vinte anos, até porque o Brasil já estabilizou o seu crescimento populacional. O número de crianças que chegam em idade escolar não cresce numa proporção que gere tensionamento para a ampliação maciça de novas vagas. E nós precisamos voltar o olhar para a mudança da qualidade da escola, para qual padrão de escola nós queremos para o Brasil, porque não é possível a gente pensar em uma escola que não tenha as mínimas condições para oferecer as distintas linguagens que uma criança e um jovem precisam incorporar para serem incluídos neste mundo em constante transformação.

É possível pensar em métodos, em processos pedagógicos que sejam os mais universais possíveis e amplos para garantir que os professores sejam capacitados permanentemente, com material didático permanentemente atualizado, e permanentemente treinados. Eu diria que, da mesma forma que a gente tem a escola aberta para os alunos, a gente precisa ter escolas abertas para os professores.

Quero contar aqui uma experiência que eu vivi na condição de Secretário Municipal de Saúde que me chama muito a atenção e reforça o que o senhor traz como uma necessidade.

Nós criamos o Centro de Educação Permanente e, por esse Centro de Educação Permanente, a cada seis meses, passavam todas as equipes de saúde da família do Município de Aracaju. Quando se afastavam em torno de seis meses que aquela equipe tinha passado pelo Centro de Educação Permanente, reduziam as doenças de notificação compulsória, diminuía a quantidade de diagnóstico, diminuía a prescrição e aumentava a queixa da população em relação à qualidade do atendimento.

Quando essas equipes passavam pelo Centro de Educação Permanente, aumentavam as doenças de notificação compulsória, aumentava o diagnóstico, aumentava a solicitação de exame, aumentava a prescrição e diminuía as queixas da população em relação àquela equipe, àquelas unidades.

Portanto, não há como pensar em transformar qualquer área de prestação de serviço, qualquer área que diz respeito a pessoas que interagem com pessoas para produzir transformações nas vidas – por exemplo, professor interagindo com aluno, com o saber, com o conhecimento – se não tiver educação permanente, aberta e à disposição, o tempo todo, para professores e professoras que venham a se dedicar.

O senhor lembra, também, de uma coisa muito importante: o apagão no que diz respeito à docência, principalmente para o ensino médio e fundamental, que é a base daquilo que precisamos para a formação



de todos os profissionais e para a formação do indivíduo que vai, no mercado, às vezes, definir o que será profissionalmente e quantas profissões eles vão ter na vida. Portanto, nós precisamos ter cada vez mais professores com formação mais ampla, de maior qualificação, e isso não será possível se o mercado e a remuneração não forem compatíveis, porque as outras áreas vão tomar aqueles que melhor se prepararam.

Então, parabéns! É uma discussão extremamente relevante e, no momento importante em que nós temos, como o senhor mesmo disse, um Ministro e uma Secretária de Ensino Fundamental e Médio com todas as condições e competências para conduzir essas grandes transformações por que a nossa educação precisa, rapidamente, passar e incorporar, para que a gente possa pensar num país desenvolvido, civilizado e baseado no respeito, que é fundamental para a gente construir uma sociedade.

Muito obrigado pelo aparte, Senador Confúcio Moura.

Com a palavra o Senador, cedido aqui, gentilmente, pelo Izalci – na sequência, teremos Izalci e Senador Paulo Paim –, o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna deste Senado, hoje, para falar de um tema recorrente em relação aos brasileiros que vivem no exterior.

Há muito vinha me incomodando a situação de muitos brasileiros, de boa-fé, que vendiam todos os seus bens para buscar uma oportunidade em nosso país irmão, Portugal, mas que ao chegarem àquele país se deparavam com as restrições e dificuldades advindas dos efeitos inflacionários e recessivos do período pós-covid e da guerra da Ucrânia, que têm penalizado muitas nações do velho continente.

Por essa razão, no período de 23 a 29 de janeiro, estive em Portugal para cumprir missão oficial, com a autorização do Sr. Presidente do Senado, Senador Rodrigo Pacheco, com o objetivo de investigar *in loco* a situação de milhares de brasileiros que migraram para lá na esperança de alcançar melhores dias, melhores condições de vida para si e para as suas famílias, mas que acabaram por se deparar com um ambiente extremamente adverso em Portugal, levando-os a dificuldades financeiras imensas e a um desejo de retornar ao nosso país.

Portugal conta hoje com cerca de 300 mil brasileiros entre residentes permanentes e transitórios. Cerca de 200 mil estão solicitando cidadania portuguesa. O envelhecimento populacional, a língua comum e a possibilidade de contratação de mão de obra brasileira mais barata serviram, por muito tempo, de incentivo para que muitos brasileiros se desfizessem do que tinham no Brasil para ir em busca das promessas de empregos mais bem remunerados no velho continente. Em função disso, hoje, cerca de 23 mil brasileiros enfrentam sérias dificuldades financeiras, quase 10% dos brasileiros que vivem lá. Pessoas que viajaram buscando melhores condições de vida, estimulados por notícias falsas de youtubers, que descreviam Portugal como eldorado, mas que acabaram encontrando grandes dificuldades, ficando sem recursos para se alimentarem e para pagarem moradias, testemunhados por mim.

A missão oficial consistiu em uma extensa agenda com diplomatas e grupos de representantes de imigrantes brasileiros, organização de migração das Nações Unidas e representantes da Assembleia Nacional de Portugal, em Lisboa, na cidade do Porto e na cidade de Faro.

Acompanhado do Embaixador do Brasil em Portugal, Raimundo Carreiro, visitei a Assembleia da República e fui recebido pelo Deputado João Moura, do PSD português e Presidente da Comissão de Amizade entre Portugal e Brasil. Na ocasião, o Deputado assinalou que é do interesse do Estado português acolher os brasileiros que decidem estabelecer-se em seu país, que somariam, segundo suas estimativas, quase meio milhão de pessoas. “Olhamos com muito bons olhos a imigração de nossos amigos brasileiros”, afirmava ele, à luz do baixo crescimento vegetativo da população portuguesa e da emigração de jovens qualificados para outros países da Europa. Informou-nos ainda que o número de brasileiros vivendo legalmente em Portugal aumentou 14% em 2022, ou seja, 28 mil brasileiros a mais, o que fez o



efetivo alcançar 233 mil brasileiros vivendo legalmente naquele país. Informou ainda que quase 50% dos novos registros de residência concedidos no ano passado foram para brasileiros.

Nessa visita, fomos alertados de que o número de brasileiros radicados em Portugal seria muito maior do que aquele estimado, de 350 mil, em razão de cidadãos que possuem residência permanente, dupla nacionalidade, além daqueles que se encontram ilegais e os que eventualmente moram na Espanha e se deslocam com frequência para este país.

Também acompanhado pelo Embaixador Raimundo Carreiro, participei de reunião na missão da Organização Internacional para as Migrações (OIM), órgão sediado em Lisboa.

O chefe da missão, Vasco Malta, destacou que os cidadãos brasileiros representam expressiva maioria dos atendidos por essa iniciativa em Portugal, chegando a representar 89% dos atendidos em 2022 e totalizando mais de 8 mil casos desde o início das atividades da OIM.

Ao traçarem o perfil dos imigrantes brasileiros em Portugal, os representantes da OIM observaram a prevalência de homens, cerca de dois terços; a baixa qualificação profissional; o crescimento do número de famílias migrando em conjunto, inclusive idosos e crianças; e a ausência de informações detalhadas a respeito das dificuldades do mercado de trabalho, do acesso a moradia e da alta taxa inflacionária.

No que diz respeito a esta marcante desinformação, indicaram ainda que os brasileiros estão sendo influenciados por influenciadores digitais, os youtubers e influencers, e redes de criminosos que se aproveitam da situação de vulnerabilidade desses imigrantes para obter vantagens pecuniárias.

Visitamos a cidade do Porto, cujo Consulado brasileiro, só em 2022, recebeu 60 pedidos de autorização de retorno ao Brasil. Na jurisdição do Consulado, houve aumento de 50% no número de brasileiros.

De acordo com a cônsul em Porto, há um descompasso entre a lei portuguesa e o processamento dos pedidos de imigração pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). A legislação portuguesa é flexível no tocante aos imigrantes, tendo em vista dois fatores importantes: de um lado, a baixa taxa de natalidade – em 2022, nasceram, segundo a imprensa local, apenas 44 mil bebês –, e, de outro, a imigração de jovens portugueses em busca de melhores oportunidades de emprego a outros países da União Europeia, principalmente Alemanha, França e Luxemburgo.

Visitamos também a cidade de Faro, ao sul do país, onde eu me reuni, no Consulado brasileiro, com o Conselho de Cidadãos de Faro (ConCid), com servidores que prestam permanente assistência a eles lá do nosso Consulado.

O ConCid enfatizou, como havia feito o Presidente do Grupo de Amizade Portugal-Brasil, no Parlamento de Portugal, que a necessidade de mão de obra estrangeira é real, inclusive para contribuir para a seguridade social, que não tem recurso suficiente para pagar pensões ao crescente contingente de aposentados.

Levantei alguns pontos e sugestões importantes durante essa missão em Portugal, os quais gostaria de apresentar aos colegas Senadores e Senadoras, para avaliarmos possível conversa com o Executivo federal, e isto faremos, Presidente, logo depois deste pronunciamento.

1. A quantidade do número de brasileiros em Portugal é maior do que se pensava inicialmente e continua a crescer em níveis expressivos;

2. Há um espaço importante para a manutenção da migração de brasileiros para Portugal que deve ser explorado com sabedoria e orientação governamental – espaço para a migração de mão de obra especializada, em especial, nas áreas de hotelaria, turismo, construção civil e restaurante;

3. Há o interesse de autoridades do Governo português de uma maior parceria estratégica entre os dois Governos, para atenuar os efeitos da crise recente sobre a economia de Portugal, além da oferta de mão de obra qualificada, assim como o interesse por maiores investimentos brasileiros em Portugal;

4. Há um trabalho de desinformação feito por youtubers e influencers que têm estimulado a migração



indiscriminada para Portugal de pessoas sem formação especializada que, diante de uma realidade adversa naquele país, estão tendo muita dificuldade financeira e acabam buscando apoio para a repatriação. É preciso avaliar meios que coíbam a divulgação dessas desinformações, seja por divulgação pelas autoridades competentes de notícias, seja pela punição à divulgação de notícias falsas sobre essa recorrente temática;

5. Ficou clara a importância de o Governo brasileiro restabelecer canais de diálogo com as comunidades brasileiras no exterior, passo este iniciado com nossa visita à Assembleia da República de Portugal;

6. Há uma morosidade da autoridade portuguesa de imigração, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), em viabilizar o trabalho legal dos imigrantes, que tem dificultado a oferta de trabalho legal a imigrantes brasileiros. Essa lentidão parece estar em dissonância com a postura do Governo de Portugal, favorável à migração de estrangeiros para aquele país. Nesse sentido, há um espaço para nosso Governo buscar a superação dessa lentidão por meio de maior interlocução com o Governo de Portugal. Nesse sentido, há um espaço para estimular uma atividade política de Brasília junto ao Governo português com o intuito de acelerar o processo de regularização migratória;

7. Em função das conversas com as organizações de migração, é possível levar ao Governo brasileiro a sugestão de criação de apoio financeiro que poderia ser dado à Organização Internacional para as Migrações, das Nações Unidas, condicionando a utilização dos eventuais recursos para promover a reintegração e o retorno exclusivo de nacionais brasileiros.

Recentemente, Sr. Presidente, todos nós estamos acompanhando na grande mídia que há uma nova movimentação por parte do Governo de Portugal para facilitar a regularização desses migrantes temporários. Portanto, eu diria que, fruto já da nossa visita, houve um pequeno avanço, através da SEF, essa secretaria de apoio aos imigrantes, mas nós precisamos, cada vez mais, que a nossa diplomacia, competente, eficiente, qualificada, possa realmente, neste momento exatamente desse país irmão, Portugal, fazer uma interlocução mais forte para que os milhares de brasileiros que estão vivendo ali possam realmente ter um melhor tratamento e não passem pelas dificuldades que estão vivendo, um número enorme.

Eu passei oito dias, tive contato com mais de 15 grupos e vi realmente essa dificuldade pelas quais passam os brasileiros, principalmente aqueles que não estão com a sua documentação de imigrante regularizada.

Portanto, era este o pronunciamento que eu gostaria de fazer...

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para apartear.) – Senador Chico Rodrigues...

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Pois não, Nobre Senador Paim, V. Exa. tem a palavra.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para apartear.) – Eu ouvi aqui atentamente o seu pronunciamento e eu tomo a liberdade de propor a V. Exa. que, no momento em que retomar o trabalho também da Comissão Mista, V. Exa. leve esse tema para a Comissão de refugiados e migrantes, para que a gente também possa ver, por aquele canal, em que a gente pode ajudar, de forma fraternal, de forma solidária, esses brasileiros que se encontram na situação descrita aqui rapidamente por V. Exa., e lá poderia fazer uma exposição mais detalhada da sua viagem.

Então, eu falarei com o Presidente da Comissão para que, na primeira reunião, V. Exa. seja convidado para retratar os fatos aqui descritos para que a gente possa, então, ver o que podemos também somar nesse mesmo sentido. São políticas humanitárias, não é só obrigação daquela Comissão, mas também da própria Comissão de Direitos Humanos.

Cumprimento V. Exa. pela viagem.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) –



Muito obrigado, nobre Senador Paulo Paim.

V. Exa., inclusive, abre exatamente essa janela para que nós possamos fazer essa apresentação na Comissão, e tenho certeza de que, pela sensibilidade e pela participação daqueles que se dedicam mais a essa causa, será muito bem recebida, inclusive para nos auxiliar na comunicação, na condução, apresentando essas proposições tanto ao Governo quanto, diretamente, ao nosso Chanceler, com o corpo diplomático magnífico que nós temos, para que possam, junto ao Governo de Portugal, facilitar a vida dos nossos irmãos brasileiros naquele país.

Muito obrigado pelo aparte. Eu o incorporo ao meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Senador Chico Rodrigues.

Eu queria convidar V. Exa. para assumir aqui a Presidência, ao tempo em que convido o Senador Izalci Lucas para fazer o seu pronunciamento.

Informo que estão inscritos o Senador Paulo Paim e o Senador Esperidião Amin.

(O Sr. Rogério Carvalho, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Chico Rodrigues, 3º Secretário.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o tema de hoje está relacionado muito ao que foi falado aqui, primeiro, pelo Senador Girão sobre a questão de segurança pública em Fortaleza, e isso, acho que reflete hoje a preocupação em todos os estados. Mas nós temos, além da questão da segurança, também a questão da insegurança jurídica.

Falei há pouco, alguns dias atrás, sobre a insegurança com relação às empresas diante da decisão do Supremo. E agora, no *Diário Oficial* de hoje, aparece exatamente uma decisão do Tribunal de Contas da União solicitando, ou determinando, que o GDF devolva – através, evidentemente, dos policiais militares e bombeiros, cada um vai ter que devolver – todos os recursos que foram pagos, de 2014 para cá, como auxílio-moradia, além de determinar também o não pagamento a partir de agora.

O auxílio-moradia foi um dos artifícios que foram criados ainda no Governo Agnelo. Como havia alguma dificuldade, e sempre há dificuldade, no encaminhamento para esta Casa com relação a aumento salarial, à contratação de policiais militares, bombeiros e policiais civis... Porque depende da iniciativa do Governador, depende da Casa Civil e do Presidente da República encaminhar para o Congresso uma medida provisória, e nem sempre isso acontece.

Lá atrás, no Governo Agnelo, para vocês terem uma ideia – eu já disse isso aqui –, no caso da Polícia Civil... A nossa Polícia Civil hoje tem a 24ª remuneração do país – 24ª! Desde 2014, já no Governo Agnelo, que não há reajuste para os policiais civis, por mais que tenhamos aprovado aqui... Nós aprovamos, na Comissão Mista de Orçamento, por duas vezes, aprovamos no Congresso, mas não foi encaminhado o texto para aprovar a medida provisória. Portanto, 24º salário.

A Polícia Militar e Bombeiros também defasados, 8º, 7º, depende do cargo do praça, da graduação, exatamente por falta também, essa dificuldade... V. Exa., que é dos territórios, para ter uma ideia, lá nós conseguimos. No mesmo dia em que aprovamos o reajuste aqui da Polícia Civil, nós aprovamos os dos territórios. E aconteceu, os territórios hoje ganham, porque os nossos policiais civis tiveram a opção de escolher Polícia Civil ou Polícia Federal. A legislação era a mesma quando a polícia foi criada aqui no Distrito Federal. Então sempre teve equiparação com a Polícia Federal, mas, do Governo Agnelo para cá, acabou essa paridade. Por quê? Porque o Governador iria dar, a Presidente Dilma pediu que não desse porque ela não tinha condição, naquele momento, de dar aumento para a Polícia Federal. Depois ela deu, o GDF não deu. E aí estava tão defasado que se criou esse artifício do auxílio-moradia. Existia



por lei o pagamento de auxílio-moradia, que era R\$125, R\$140 para o oficial, para o coronel, e R\$27, R\$28 de auxílio-moradia para um policial, um soldado de segunda classe. Então o Agnelo aproveitou, em 2014, e aumentou o auxílio-moradia, já que era difícil encaminhar para cá, vir para cá e se aprovar aqui, fez esse artifício. E agora o tribunal decide que tem que devolver esse período todo de 2014, ou seja, os últimos nove anos. Qual é o militar que recebeu de boa-fé o seu salário e agora vai ter que devolver o auxílio-moradia dos últimos nove anos? Hoje a remuneração de um coronel, por exemplo, é R\$3,6 mil de auxílio-moradia, multiplica por nove anos para ver quanto é que dá para ele devolver, além de não receber a partir de agora, quando já está defasado o salário.

Então a gente precisa... Conversei anteontem, na inauguração do 6º Batalhão, que foi mais uma conquista da segurança pública da Esplanada. A Câmara Federal cedeu o terreno aqui, foi ampliado o 6º Batalhão, dobraram o contingente para quase 500 policiais, apesar das dificuldades que temos aí de concurso, o que também depende de iniciativa de Governo e tal.

Então hoje, para vocês terem ideia, na Polícia Civil, onde deveríamos ter 10 mil, estamos trabalhando com pouco mais de 4 mil. Polícia Militar era para ter 18 mil hoje; temos 10 mil e, desses, grande parte é administrativa, não é operacional. Portanto, trabalhamos sempre com metade do contingente. E para fazer tudo isso depende do Congresso, da iniciativa do Governo Federal e do GDF também. Isso dá uma insegurança muito grande, a gente precisa resolver isso.

Nós conversamos com o Presidente da Câmara, Arthur Lira, e com a Governadora em exercício, e ficaram de mandar uma medida provisória para corrigir isso, para que a gente pudesse aprovar aqui, juntamente com o aumento salarial. Lamentavelmente ainda o Ministro fez uma brincadeira, “Deus proverá”, e eu respondi que o que o homem pode resolver, vamos resolver, não tem que atribuir a Deus isso aí, para recuperar um pouco essa defasagem. Então estamos aguardando aqui, mas já tem um tempo que está na Casa Civil para ser encaminhado para esta Casa. Nós precisamos disso, precisamos de segurança jurídica, precisamos que as coisas caminhem corretamente e no tempo certo, para não gerar esse tipo de procedimento, como aconteceu a insegurança das empresas pela decisão de ter que pagar agora 15 anos de Imposto da Contribuição Social sobre o Líquido, mas eu não vou entrar nesse detalhe.

Estava analisando há pouco o projeto de lei que o Presidente está encaminhando, e com certeza essa questão da equiparação salarial entre o homem e a mulher – e existe isso – vai passar por unanimidade. Agora, precisamos ter uma forma de apurar isso objetiva. Não dá para ficar subjetiva e cada um interpretando. Eu conheço, sou contador, sei o que é o fiscal numa empresa e essas coisas que acontecem. Como fui também do Tribunal do Trabalho, sei que a gente precisa ter uma coisa muito objetiva, muito clara. Tem a nomenclatura do cargo? Então, temos que ter uma coisa objetiva. Não dá para ficar no subjetivo, à mercê de uma regulamentação ou de uma decisão do fiscal ou não sei de quem.

Então, nós precisamos neste país de segurança jurídica. Seja no salário, como aconteceu agora com os policiais militares e bombeiros, seja o que aconteceu nas empresas. Não dá, num país como o nosso, democrático – e é bom lembrar sempre que quem gera emprego, quem paga imposto neste país são as empresas e 80% desses empregados são das pequenas e microempresas.

Temos que dar segurança, porque na insegurança as pessoas não investem mais. Eu, que estou na Frente Parlamentar de Investimentos Estrangeiros no Brasil, fiz diversas reuniões nas embaixadas. A maior preocupação dos investidores internacionais é a segurança jurídica. A gente precisa ter uma legislação mais clara, que dê segurança, para não acontecer o que está acontecendo, principalmente para os trabalhadores, que depois têm que devolver coisas que já receberam, nas condições que estão sendo colocadas.

Então, esses dois assuntos, é de suma importância que a gente possa agilizar isso. Peço a V. Exa., que é também Vice-Líder do Governo, do Congresso, e é também da Mesa, para que haja uma cobrança para que cheguem a esta Casa o mais rápido possível essas questões com relação ao Distrito Federal.



Com relação à CPMI, nós estamos aguardando a reunião do Congresso, e nós temos um interesse especial por sermos do DF. A gente tem acompanhado passo a passo cada detalhe do que aconteceu, antes e após. A gente está acompanhando isso, e eu espero que, na CPMI, a gente tenha a oportunidade de esclarecer tudo isso. Temos elementos já para mostrar que realmente existem outros fatores que precisam ser colocados a público. Então, a gente está aguardando a CPMI para a gente poder demonstrar que realmente o DF errou, mas vários outros órgãos também tiveram um papel que precisa ser apurado.

Então, Presidente, eu, na sequência, fiz um aparte ao Senador Confúcio Moura, que é um especialista, foi Governador e tratou a educação com muito carinho. Ele é dedicado à área de educação, como vários aqui nesta Casa, mas o Senador Confúcio sempre participou, como eu, na Comissão de Educação, o Senador Amin também, o Paim. Acho que todos nós temos a educação como prioridade, mas o que está acontecendo hoje... Nós temos gente no 5º ano... O Senador Paim acho que fez um aparte falando... Ah, não. Ele disse que com oito anos a pessoa tem que estar alfabetizada, e bem alfabetizada. Aqui nós temos gente no 5º ano, com 11 anos, que não sabe escrever o nome, que não sabe ler um parágrafo e interpretá-lo.

Então, se a gente não resolver como uma política de Estado... Educação, saúde, segurança são políticas de Estado, não dá para cada governo que entra mudar.

A gente tem essa esperança aqui, agora, com o Ministro Camilo, que realmente deu uma prioridade ao Ceará. Não só ele, mas os seus antecessores também, mas que gerou um diferencial no Brasil, para que a gente possa, de fato, colocar a educação como prioridade.

E nós aprovamos aqui – eu fui o Relator do Fundeb – e colocamos mais recursos exatamente para a educação infantil, que é a base da educação. Você não constrói uma casa pelo telhado, como a gente faz, e dá à União, que tem o poder de recurso, que tem muito recurso, o ensino superior, e a educação infantil fica lá com o município, que não tem recurso, que está sempre com dificuldade, não é? E a gente, então, tem que inverter isso.

As pessoas – o Senador Amin já foi Governador, tem uma experiência de muitos anos de gestão – sabem que a gente precisa valorizar o município, porque as pessoas não moram na União e não moram no estado; elas moram no município, é lá que elas cobram.

E a gente precisa aprovar logo essa reforma tributária, com que eu estava muito otimista; já não estou mais, em função das últimas conversas que estou vendo na Câmara e também com alguns do Senado, porque todo mundo é favorável, 100%. Se você perguntar a todo Deputado e a todo Senador se é favorável à reforma tributária, é unanimidade, mas depende do texto. Aí tem o município, que quer 40 anos de transição, está na proposta da 110; tem o comércio, que tem as suas ponderações, como o serviço, que também tem dificuldade. Então, cada um tem um problema.

Então, na hora de aprovar mesmo, a gente vai ter dificuldade, mas eu espero que a gente defina o mais rápido possível, não só a aprovação da reforma, que precede também o pacto federativo. Não adianta também você jogar tudo nas costas do município, como vem acontecendo, e não dar a ele o recurso.

Eu me lembro, foi falado aqui da questão do salário do professor. Eu era Deputado em 2011; o Senador Amin, não sei se era, mas nós aprovamos o piso salarial dos professores. Uma mixaria, não é? Mas aprovamos. Mas mesmo assim, nove estados não estavam cumprindo o piso. E quem estava acabou destruindo o plano de carreira para poder justificar o piso na época. E está aí ainda. Mesmo com os reajustes que foram dados nos últimos anos, ainda está muito aquém daquilo que merece o professor.

Então, a gente precisa realmente... E vamos ver agora, com o novo Governo, com o novo ministério, que a gente possa de fato priorizar a educação na prática, e não só no discurso. Temos recurso, mas temos que resgatar o Plano Nacional de Educação, que ficou infelizmente na base das intenções ainda, um plano de intenções. E eu espero que a gente possa agora, na renovação do Plano Nacional de Educação, que



vamos ter que votar agora, de novo, já temos que começar a discutir o próximo, que a gente coloque, regulamente essa questão da lei de responsabilidade educacional. Alguém tem que responder por isso, seja presidente, seja governador, seja secretário, para a gente ver por que é que a educação nossa não evolui.

Então, eram essas as minhas considerações. Agradeço a V. Exa. pelo aparte, pela Presidência, porque V. Exa. estava... Eu acabei ligando para V. Exa. para presidir, porque a gente precisava de alguém da Mesa. Então agradeço a V. Exa. essa participação de hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Ok, Senador Izalci Lucas, V. Exa. tratou aqui de vários temas, inclusive todos eles recorrentes, temas extremamente atuais, que só demonstram a sua preocupação com o GDF, porque, como representante, V. Exa. conhece como ninguém as necessidades do Governo do Distrito Federal, seja na área de servidores civis, seja na área pública, nos militares.

Essa questão da educação, em Brasília, deveria ser a caixa de ressonância da sociedade com todos os modelos executados aqui, para que pudessem refletir no país inteiro. Então, V. Exa. sempre ocupa com propriedade esta tribuna.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul. V. Exa. dispõe de 20 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Presidente Senador Chico Rodrigues, Senador Izalci Lucas, Senador Esperidião Amin, eu falei, na semana passada, da minha tristeza, em pleno século XXI, de estarmos ainda discutindo o trabalho escravo.

V. Exa. tem visto pela imprensa que, no Rio Grande do Sul, começaram a surgir algumas regiões em que isso estava acontecendo. Eu fui para lá esse fim de semana, e é sobre esse tema que eu vou falar, Sr. Presidente.

Houve um grande evento lá em Caxias do Sul, que é a terra da Festa da Uva. É o típico coração da Serra Gaúcha e a minha cidade natal, e eu não poderia me omitir. Quem se omite, numa hora dessa – e tem um espaço principalmente público –, passa, como disse o Papa, a ser cúmplice. Eu fui lá, então, para ver o que está acontecendo e como é que podemos ajudar. Por isso, inicio a fala nessa linha, Presidente.

Na sexta-feira passada participei do Seminário “Trabalho decente, sim! Trabalho escravo, não!”, realizado no Plenário da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, minha cidade natal, lá na Serra Gaúcha. O evento foi organizado pelas centrais sindicais, pela sociedade civil, e contou com a participação de representantes do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, do Ministério Público do Trabalho e do Ministério do Trabalho e Emprego, da Ordem dos Advogados do Brasil, de lideranças sindicais, Vereadores, Deputados Estaduais e Federais.

O objetivo do encontro foi debater a chamada escravidão moderna: a terceirização da atividade fim, a precarização do trabalho, bem como caminhar todos juntos, com a sociedade, para enfrentarmos o trabalho escravo, em pleno século XXI, como eu dizia.

Presidente, destaco que, antes do início, fui recebido pelo Prefeito de Caxias do Sul, que foi até à Câmara de Vereadores – na porta daquele evento, na porta da Câmara –, o Prefeito Adiló Didomenico, e também a Vice, Paula Ioris e secretários municipais. Fizemos uma reunião, conversamos sobre o tema e demandas recebi do Município.

Quero também destacar que quem me recebeu, desde o primeiro momento em que cheguei à cidade, foram os Vereadores. Aqui eu faço uma pequena homenagem a eles, pelo carinho, aos Vereadores Lucas Caregnato e à Vereadora – dois jovens – Estela Balardin. Além deles, claro, estava lá toda a imprensa local e, em seguida, chegou também meu querido amigo, que é de Caxias, foi Deputado Federal e é Deputado Estadual, o Deputado Pepe Vargas. Estiveram lá também inúmeros outros Deputados e Senadores.



Presidente, foi notícia nacional, V. Exa. deve ter acompanhado, que, em fevereiro, 207 trabalhadores terceirizados foram resgatados na região, mais precisamente em Bento Gonçalves. Foi feito o acordo, no final, entre as empresas, a terceirizada e o Ministério Público do Trabalho. Houve uma indenização de R\$7 milhões pagos pela vinícolas; R\$2 milhões, ficando, então, para distribuir, além da indenização, para os trabalhadores, e os outros R\$5 milhões serão para se investir no combate ao trabalho escravo não só no Rio Grande, mas também em todo o Brasil. Há um debate sobre isso ainda. Eu acho que não chegaram a uma reta final. O debate vai continuar, porque outras ações estão acontecendo.

Mas eu vou em frente, Sr. Presidente. Na semana passada, 56 trabalhadores foram também encontrados em regime análogo ao trabalho escravo, em lavouras de arroz, em Uruguaiana, também lá no meu Rio Grande. Não falo isso com alegria. É igual a você dizer que foi no seu estado, que foi no estado do Esperidião Amin ou noutra estado de qualquer cidadão. Falo com tristeza, mas eu não posso omitir os fatos, que aconteceram. O cenário é triste.

Desses 56, Sr. Presidente, em Uruguaiana, resgatados, dez eram menores de idade. Mais grave ainda. Cenário triste, claro, revoltante. A imprensa nacional toda deu a notícia: ataque aos direitos humanos, à lei trabalhista. A punição tem que ser no rigor da lei.

Não dá para nós voltarmos. Eu queria estar aqui debatendo os interesses dos estados e estou me lembrando aqui, porque vem o cenário à minha frente, o debate entre os escravocratas e os abolicionistas, se libertavam ou não os escravos. Está aí Ruy Barbosa, poderíamos aqui aprofundar esse tema, mas é claro que não dá tempo. Mas vamos em frente.

O trabalho análogo à escravidão, infelizmente, está em todo o país, Presidente. É só fazer a fiscalização que vão encontrar em todo o país. Não tem como não encontrar. Somente em 2022... É claro que eu não vou precisar aqui o número de cada estado, porque seria uma irresponsabilidade, mas, sim, se encontrará em todo o país. Somente em 2022, mais de 2,5 mil trabalhadores foram resgatados. Importante destacar – e sobre esse dado, eu tenho insistido – que, a cada dez trabalhadores resgatados, 9 são trabalhadores terceirizados.

Alguma coisa está errada! É como alguém usar a terceirizada e a terceirizada usar o pobre do trabalhador. Pega uma terceirizada, paga um salário, de um acordo que eles fazem – sobre que eu não vou entrar no mérito –, para o trabalhador, paga-se um salário deste tamanho e, conseqüentemente, não dá condições de ele sobreviver. Esses e alguns casos que eu citei aqui eram até de fome e miséria. Daí, o cara passava fome, não ia trabalhar. Se não ia trabalhar, não recebia o salário. Aí, ele tinha que, no fim do mês, pagar ao armazém onde ele comprava a alimentação dele. Não pagava, ficava endividado no armazém e não tinha salário no fim do mês, porque estava desmaiando de fome. Palavras dos fiscais do trabalho.

Destaco, Sr. Presidente, ainda. O trabalho escravo e a terceirização da atividade fim – olhem o que eu estou dizendo – têm que ser regulamentados, da atividade fim. Estão ligados. Trabalho terceirizado temos aqui dentro mesmo do Congresso, das empresas que fazem a manutenção da Casa.

Quero dizer que apresentei o Projeto de Lei 859, que veda a terceirização da atividade-fim – da atividade-fim. Que fique bem claro o que exatamente é atividade-fim; ali não pode terceirizar.

Estamos também revigorando o debate sobre o novo estatuto do trabalho, que tramita na Comissão de Direitos Humanos. Desse evento, foi elaborada uma carta com sugestões, que será, então, enviada aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Eu vou pedir para o senhor registrar a carta aqui, no Legislativo, ao fim do meu pronunciamento.

Mas cito aqui alguns dos pontos sugeridos – foram unanimidade entre todos que estavam lá: revogação da Emenda Constitucional 95, de 2016; aumento dos valores das multas e também das penalidades às empresas contratantes, com o cancelamento do CNPJ; revogação das leis de terceirização – eu já toquei nesse assunto – por exemplo, a Lei 13.429, de 2017, admitindo-se terceirização somente nas atividades-meio;



regulamentação da emenda constitucional – esse é o mais forte de todos, e o Congresso já aprovou, nós aprovamos, o Paulo Rocha, ainda na Câmara, apresentou, eu caminhei junto com ele, aqui no Senado aprovamos também. O que vêm aqui, então? Regulamentação da Emenda Constitucional 81, de 2014, que estabelece – já está na Constituição isso, é só regulamentar – expropriação da propriedade onde for identificada exploração do trabalho escravo, campanhas em defesa do trabalho descente e ampliação dos canais de denúncia.

Quero dizer que esse tema já está no Supremo Tribunal Federal, provocado pela sociedade civil, para que o Supremo decida. Se o Congresso não regulamentar, o Supremo vai regulamentar.

Por que tem que regulamentar, Presidente? Eu mesmo tenho falado publicamente: é muito fácil, eu sou, digamos, um concorrente seu, e as nossas fazendas estão na fronteira, não é? Eu posso fazer uma denúncia – você é concorrente meu, sei lá, em gado ou no que for – e aí vai desapropriar? Não, por isso tem que regulamentar. Tem que saber exatamente o que aconteceu, como foi comprovado o trabalho escravo. Bom, daí... É como a questão que hoje já é lei, já está na emenda constitucional, já está regulamentado: em propriedades, onde se encontrar maconha, por exemplo, plantação desses – eu não gosto nem de falar –, tráfico e drogas, pode desapropriar, desapropria onde é encontrado. Então, foi usado para essa Emenda 81 o mesmo princípio.

Ainda foi sugestão daquela plenária: desenvolvimento de campanhas nacionais sobre o tema, fortalecendo a compreensão da importância do trabalho descente e o combate ao trabalho escravo.

Responsabilizar rigorosamente todos aqueles que se manifestam publicamente a favor dessas práticas indecentes de trabalho escravo. Fortalecimento... Claro, aqui é a questão do Vereador lá, que deu aquele depoimento que circulou o mundo, onde ele disse que era tudo vagabundo, tudo nordestino. Enfim, que não faziam nada na vida. Eu não vou nem repetir todas as asneiras que ele falou. Foi expulso do seu próprio partido.

Fortalecimento da fiscalização do trabalho. O aumento do orçamento nessa área, realizando mais concursos públicos. Nós tínhamos de ter o dobro de fiscais do trabalho para que isso não acontecesse, mas, infelizmente, não há concurso público.

Na semana passada, recebi aqui, Sr. Presidente, a visita das viúvas das vítimas da chacina de Unaí. Apresentei um projeto de lei, depois de conversar muito, fiquei sensibilizado. Em Unaí, três fiscais foram assassinados e o motorista, também; aqui, em Unaí. E por que foram assassinados? Eles foram fiscalizar lá uma fazenda onde tinha trabalho escravo. Aí, prenderam os assassinos. O mandante também foi a júri, foi condenado, só que não está preso, e o assassino contratado deu um depoimento – as viúvas me relataram, porque estavam lá e está no processo – de que a ordem era matar um. Daí eles ligaram para o mandante e disseram: “Olha, eles estão em quatro. Acho que vamos suspender a operação” – assim ele deu o depoimento perante o juiz. E a ordem do lado de lá foi: “Torra todos [que é um código deles]. Torra todos. Matem os quatro”. E os quatro foram assassinados covardemente numa tocaia.

Por isso, Sr. Presidente, eu apresentei, na sexta-feira, o Projeto de Lei 1.053, de 2023, que inscreve os auditores fiscais do trabalho Nelson José da Silva, Eratóstenes de Almeida Gonsalves, João Batista Lage e o motorista Ailton Pereira de Oliveira no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Eles foram assassinados covardemente quando estavam cumprindo o dever de libertar trabalhadores sob regime de escravidão. Faça esse movimento com esse projeto porque eu acho que é um símbolo, para que se mostre a todos que aqueles que cometem esse crime serão punidos. E que mais heróis, não heróis mortos, apareçam para fazer esse bom combate para libertar a nossa gente.

Presidente, peço, então, a V. Exa. – e a carta está aqui – que registre a Carta de Caxias, porque foi lá que eu apresentei também esse projeto e já está tramitando na Casa.

Presidente, a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma: “Todas as pessoas nascem livres e



iguais em dignidade e direitos, são dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade” – são as políticas humanitárias. Buscamos, assim, esperança, renovação da vida, paz universal. Que a solidariedade nos alimente, que haja fraternidade, que o amor circule entre nós todos. Com amor, somos capazes de ir longe.

Pousando nosso olhar nos direitos humanos, vamos compreender o que significa igualdade, solidariedade e fraternidade – como a CNBB agora faz, com essa bela campanha em todo o país – e saberemos que direitos devem estar ao alcance de todos.

Da escolha que fizermos, dar-se-á o caminho, mas eu creio, firmemente, que só há um caminho: o da beleza existencial, o da inclusão social, o do respeito mútuo, o do reconhecer o outro, o da vivacidade das cores e das diversidades, o da satisfação, o da prosperidade sem violência, o da não violência, o da não exploração do homem pelo homem. A melhor política de direitos humanos é aquela que reduz todas as formas de desigualdade e de discriminação, e aqui, no caso, eu cito também de escravidão.

Dignidade para todos, políticas humanitárias para todos, semeando a sociedade, acarinhando a relação de governos e estados e suas obrigações com todo o seu povo. Todos têm responsabilidade. Todos têm o dever de respeitar o direito dos outros. Ninguém – indivíduo ou grupo, governo ou empresa – tem o direito de violar o direito de outra pessoa.

Direitos humanos estão relacionados ao combate às injustiças, vinculados à discussão dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e à própria democracia, temas que visam melhorar a vida das pessoas.

Para a Organização das Nações Unidas, os direitos humanos são garantias jurídicas universais que protejam indivíduos e grupos contra ações e omissões dos governos que atentem contra a dignidade humana. Direitos humanos são a plenitude pelo direito à saúde, à educação, ao trabalho decente, à terra, à moradia, à segurança, a um salário mínimo digno, a emprego e renda, a aposentadorias e pensões decentes, ao meio ambiente, ao esporte, ao lazer, às liberdades individuais, religiosas e sexuais.

Direitos humanos remontam ao despertar da consciência, ao direito à memória coletiva e à verdade. As pedras que construíram este país não foram carregadas por anônimos, não foram cortadas por silhuetas sem rosto. O aço que forjou a nossa geografia foi alçado por gente com nome e sobrenome, independentemente de se é negro, branco, índio, imigrante, refugiado. Homens e mulheres – negros, brancos, indígenas –, gente de mãos calejadas, de rosto queimado pelo sol, de sotaques diversos, gente que ainda vive sob os grilhões contemporâneos.

Sr. Presidente, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado é um espaço privilegiado para esse debate, e nós não vamos ser cúmplices, nós não vamos nos omitir. Nós faremos todas as denúncias que lá chegarem comprovadas, exigindo punição dura contra os criminosos. Assumo novamente a Presidência para o biênio 2023-2024. A Senadora Zenaide Maia foi eleita, também por unanimidade, Vice-Presidente. Os desafios que temos pela frente são enormes, são profundos e intensos. São muitos os problemas do país: trabalho escravo, precarização do trabalho, feminicídio, direitos das mulheres, crianças e idosos, ataques aos direitos dos povos indígenas e quilombolas, racismo, homofobia, xenofobia...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já estou terminando, Presidente.

Abordagem policial truculenta, questão carcerária e profissional, violência doméstica, direitos reprodutivos, meio ambiente, refugiados, migrantes, fome, miséria e pobreza.

Saúde, educação, emprego e segurança são questões de direitos humanos. Não podemos nos calar.



Direitos humanos devem estar nas políticas de Estado. Que sejam faróis a nos iluminar, a nos guiar. Direitos humanos não podem ser tratados como questões ideológicas de direita ou de esquerda. Temos que vislumbrá-los como ações humanitárias.

Nos últimos anos, eles foram colocados em segundo patamar. Houve um retrocesso. Com o Presidente Lula da Silva; o Ministro Silvio Almeida, dos Direitos Humanos; a Ministra Cida Gonçalves, das Mulheres; a Ministra Anielle Franco, da Igualdade Racial; e tantos outros, o Brasil terá que ter – e está tendo – um outro olhar para todos esses temas.

Estamos apenas no início – e aqui eu termino, Presidente –, mas estamos no caminho certo. Aliás, registro aqui que a Ministra Anielle Franco foi escolhida pela revista norte-americana *Time* Mulher do Ano de 2023. São 12 anunciadas. Ela é a primeira brasileira a compor essa lista. Fica aqui para ela os nossos parabéns!

Finalizo.

Façamos da defesa dos direitos humanos um dos objetivos da nossa vida, como tal escreveu a ativista paquistanesa pelos direitos da mulher Malala, que disse: “Eu levanto minha voz não para que eu possa gritar, mas para que aqueles sem voz possam ser ouvidos. Não é possível prosperar quando metade das pessoas fica para trás”.

E aqui eu termino.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – V. Exa. sempre ocupa essa tribuna dando uma aula de direitos humanos. A sua preocupação, a sua marca, inclusive, o seu DNA já é totalmente lido pela sociedade como essa pessoa que, na verdade, tem essa preocupação permanente com os direitos humanos.

Portanto, parabéns a V. Exa. por mais um pronunciamento nessa área tão importante para o ser humano.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Presidente Chico Rodrigues.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO PAIM. (Vide Item 4.1.1 do Sumário)

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Manifesto: Trabalho decente, sim! Trabalho escravo, não!

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin, de Santa Catarina.

V. Exa., o grande mestre, dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - SC. Para discursar.) – Quero saudá-lo, prezado amigo Senador Chico Rodrigues, assim como desejo saudar os oradores que eu pude acompanhar aqui. Todos eles abordaram temas importantes. Eu queria salientar que todos eles enalteciam, nas suas respectivas falas – o Senador Confúcio, o Senador Izalci; o próprio aparte do Senador Rogério Pacheco; o meu amigo Paulo Paim, que tem um nome honrado, desde a pia batismal até hoje, e até a própria sigla engrandece o seu nome, as iniciais do nome o engrandecem, como meu amigo que é e grande homem público –, ou seja, todas as manifestações aqui feitas e o pronunciamento de V. Exa. tiveram um ponto em comum: o trabalho, a oportunidade e a dignidade. Então, eu queria me congratular com os meus colegas que usaram da palavra.

E quero trazer aqui dois assuntos.

Primeiro, quero agradecer à equipe da Mesa que nos apoiou hoje pela manhã.



É Rogério Carvalho, perdão. Eu me enganei e falei Rogério Pacheco, fazendo uma fusão de nomes. Mas, desde já, retifico: Senador Rogério Carvalho, que presidiu a sessão em substituição a V. Exa.

Eu queria enaltecer a colaboração do nosso pessoal que trabalha na Mesa Diretora. Realizamos, hoje pela manhã, repito, uma sessão histórica. Realizamos uma sessão homenageando o Hospital Misericórdia, de Vila Itoupava, Blumenau, que completou, agora em fevereiro, cem anos de existência. Senador Chico Rodrigues, cem anos de existência. Para um hospital filantrópico, numa comunidade, num bairro, num Município, sobreviver, tem que ter muito amor, muita solidariedade e muita participação. Foi isso que nós celebramos hoje. E presente estava o representante da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos.

Essa homenagem também é para todos os hospitais filantrópicos e santas casas do Brasil, sem as quais a saúde brasileira estaria num nível muito mais degradado do que este que nós enfrentamos com dificuldade, mas com esperança.

O Brasil sobreviveu à covid. O Brasil tem enfrentado grandes desastres sanitários com a abnegação dos profissionais de todos os níveis, e com a participação da comunidade, além do Governo. E foi isso que nós homenageamos hoje, com a participação do Prefeito de Blumenau, do representante da Câmara de Vereadores e da equipe que dirige o Hospital Misericórdia, que, parodiando o Papa Francisco, eu digo que não é um hospital com um nome substantivo, é com um nome verbo, do verbo “misericordiar”, ou seja, uma atividade continuada, que todos nós temos que enaltecer e com a qual nós temos que ser solidários.

Agradeço, portanto, à equipe da Mesa, assim como aos que quero mencionar: além do Prefeito municipal, Mário Hildebrandt, com a sua esposa, que acompanhou a sessão; o Deputado Ivan Naatz, que esteve aqui representando a Assembleia Legislativa; o Sr. Hellmuth Danker, que vai fazer 96 anos de idade e, há 56 anos, é o Presidente do Hospital Misericórdia, e o seu Secretário que, há 55 anos, é o Secretário do Hospital Misericórdia, hoje totalmente remodelado, atualizado, com a primeira construção, ainda em estilo enxaimel, recuperada e tombada pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional); pela presença, também a Secretária Vânia de Oliveira Franco, que representou o Governador do Estado, nosso ex-colega Senador Jorginho Mello, que foi um dos subscritores desse requerimento junto comigo e com o Senador Dário Berger.

Portanto, quero que as minhas primeiras palavras, além de agradecer, eu repito, o suporte dos servidores do Senado que acompanharam a realização de uma sessão... As minhas primeiras palavras são para enaltecer o exemplo de um hospital filantrópico que atende predominantemente o SUS e consegue, com o apoio de todos nós, Parlamentares, comunidade, especialmente, eu repito, conferir esse excelente exemplo para o Brasil.

E o segundo ponto que eu quero focalizar é externar publicamente a minha preocupação com a regulamentação da temporada ou das etapas de pesca em Santa Catarina. O nosso estado é o estado mais desenvolvido em matéria de indústria pesqueira e temos também uma pesca artesanal muito expressiva e, por isso, muito importante do ponto de vista econômico e social.

E nós estamos – eu não estou sozinho nisso, a Bancada federal de Santa Catarina compartilha essa preocupação – muito preocupados com as medidas cautelares que vêm sendo tomadas sem uma base científica competente; isto é, o anúncio de redução, por exemplo, do que se poderá colher e capturar de tainha, a partir do dia 1º de maio, que reduz em 60% a cota de pescado, vai nos levar a uma confrontação desnecessária, repetindo o que já aconteceu na temporada de pesca de 2015, em função de uma decisão suportada pelo princípio da cautela.

Eu também acho que todos nós temos que ter cautela, mas, quando continuamente nós somos conduzidos pela cautela, nós não deveríamos sair de casa, porque pelo princípio da precaução nós sempre corremos algum risco. A precaução inteligente é baseada em estatística, em coleta de dados e princípios



que significam, em resumo, sustentabilidade, ou seja, não vamos tirar da natureza o que não será repostos. Esse é um princípio elementar.

Então, nós estamos pedindo – o faço em meu nome, em nome da nossa bancada – audiências no recém-criado Ministério da Pesca, com esse *status*, o próprio Ministério da Agricultura, que ainda tem boa parte dos arquivos, dos registros e da inteligência da parte sanitária do que nós pescamos, ainda faz parte do seu domínio, e o Ministério do Meio Ambiente, que subscreve também as portarias interministeriais.

Então, essa é uma primeira observação pública que eu faço no sentido de procurarmos um caminho de equilíbrio baseado na cautela, sim, mas no compromisso de estudarmos melhor o que é sustentabilidade nessa questão da pesca. Nós temos acompanhado e participado, Santa Catarina tem ajudado a definir programas de longo prazo para a sustentabilidade da pesca.

Agora, a preocupação aumenta quando se toma conhecimento disto: haverá uma redução de cerca de 60% daquilo que foi capturado, no ano passado, para a pesca da tainha neste ano. É uma festa popular até, a própria pesca da tainha é o símbolo da sustentabilidade, porque o que nós capturamos é o peixe que está passando pelo litoral brasileiro. Não vamos ao seu nascedouro.

Então, deixo aqui este alerta. O nosso pedido é para que haja o diálogo, a busca de um entendimento e um reforço na pesquisa, que é indispensável para que, além da cautela, além da preocupação, nós tenhamos conhecimento científico que nos permita- saber o que deve ser defeso e quais são as políticas públicas que nós temos que oferecer.

Para concluir, eu, pessoalmente, não sou neófito nesse assunto, participei do estabelecimento de períodos de defeso na década de 90. Também na década de 90, propus e se transformou em lei a regulamentação da oceanografia, que é o estudo, exatamente, que vocaciona o uso inteligente do mar nos seus diversos estamentos e níveis.

Então, o meu apelo é para que haja um diálogo entre estes Ministérios, a Bancada de Santa Catarina e tanto os responsáveis pela pesca industrial quanto, de uma maneira muito especial pelo que representam socialmente, os representantes da pesca artesanal.

É a primeira colocação que faço, agradecendo pela oportunidade e a sua atenção e deixando registradas aqui, com estas minhas palavras, preocupação e propósito de cooperação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – V. Exa., Senador Esperidião Amin, tratou de dois temas interessantes e, agora, eu não poderia deixar de me referir também ao Hospital Misericórdia, de Blumenau, que faz cem anos. Cem anos, na verdade, é uma história. Quantas vidas, milhares de vidas que, por ali, na verdade, foram poupadas pelo trabalho, pela assistência, acima de tudo, pela dedicação?

Este registro que V. Exa. faz, nesta tarde, fica tatuado na memória de todo o povo de Santa Catarina, porque a importância das santas casas é fundamental para a vida, no cotidiano das pessoas, mas, quando você comemora uma data com essa longevidade – cem anos –, nós imaginamos, por aqueles leitões, através daquela administração, que é longeva, tem mais de 50 anos a mesma direção, a dedicação, o amor e, acima de tudo, o cuidado com o ser humano.

Então, este registro que V. Exa. faz aqui, com absoluta certeza, Blumenau, nesta hora, está nos assistindo e está lhe agradecendo por este registro, que, com certeza, vai ficar tatuado na memória de cada um deles. Parabéns!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB -



RR. Fala da Presidência.) – Encerramento com convocação.

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que estão convocadas as seguintes sessões, para amanhã, terça-feira, dia 14 de março:

– Sessão Especial, às 9h, destinada a celebrar o Dia Internacional da Mulher e o Marco Legal da Primeira Infância;

– Sessão Deliberativa Ordinária, às 14h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 16 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 8^a SESSÃO

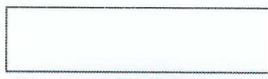
EXPEDIENTE

Documentos encaminhados à publicação



22/02/2023, 09:45

Misericórdia, de nome a verbo | Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura



secretariado nacional da
pastoral da cultura

www.snpcultura.org

MAIS: "Ilumiinando o MORRER!"

Misericórdia, de nome a verbo

O papa Francisco escolheu como seu moto "miserando atque eligendo", frase com que S. Beda o Venerável, monge beneditino inglês (673-735), comenta a cena do chamamento de Levi em Lucas 5,27: «Jesus olhou-o com sentimento de amor e escolheu-o». Bergoglio comenta: o gerúndio latino "miserando" parece-me intraduzível em italiano e espanhol. A mim agrada-me traduzi-lo com outro gerúndio, que no entanto não existe: "Misericordiando". Isto quer dizer que a misericórdia requer o verbo, mais ainda que o nome. substantivo

O nome, o substantivo, indica a coisa, a figura. O verbo, por seu lado, transmite a ação, o dinamismo, a experiência. A misericórdia deve perder a sua fixidez de teoria teológica para se tornar gesto, ato, ação, processo, obra. Amar traduz-se sempre no Evangelho com um outro verbo, simples, enxuto, nítido: dar. Amar é um verbo transitivo. Deve transitar de mim para o outro.

Diane Kaplan é uma israelita da segunda geração após o holocausto. Desde há alguns anos compõe e canta belíssimas melodias sobre versículos de salmos, aos quais deu o nome de "Cantos da fonte", e que difunde em concertos em vários países. Tudo começou quando, há tempos, Diane reencontrou, nos EUA, a mãe, então em coma, levando consigo só a guitarra e um livro com os salmos e as orações para os moribundos, e acompanhou os últimos dias da mãe oferecendo-lhe o seu canto de fragmentos dos salmos.

«Sentia que a minha mãe se relaxava, se abandonava, o rosto distendia-se. Quando parava, tornava-se mais rígida, e algo na sua figura mostrava incómodo. Depois retomava o canto, e ela entregava-se à voz. Cantei para ela dois dias inteiros, até à sua morte pacificada», descreveu.

Quando não há mais palavras que se possam dizer, e talvez não se devam sequer dizer. então o canto, a oração da música e a música da oração, alcançam uma profundidade impensada, ajudando a fazer a paz com a irmã morte.



22/02/2023, 09:45

Misericórdia, de nome a verbo | Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura

Assisti, numa residência assistencial, a uma cena comovente: duas enfermeiras, depois de terem cuidado profissionalmente de uma idosa doente, entreolharam-se com um gesto de entendimento, e juntas tiraram as luvas de látex, e com as mãos quentes, verdadeiras, acariciaram amorosamente, pele na pele, os braços e o rosto da mulher

Desta experiência nasceu a decisão de Diane de oferecer a sua oração em canto para acompanhar a última passagem, cantando em hospitais e casas particulares para aqueles que o pediam, ou que podiam acolhê-las sentindo-as adequadas à sua fé.

Uma das sete obras de misericórdia fala de «sepultar os mortos», mas a sua atuação prática não poderia traduzir-se hoje em formas de acompanhamentos dos moribundos, enquanto atravessamos a última fronteira? Madre Teresa de Calcutá dizia: «Nós acolhemos os irmãos moribundos, bem sabendo que não somos capazes de lhes evitar a morte. Mas aquilo que temos de fazer é que nenhum morra sem ter sido amado».

Nesta perspetiva, os hospitais para doentes terminais, com o esplêndido voluntariado que os apoia, são uma das intuições mais evangélicas do nosso tempo. Onde, ao contrário, a morte só é medicalizada, onde se cura a doença mas não a pessoa, morre-se no abandono, oculto dentro de um cortina, sem dignidade, quase como se o último respiro fosse uma coisa obscena, a não ver nem tocar.

Assisti, numa residência assistencial, a uma cena comovente: duas enfermeiras, depois de terem cuidado profissionalmente de uma idosa doente, entreolharam-se com um gesto de entendimento, e juntas tiraram as luvas de látex, e com as mãos quentes, verdadeiras, acariciaram amorosamente, pele na pele, os braços e o rosto da mulher que estavam a escapar dos seus braços para os braços da irmã morte.

A misericórdia é uma ação de compaixão e de mãos. O tato é, entre os cinco sentidos, o primeiro que se desperta no homem e o último que se extingue, aquele que abre e fecha a vida, como abre o Cântico dos Cânticos e o preenche; é uma maneira de amar, a maneira mais íntima; é o beijo e a carícia. Morrer acariciado de mãos boas, envolvido numa oração em canto... Não é também esta grande misericórdia?



Caro Senador Esperidião, bom dia.

Mais um dia importante na secular história do nosso Hospital Misericórdia do Distrito de Vila Itoupava, da cidade de Blumenau. O feito desta vez é a realização, neste dia, 13 de março de 2023, de Sessão Especial do Senado Federal para marcar os 100 anos de serviços prestados por essa instituição de saúde.

Sessão Especial que o Senado Federal realiza atendendo seu pedido, Senador Esperidião, numa demonstração inequívoca de sua atenção para com as questões de saúde e bem estar do povo de Blumenau e região. Por tudo isso, quero em meu nome lhe parabenizar e agradecer pela iniciativa da marcante homenagem que o Senado Federal presta pelos 100 anos do Hospital Misericórdia.

A Sessão Especial também é uma justa homenagem aos membros da atual diretoria do hospital, pois, em sua maioria, estão à frente da instituição mantenedora há mais 50 anos. Lamento não poder estar no Senado Federal no dia de hoje para pessoalmente lhe abraçar e agradecer pela iniciativa da homenagem. Devo acompanhar pela internet e fazer minha oração de gratidão a Deus por tudo o quanto de bom foi e é a ação dos que fizeram e fazem a história do Hospital Misericórdia de Vila Itoupava. Abraço e boa semana.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 9^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Documento encaminhado à publicação



MANIFESTO

TRABALHO DECENTE, SIM! TRABALHO ESCRAVO, NÃO!

O passado de 350 anos de escravização do povo africano e de genocídios dos povos originários continua maltratando a classe trabalhadora. O fim da escravidão foi formalmente conquistado, todavia, em muitos ambientes de trabalho permaneceram sendo lugares de mando, de desrespeito e de sonegação de direitos.

Para a imensa maioria da população brasileira, “os direitos trabalhistas” ainda é algo distante. Os próprios órgãos oficiais, como o IBGE, tratam a informalidade e o emprego sem registro em carteira como mera estatística, como sendo uma normalidade a ser tolerada e não um crime a ser combatido.

As reformas trabalhista e da previdência, aprovadas com apoio de entidades empresariais, serviram para legalizar o abuso, legitimar contratações precárias, rebaixar salários e enfraquecer os sindicatos e a Justiça do Trabalho.

A mesma lógica perversa de devastação da Floresta Amazônica e de genocídio dos povos ianomamis transbordou para as relações de trabalho. Quando o governante do país faz chacota dos direitos trabalhistas e afirma que os trabalhadores precisam escolher entre emprego ou direitos, acaba autorizando e potencializando a violência do mais forte contra o mais vulnerável. Em boa medida, isso explica a epidemia de assédios, o descumprimento de contratos, o autoritarismo e a opressão que se alastraram pelos ambientes de trabalho.

Os trabalhadores sem políticas públicas de proteção, empobrecidos, coagidos pela falta de opção e humilhados pelo fantasma da fome, se submetem a trabalhos precarizados e são presas fáceis de “traficantes de trabalho escravo na atualidade”.

A reforma trabalhista possibilitou a expansão descontrolada das terceirizações. Empresários inescrupulosos se sentiram empoderados para avançar em sua sanha gananciosa e aproveitaram a oportunidade para esconder formas de trabalho análogo à escravidão. O resgate de 207 trabalhadores em Bento Gonçalves é apenas a ponta do iceberg de uma problemática bem maior.

Empresas, muitas das quais até mesmo ostentam a tal responsabilidade social em suas peças de publicidade e marcas, utilizam o anteparo do trabalho terceirizado para aumentar seus lucros e lavam as mãos para o ilícito.

Para permitir o vale tudo nas relações de trabalho, as instituições de estado, principalmente os órgãos de fiscalização, foram desmontadas. Além disso, legislações, normas e decretos foram alterados para proteger o interesse dos mais fortes. Pautou-se, inclusive, o fechamento da Justiça do Trabalho.

Precisamos registrar que setores do judiciário, por vezes fazem pouco caso do trabalhador desprotegido e transformado “na carne mais barata do mercado”. O que dizer de milhares de trabalhadores nos nossos centros urbanos explorados por grandes empresas estrangeiras, que se recusam a pagar imposto, não reconhecem direitos elementares e exploram exaustivamente o trabalho através de aplicativos, abandonando o trabalhador a sua própria sorte?

Romper com o autoritarismo e o ilícito nas relações de trabalho não é tarefa fácil e rápida, requer medidas urgentes e planos de ação permanentes e articulados por organizações de trabalhadores, entidades empresariais, judiciário, órgãos de fiscalização etc.

Esse crime contra os trabalhadores deve servir de lição para não ser esquecido e ser um elemento de construção e fortalecimento de um compromisso com a luta pelo trabalho decente e inclusivo.



Frente a essas considerações, propomos.

1. Dotar o Estado de ampla capacidade de fiscalização, investigação e responsabilização, com o objetivo de coibir todo e qualquer tipo de trabalho indecente. Para tanto, faz-se necessária a revogação da Emenda Constitucional 95/2016.

2. É urgente o fortalecimento da fiscalização do trabalho, com aumento do orçamento destinado à área e a realização de concursos públicos, em especial para o cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho, que hoje se encontra com o menor número de servidores dos últimos 30 anos, a fim de que os órgãos de Estado cumpram as suas funções constitucionais.

3. Majoração dos valores das multas trabalhistas, aplicadas pela fiscalização quando constatado o descumprimento de obrigações, que estão desatualizadas e com valores irrisórios há muitos anos. A título de exemplo, a multa por manter trabalhador sem CTPS assinada vai de R\$ 402,00 a R\$ 805,00, e é reduzida pela metade, caso o pagamento ocorra em até 10 dias.

4. Estabelecimento de outras penalidades, como o cancelamento do CNPJ de empresas, incluindo os sócios, que façam uso direto ou indireto de trabalho escravo, ou que submetam trabalhadores às piores formas de trabalho infantil (Lista TIP – Decreto 6.481/2008).

5. Revogação da Lei das Terceirizações (Lei 13.429/2017), admitindo-se somente terceirizações nas atividades meio, com responsabilidade solidária dos tomadores de serviços, igualdade de direitos e comunicação deste contrato ao sindicato da categoria preponderante.

6. Regulamentação da Emenda Constitucional 81/2014, que estabelece a expropriação de propriedades rurais e urbanas onde for identificada a exploração de trabalho escravo.

7. Campanhas permanentes em defesa do trabalho decente, mobilizando todas as centrais sindicais, entidades empresariais, MPT, MTE, órgãos de estado e entidades da sociedade civil organizada.

8. Ampliação dos canais de denúncias, possibilitando que os trabalhadores e sociedade em geral possam denunciar maus tratos no ambiente de trabalho.

9. As Centrais Sindicais desenvolverão campanhas institucionais de esclarecimento sobre o que caracteriza o trabalho análogo à escravidão, bem como fortalecerão a compreensão da importância do trabalho decente para o desenvolvimento social e econômico do Estado e do país.

10. Responsabilizar rigorosamente todos aqueles que publicamente se manifestam favoráveis ao trabalho indecente e de alguma forma discriminam trabalhadores. Por isso, exigimos a cassação do mandato do vereador Sandro Fantinel, de Caxias do Sul.

Por fim, manifestamos o nosso compromisso em envidar todos os esforços para combater o trabalho análogo à escravidão, compreendendo que a superação de crimes que assolam o mundo do trabalho será uma tarefa de todos e todas que acreditam em uma sociedade democrática e socialmente justa.

Trabalho decente, sim! Trabalho escravo, não!

Caxias do Sul, 10 de março de 2023.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Comunicação





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Wellington Fagundes

Ofício nº 042/2023/GSWFAGUN

À Publicação
Em 13/03/2023
José Roberto Leite de Matos
Secretário-Coral da Mesa Adjunta

Brasília, 10 de março de 2023.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

Assunto: **Alteração do endereço do escritório de apoio às atividades parlamentares em Cuiabá/MT**

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, comunico a Vossa Excelência, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2009, alteração no endereço de funcionamento do Escritório de Apoio às Atividades Parlamentares de Cuiabá, Mato Grosso:

Rua Rui Barbosa nº 1.526, Bairro Goiabeira, Cuiabá/MT, Cep: 78.032-120.

Aproveito a oportunidade para renovar votos de estima e apreço.


Senador WELLINGTON FAGUNDES
PL/MT



Encaminhamento de matérias



Em virtude do arquivamento, ao final da legislatura, do Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2017, objeto de requerimento de tramitação conjunta do Senador Chico Rodrigues, o requerimento fica prejudicado e deixa de ser lido.

O Projeto de Lei nº 2.100, de 2019, retorna ao exame da CRA, seguindo posteriormente à CCJ.



Em virtude do arquivamento, ao final da legislatura, dos Projetos de Lei do Senado n^{os} 102 e 305, de 2016, objetos de requerimento de tramitação conjunta do Senador Izalci Lucas, o requerimento fica prejudicado e deixa de ser lido.

O Projeto de Lei n^o 5.122, de 2019, retorna ao exame da CCJ, em decisão terminativa.



Matéria recebida da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 81, DE 2022

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para ampliar o direito da mulher de ter um acompanhante nos atendimentos realizados nos serviços de saúde públicos e privados.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do Projeto de Lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2131151&filename=PL-81-2022



[Página da matéria](#)



Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para ampliar o direito da mulher de ter um acompanhante nos atendimentos realizados nos serviços de saúde públicos e privados.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para ampliar o direito da mulher de ter um acompanhante nos atendimentos realizados nos serviços de saúde públicos e privados.

Art. 2º O Capítulo VII do Título II da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

``CAPÍTULO VII
DO SUBSISTEMA DE ACOMPANHAMENTO À MULHER NOS
SERVIÇOS DE SAÚDE'

'Art. 19-J. As mulheres atendidas nos serviços de saúde do País, de natureza pública ou privada, têm o direito a um acompanhante durante todo o período de atendimento nas seguintes situações:

- I - trabalho de parto;
- II - parto;
- III - pós-parto;
- IV - consultas e exames que utilizem medicamentos sedativos;
- V - casos de inconsciência, de confusão mental ou de desorientação da paciente, excetuados



os atendimentos realizados em centros cirúrgicos e de terapia intensiva que possuam restrições de segurança, observado o previsto no § 4º deste artigo.

§ 1º O acompanhante de que trata o *caput* deste artigo será de livre indicação pela paciente ou pelo seu representante legal nos casos em que ela esteja impossibilitada de manifestar sua vontade.

.....

§ 3º As unidades de saúde de todo o País ficam obrigadas a manter, em local visível de suas dependências, aviso que informe sobre o direito estabelecido no *caput* deste artigo.

§ 4º No caso de atendimentos realizados em centros cirúrgicos e centros de terapia intensiva que possuam restrições relacionadas com a segurança à saúde dos pacientes, devidamente justificadas pelo corpo clínico da unidade de saúde, somente será admitido acompanhante que seja profissional de saúde.

§ 5º Em casos de urgência e emergência, os profissionais de saúde ficam autorizados a agir na proteção e defesa da saúde e da vida da paciente, ainda que na ausência do acompanhante requerido.' (NR)

.....”



3

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de março de 2023.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 39/2023/SGM-P

Brasília, 09 de março de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: Envio de PL para apreciação

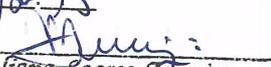
Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 81, de 2022, da Câmara dos Deputados, que "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para ampliar o direito da mulher de ter um acompanhante nos atendimentos realizados nos serviços de saúde públicos e privados".

Atenciosamente,



ARTHUR LIRA
Presidente

Recebido em 9/3/2023
hora: 12:15

Juliana Soares Athorim
Matrícula: 302809 SLSF/SGM



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990 - Lei Orgânica da Saúde - 8080/90
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8080>



Projeto de Decreto Legislativo





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 71, DE 2023

Susta os efeitos da Portaria GM/MS nº 230, de 07 de março de 2023, a qual “Institui o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde - SUS”.

AUTORIA: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **EDUARDO GIRÃO**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2023

Susta os efeitos da Portaria GM/MS nº 230, de 07 de março de 2023, a qual “Institui o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde - SUS”.



SF/23020.96197-37

Art. 1º Fica sustada, nos termos do art. 49, V, a aplicação da Portaria GM/MS nº 230, de 07 de março de 2023, do Ministério da Saúde, a qual “Institui o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde - SUS”.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 07/03/2023 foi publicada no Diário Oficial a Portaria GM/MS nº 230, de 07/03/2023, por meio da qual foi instituído, pela atual Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade Lima, o “Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde – SUS”.

Verifica-se, inicialmente, que a portaria cria novas diretrizes aos profissionais de saúde e institui parâmetros estranhos ao ordenamento jurídico para orientar as condutas dos profissionais.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **EDUARDO GIRÃO**

Veja, por exemplo, que em seu art. 3º, a portaria estabelece que a execução do Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde deverá observar os princípios, conceitos e diretrizes descritos no Anexo, amparada na legislação em vigor.

Todavia, verifica-se que os termos utilizados no anexo não encontram qualquer base na legislação, inserindo, pelo contrário, conceitos inovadores à legislação que não possuem ressonância com os princípios constitucionais e normativas vigentes.

Assim, ao trazer conceitos estranhos ao ordenamento brasileiro como a distorção do princípio da “laicidade estatal”, em que se confunde com o laicismo, “gênero” e “identidade de gênero”, a portaria cria novas obrigações aos trabalhadores da saúde sem o necessário amparo legal, em uma clara violação ao princípio da legalidade.

Nesse sentido, a Consolidação das Leis Trabalhistas nada estabelece sobre gênero, tratando apenas de tópicos como a igualdade salarial para **homens e mulheres** (arts. 5º e 461), o salário mínimo como direito de todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, **sem distinção de sexo** (art. 37), a proteção à honra, a imagem, a intimidade, a liberdade de ação, a autoestima, **a sexualidade**, a saúde, o lazer e a integridade física como bens juridicamente tutelados inerentes à pessoa física (art. 223-C) e a proibição à discriminação por razões de sexo (art. 373-A e 510-B).

Não obstante a Constituição Federal de 1988 assegure ao chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 84, VI, “a”, a competência privativa de dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração federal, tal atribuição não é ilimitada, encontrado suas balizas no próprio ordenamento jurídico brasileiro.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **EDUARDO GIRÃO**

Ademais, a portaria usurpa a competência do Congresso Nacional e subjugua suas prerrogativas constitucionais. Além disso, o Ministério da Saúde, ao publicar o ato normativo, que tem caráter administrativo, não age dentro de sua competência legal, pois institui programas que extrapolam o limite da sua área de atuação.

Por sua vez, verifica-se que o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no SUS foi instituído sem a realização de uma consulta pública, o que compromete a participação ativa e qualificada da sociedade civil na sua construção. É por isso que coube ao Constituinte estabelecer o Congresso Nacional como responsável exclusivamente em discutir sobre tais matérias, pois é constituído por representantes eleitos pelo povo, tendo as proposições nas casas amplo debate e discussões por parlamentares dos mais diversos espectros políticos.

Assim sendo, cabe salientar que o ato aprovado pelo Ministério da Saúde extrapola diversas salvaguardas previstas na CF, como o princípio da independência dos poderes (art. 2º), da competência do Poder Legislativo (art. 49) e da legalidade e transparência no âmbito da administração pública (art. 37).

Por fim, ressalta-se que a instituição do programa acarretará diversas despesas ao poder público, como o financiamento de iniciativas formativas, a criação de aplicativo específico, chamadas públicas para seleção e execução de projetos, oferta de cursos e criação de comissão específica para a matéria. Todavia, a criação de despesas públicas por meio de portaria é vedada pela Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 167, tendo em vista o descontrole orçamentário e prejuízo ao equilíbrio das contas públicas e sustentabilidade fiscal do Estado.



SF/23020.96197-37





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **EDUARDO GIRÃO**

Em face do exposto, e considerando a necessidade de o Congresso Nacional zelar pela preservação de sua competência legislativa e sustar atos que contrariam o interesse público e extrapolam o poder de regulação do poder executivo (art. 49, inciso V, da CR/88), necessária se faz a apresentação dessa proposição.

Portanto, a fim de que o objeto deste Projeto de Decreto Legislativo seja dirimido, contamos com o apoio dos nobres pares para a sustação da Portaria GM/MS nº 230, de 07 de março de 2023, do Ministério da Saúde, em seu inteiro teor e efeitos.

Sala das Sessões em,

Senador Eduardo Girão
NOVO- CE



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1070, DE 2023

Altera o Código Civil, para permitir às associações e cooperativas de transportadores de pessoas ou cargas a criação de fundo próprio para prevenção e reparação de danos a seus veículos em razão de algum infortúnio, bem como cancela os autos de infração emitidos, até a data de publicação desta Lei, pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP contra as associações de caminhoneiros e cooperativas de transportadores de pessoas ou cargas.

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Altera o Código Civil, para permitir às associações e cooperativas de transportadores de pessoas ou cargas a criação de fundo próprio para prevenção e reparação de danos a seus veículos em razão de algum infortúnio, bem como cancela os autos de infração emitidos, até a data de publicação desta Lei, pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP contra as associações de caminhoneiros e cooperativas de transportadores de pessoas ou cargas.



SF/23974.99657-70

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 53 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º e 3º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“**Art. 53.**

§ 1º

§ 2º As associações de transportadores de pessoas ou cargas poderão criar fundo próprio custeado pelos associados interessados e destinado exclusivamente à prevenção e reparação de danos ocasionados aos seus veículos por infortúnios decorrentes de furto, roubo, acidente e incêndio.

§ 3º O disposto no § 2º aplica-se aos proprietários de veículos autorizados ao transporte coletivo de passageiros e aos caminhões autorizados à exploração do transporte rodoviário de cargas.” (NR)

Art. 2º O art. 731 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“**Art. 731.**





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Parágrafo único. As cooperativas de transportadores de pessoas ou cargas poderão criar fundo próprio custeado pelos cooperados interessados e destinado exclusivamente à prevenção e reparação de danos ocasionados aos seus veículos por infortúnios como furto, roubo, acidente e incêndio.” (NR)

Art. 3º Ficam cancelados os autos de infração lavrados pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e anistiadas as multas deles decorrentes aplicadas às associações de caminhoneiros e cooperativas de transportadores de pessoas ou cargas até a data de publicação desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei trata de tema sensível aos caminhoneiros brasileiros – em especial os que atuam de forma autônoma –, que está a merecer um adequado equacionamento legal. A grande controvérsia sobre o assunto em tela tem sido a tentativa das autoridades federais, particularmente a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, de considerar como contrato de seguro a proteção patrimonial pretendida pelos associados de inúmeras associações de caminhoneiros mediante sistema de autogestão e compartilhamento de riscos.

Longe de ser simples, a questão é gravíssima diante das inúmeras negativas, por parte das seguradoras, quanto à contratação de seguros para a proteção de caminhões de transporte de cargas, ou de ônibus para o transporte de pessoas e cargas, em face do elevado risco em torno dessas operações, sob o pretexto do ano de fabricação ou de outras especificações técnicas do veículo. Mesmo quando alguma seguradora aceita se atreve a realizar o contrato de seguro, os valores dos prêmios cobrados tendem a exceder em muito a capacidade econômica dos caminhoneiros.

Além disso, não se deve confundir os seguros propriamente ditos com os serviços de proteção de autogestão, pois estes exigem mutualidade e estabelecem rateio entre participantes ou estipulam fundo de reserva a partir de contribuições periódicas, sem estrutura societária, não abrangendo, assim, o



SF/23974.99657-70





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

mercado de consumo, mas apenas um grupo de associados. A atividade de seguros, por outro lado, abrange o mercado em geral, não pessoas determinadas, sendo a seguradora organizada para tal finalidade.

Os grupos restritos de ajuda mútua, organizados em sistema de autogestão, tampouco devem ser tratados como seguros do ponto de vista regulatório, por ausência de risco sistêmico. Nesse sentido, eles podem ser prestados independentemente de autorização ou fiscalização das autoridades reguladoras de seguros.

Registre-se que, apesar da omissão do atual Código Civil quanto ao seguro mútuo (o antigo Código tratava do assunto nos arts. 1.466 a 1470), é praticamente consenso na doutrina que não há nenhuma vedação legal à criação de grupos restritos de ajuda mútua, como associações de caminhoneiros. Tanto é assim que o Enunciado nº 185 da Terceira Jornada de Direito Civil, promovida pelo Conselho da Justiça Federal, consagrou o seguinte entendimento:

“A disciplina dos seguros do Código Civil e as normas da previdência privada que impõem contratação exclusivamente por meio de entidades legalmente autorizadas não impedem a formação de grupos restritos de ajuda mútua, caracterizados pela autogestão.”

Não obstante, a teor da redação proposta aos novos dispositivos, não há direitos e obrigações recíprocos entre os transportadores associados, nas associações de ajuda mútua, uma vez que os direitos e obrigações se estabelecem entre a associação e os associados, não entre aqueles. Em função disso, sugerimos ainda a anistia das multas aplicadas pela Susep às associações de caminhoneiros até a data de publicação desta Lei, em face das atividades de assistência mútua por elas desenvolvidas, porque punir a associação é, de certa maneira, punir indistinta e coletivamente cada um dos associados que contribuiu, em dinheiro, mês a mês para a associação.

Além disso, entendemos legítimo também estender as regras da proposição às cooperativas de transporte. Isso porque elas são forma jurídica muito particular em nosso ordenamento, possuindo, inclusive, permissão expressa para a criação de fundos facultativos, com destinação específica, por meio de suas assembleias gerais, conforme o § 1º do art. 28 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (Regime Jurídico das Sociedades Cooperativas).



SF/23974.99657-70





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Contudo, inúmeras interpretações, em especial a da Susep, têm limitado o alcance desse dispositivo, razão pela qual a expressa autorização para a prática é indispensável para trazer segurança jurídica à atuação das cooperativas. Mesmo com todo o arcabouço normativo, algumas cooperativas têm sido autuadas pela Susep, a qual considera que a criação dos fundos seria uma atividade típica de seguro privado, regulada pelo Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. Entretanto, as associações e cooperativas, no presente contexto, possuem o mesmo princípio associativo, apenas com a adoção de formas jurídicas diferentes. Assim, é importante incluir as cooperativas de transporte na presente matéria, para que também não existam mais dúvidas sobre a legalidade da criação dos citados fundos por essas entidades.

Por todos os motivos que acabamos de expor, concluímos, sem hesitar, que a presente proposta legislativa há de aportar relevante e inegável benefício para a sociedade brasileira.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM
PT/RS



SF/23974.99657-70



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 73, de 21 de Novembro de 1966 - Lei do Seguro Privado - 73/66
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:lei:1966;73>
- Lei nº 5.764, de 16 de Dezembro de 1971 - Lei do Cooperativismo - 5764/71
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1971;5764>
 - art28_par1
- Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil (2002) - 10406/02
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2002;10406>
 - art53
 - art731





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1078, DE 2023

Acrescenta artigo à Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para tipificar o assédio eleitoral no ambiente de trabalho.

AUTORIA: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

Acrescenta artigo à Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para tipificar o assédio eleitoral no ambiente de trabalho.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, passa a vigor acrescido do seguinte art. 301-A:

“**Art. 301-A.** Praticar o empregador qualquer das condutas descritas nos arts. 299 ou 301:

Pena – reclusão, de quatro a seis anos, e pagamento de 80 a 120 dias-multa.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O absurdo incremento de crimes de assédio eleitoral verificado nas eleições gerais de 2022 demonstra que as penas atualmente cominadas pelo Código Eleitoral para essas condutas não vêm sendo suficientes para a prevenção do delito. Essa infração penal vem sendo perpetrada principalmente no ambiente de trabalho, em que empregadores abusam de sua posição de supremacia em relação ao empregado para compeli-lo a votar em determinado candidato.

De acordo com reportagem de O Globo, a nove dias da votação do segundo turno das eleições de 2022, as denúncias de assédio eleitoral recebidas pelo Ministério Público Eleitoral chegaram a 1.155¹. Outra reportagem mais recente, do portal G1, informa que esse número já

¹ <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/10/numero-de-denuncias-de-assedio-eleitoral-passa-de-1000.ghtml>



ultrapassa 1,7 mil². Nas eleições de 2018 houve apenas 212 denúncias desse tipo.

Note-se que, de acordo com o art. 14 da Constituição Federal, o voto secreto é instrumento de exercício da soberania popular. Trata-se, portanto, de indiscutível expressão da democracia.

Portanto, o assédio eleitoral constitui verdadeiro atentado à democracia, especialmente na modalidade praticada no ambiente de trabalho.

Diante dessa realidade, propomos estabelecer uma pena especialmente severa para esse delito.

Pedimos, então, que os ilustres Parlamentares aprovem o projeto que ora apresentamos.

Sala das Sessões,

Senador VENEZIANO VITAL DO RÊGO

² <https://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2022/10/27/mpt-acumula-mais-de-17-mil-denuncias-de-assedio-eleitoral-a-quatro-dias-do-2o-turno.ghtml>



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art14

- Lei nº 4.737, de 15 de Julho de 1965 - Código Eleitoral (1965) - 4737/65

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1965;4737>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1079, DE 2023

Dispõe sobre o exercício da atividade de Psicopedagogia.

AUTORIA: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Dispõe sobre o exercício da atividade de Psicopedagogia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É livre, em todo o território nacional, o exercício da atividade de Psicopedagogia, observadas as disposições desta Lei.

Art. 2º Poderão exercer a atividade de Psicopedagogia:

I - os titulares de diploma em curso de graduação ou pós-graduação em Psicopedagogia expedido por escolas ou instituições devidamente autorizadas ou credenciadas nos termos da legislação pertinente;

II - os titulares de diploma em Psicologia, Pedagogia ou Licenciatura que tenham concluído curso de especialização em Psicopedagogia, com duração mínima de 600 (seiscentas) horas e carga horária de 80% (oitenta por cento) na especialidade; e

III - os titulares de diploma de curso superior que já venham exercendo ou tenham exercido, comprovadamente, atividades profissionais de Psicopedagogia em entidade pública ou privada, até a data de publicação desta Lei.

Art. 3º É assegurado aos atuais ocupantes de cargos ou funções de psicopedagogo, em órgãos ou instituições públicas, o direito de continuar no exercício de suas respectivas atividades, desde que inscrito no conselho de fiscalização profissional competente.

Art. 4º São atividades e atribuições da Psicopedagogia sem prejuízo do exercício das atividades e atribuições pelos profissionais habilitados:



2

I - intervenção psicopedagógica visando à solução dos problemas de aprendizagem, tendo por enfoque o indivíduo ou a instituição de ensino público ou privado ou outras instituições onde haja a sistematização do processo de aprendizagem na forma da lei;

II – realização de diagnóstico e intervenção psicopedagógica, mediante a utilização de instrumentos e técnicas próprios de Psicopedagogia;

III - utilização de métodos, técnicas e instrumentos psicopedagógicos que tenham por finalidade a pesquisa, a prevenção, a avaliação e a intervenção relacionadas com a aprendizagem;

IV - consultoria e assessoria psicopedagógicas, objetivando a identificação, a compreensão e a análise dos problemas no processo de aprendizagem;

V - apoio psicopedagógico aos trabalhos realizados nos espaços institucionais;

VI - supervisão de profissionais em trabalhos teóricos e práticos de Psicopedagogia;

VII - orientação, coordenação e supervisão de cursos de Psicopedagogia;

VIII – direção de serviços de Psicopedagogia em estabelecimentos públicos ou privados; e

IX - projeção, direção ou realização de pesquisas psicopedagógicas.

Art. 5º O psicopedagogo tem o dever de manter sigilo sobre os fatos de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua atividade.

§ 1º As informações obtidas em virtude do exercício profissional podem ser compartilhadas com outros profissionais envolvidos no atendimento do cliente, desde que:

I - haja autorização do cliente; e



3

II – os outros profissionais também estejam sujeitos a sigilo profissional.

§ 2º A inobservância do presente artigo configura infração disciplinar grave.

Art. 6º Para o exercício da atividade de Psicopedagogia é obrigatória a inscrição junto ao conselho de fiscalização profissional competente, que definirá as infrações disciplinares e as respectivas sanções.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da instituição do conselho fiscalizador da profissão de psicopedagogo.

JUSTIFICAÇÃO

Esta proposição é uma **reapresentação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 31 de 2010** que foi, definitivamente, arquivado no Senado Federal.

O presente projeto de lei visa a regulamentar a profissão de psicopedagogo, que é o trabalhador que estuda a relação entre o aprendizado e a mente humana.

O profissional em testilha labora no entendimento das dificuldades inerentes à assimilação do conhecimento, constituindo, portanto, ferramenta indispensável no processo de aprendizagem.

A educação, como se sabe, é direito fundamental indisponível previsto no art. 6º da Constituição Federal, motivo por que aqueles que nela laboram devem ostentar os conhecimentos técnicos necessários à boa prestação de seus serviços.

Nesse sentido, é exigência decorrente do art. 5º, XIII, da Carta Magna, que os psicopedagogos sejam titulares de formação acadêmica suficiente para lidar com o processo educacional de crianças, adolescentes e adultos.

O projeto ora apresentado cumpre a mencionada exigência, além de condicionar o exercício da referida atividade à inscrição no

mq2023-00975



4

respectivo conselho de fiscalização profissional, a ser criado por lei de iniciativa do Poder Executivo.

Garante-se, com isso, que a educação do povo brasileiro fique nas mãos de pessoas qualificadas, aptas a lidar com a importante tarefa de eliminar as barreiras existentes no processo de assimilação do conhecimento.

Espera-se contar com o apoio dos nobres colegas parlamentares, para a aprovação deste importante projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador Veneziano Vital do Rêgo



mq2023-00975

Página 5 de 6

Avulso do PL 1079/2023



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art6





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1080, DE 2023

Altera os arts. 121, 129, 141, 147 e 163 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas dos crimes de homicídio, lesão corporal, contra a honra, ameaça e dano quando cometidos contra profissional de imprensa no exercício da sua profissão ou em razão dela.

AUTORIA: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)



[Página da matéria](#)



SF/23448.90816-10

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Altera os arts. 121, 129, 141, 147 e 163 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas dos crimes de homicídio, lesão corporal, contra a honra, ameaça e dano quando cometidos contra profissional de imprensa no exercício da sua profissão ou em razão dela.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 121, 129, 141, 147 e 163 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passam a vigor com a seguinte redação:

“Art. 121.

§ 2º

X – contra jornalista ou profissional de imprensa no exercício da profissão ou em razão dela.

§ 2º-C O homicídio qualificado descrito no inciso X do § 2º deste artigo é imprescritível, inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

.....” (NR)

“Art. 129.

§ 7º-A Aumenta-se a pena de um terço à metade, se o crime for cometido contra jornalista ou profissional de imprensa no exercício da profissão ou em razão dela.

.....” (NR)



“Art. 141.

V - contra jornalista ou profissional de imprensa no exercício da profissão ou em razão dela.

.....” (NR)

“Art. 147.

§ 1º A pena é de reclusão, de um a dois anos, e multa, se o crime é cometido contra jornalista ou profissional de imprensa no exercício da profissão ou em razão dela.

§ 2º Somente se procede mediante representação.” (NR)

“Art. 163.

Parágrafo único.

V – para impedir a atuação de jornalistas ou profissionais de imprensa:

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As ocorrências de crimes praticados contra jornalistas vêm aumentando consideravelmente desde a década passada. Nos últimos anos, em razão da polarização política e da estigmatização dos grandes veículos de imprensa, seus profissionais vêm sendo intimidados, ameaçados, agredidos e até mortos, por simplesmente tentarem exercer suas atividades laborais. Chegou-se a um ponto que se faz necessário modificar a legislação, para prevenir a ocorrência desenfreada desses crimes.

jw2023-00859



A violência contra radialistas e profissionais de imprensa no exercício de sua profissão é uma afronta direta à liberdade de expressão, sendo, por isso, altamente nociva à democracia.

Em razão disso, apresentamos este projeto de lei, que endurece a resposta penal nos casos de homicídio, lesão corporal, ameaça, crime contra a honra ou dano praticado contra profissional de imprensa no exercício da profissão ou em razão dela.

O objetivo é, nessas hipóteses, criar qualificadoras para os crimes de homicídio, ameaça e dano e causa especial de aumento para a lesão corporal e para os crimes contra a honra.

Vale chamar a atenção que o projeto ainda estabelece a imprescritibilidade e a inafiançabilidade do homicídio contra o profissional de imprensa, além de estabelecer que é insuscetível de graça ou indulto.

Certos de que as modificações propostas contribuem para a prevenção geral dos crimes aqui mencionados, pedimos aos ilustres Parlamentares que votem pela aprovação do projeto.

Sala das Sessões,

Senador VENEZIANO VITAL DO RÊGO

jw2023-00859



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>

- art121

- art129

- art141

- art147

- art163





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1081, DE 2023

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências, para definir que, no mínimo, 20% dos financiamentos concedidos deverão beneficiar estudantes negros.

AUTORIA: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências, para definir que, no mínimo, 20% dos financiamentos concedidos deverão beneficiar estudantes negros.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“**Art. 1º**

§1º

.....

IV – Dos contratos realizados no âmbito do financiamento definido no *caput*, 20% (vinte por cento), no mínimo, serão destinados a estudantes negros.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil vem comprovando a eficácia das ações afirmativas na inclusão de pessoas negras, especialmente no campo da educação. Espaços universitários, outrora praticamente segregacionistas, passaram a apresentar uma tez mais próxima daquela que constitui a sociedade brasileira.

Também a Lei de Cotas nos concursos públicos contribuiu para tornar os espaços das instituições nas quais as políticas que afetam a cidadania são planejadas e administradas mais democráticas, ao fomentar a diversidade no seu corpo profissional.



O fortalecimento dessas iniciativas passa pelo avanço constante das políticas públicas em nosso País. É preciso democratizar o acesso ao ensino universitário, caminho imprescindível para a geração de pesquisadores e especialistas que irão qualificar a produtividade brasileira em todos os campos.

Entre as políticas de incentivo que possibilitaram o avanço das matrículas de jovens no ensino universitário, destaca-se o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), ao lado da política de concessão de bolsas de estudo (Programa Universidade para Todos – PROUNI) e a mudança na inclusão de estudantes procedentes de escolas públicas no ensino superior público possibilitada pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas.

Tanto o Prouni quanto a Lei de Cotas se destinam ao estudante de escola pública, reservando vagas para públicos específicos, como pessoas com deficiência e estudantes negros.

Já o Fies é acessível também ao estudante oriundo de escola privada e sujeito a mudanças que podem descaracterizar seu objetivo de incentivar matrículas de estudantes com poucos recursos para pagar mensalidades de faculdades particulares.

Por isso, proponho aqui que desse fundo também se reservem vagas para as pessoas negras, seguindo mesmo princípio da legislação que trata da inclusão nos concursos públicos. Hoje os estudantes negros têm ampla participação no programa, mas consolidar essa garantia em norma federal irá contribuir para que mudanças, como as realizadas nos últimos anos, que possibilitaram a admissão de famílias com renda maior que as previstas no seu início, possam acabar por restringir o acesso de estudantes negros ao financiamento, situação que acarretaria um retrocesso em nossa política de inclusão racial.

Pelo exposto, peço o apoio de meus Pares à aprovação da matéria.

Sala das Sessões,

Senador VENEZIANO VITAL DO RÊGO

mn2023-00594

Página 3 de 4

Avulso do PL 1081/2023



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 10.260, de 12 de Julho de 2001 - Lei do Financiamento Estudantil; Lei do Fies (2001) - 10260/01
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2001;10260>
- Lei nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012 - Lei de Cotas de Ingresso nas Universidades; Lei de Cotas nas Universidades; Lei de Cotas Sociais - 12711/12
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012;12711>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1082, DE 2023

Altera a Lei nº 8.184, de 10 de maio de 1991, para estabelecer a obrigatoriedade da coleta de dados sobre a população LGBTQIA+ pelos censos e outros levantamentos periódicos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

AUTORIA: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

Altera a Lei nº 8.184, de 10 de maio de 1991, para estabelecer a obrigatoriedade da coleta de dados sobre a população LGBTQIA+ pelos censos e outros levantamentos periódicos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei determina a obrigatoriedade da coleta de dados sobre a população LGBTQIA+ pelos censos e outros levantamentos periódicos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), inclusive pelo Censo Demográfico Nacional a ser realizado em 2022.

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 8.184, de 10 de maio de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º**

.....
§ 1º Os instrumentos de pesquisa dos censos demográficos conterão, obrigatoriamente, indagações quantitativas e qualitativas acerca da população LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, *queer*, intersexuais, assexuais e outras identidades), de modo que permita reconhecer sua identidade sexual e de gênero.

§ 2º O IBGE adicionará, sem prejuízo à coleta em curso, as indagações a que se refere o § 1º do art. 2º desta Lei aos instrumentos de investigação usados no Censo de 2022, de forma que torne válidos os dados sobre a população LGBTQIA+ obtidos a partir de sua inclusão nos instrumentos de coleta.”(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





JUSTIFICAÇÃO

O Brasil vem, desde os últimos trinta anos, ampliando seus horizontes cognitivos e valorativos pela prática consistente de políticas de inclusão que visam à promoção da igualdade social, econômica, política e cultural. Tornou-se possível vislumbrar as reais dimensões da sociedade e o quão produtiva, livre e criativa a sociedade e cada cidadão podem ser.

A população de origem africana, a feminina, as pessoas com deficiência, as crianças e os adolescentes e as pessoas de orientação sexual diferente da heterossexual passaram a ser reconhecidas como iguais às demais. Mas essa igualdade veio acrescida de um toque de inteligência, pois a sociedade brasileira não quer mais “nivelar” a todos e a todas em nome da igualdade.

É de uma igualdade tolerante, complexa, sofisticada e altamente produtiva, em termos econômicos, políticos e culturais essa de que estamos falando. Acreditamos que a sociedade brasileira já maturou essa nova forma de ver a vida, e que já é mais do que hora de trazer esse consenso dos costumes para a lei.

É preciso conhecermos bem a população LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, *queer*, intersexuais, assexuais e outras identidades), e isso de modo que permita reconhecer com precisão seu número e suas condições de vida. Esse é um passo decisivo rumo ao reconhecimento dessa população e, com ele, de seus direitos. Dados confiáveis são essenciais para a formulação de políticas públicas que possam atender às necessidades de qualquer segmento populacional.

Uma sociedade em que todos os diversos grupos sociais sejam reconhecidos positivamente, *com*, e não *apesar*, de seus traços característicos é a sociedade que vislumbramos como ideal. E o Brasil pode, acreditamos, trazer de suas bases históricas e culturais não apenas a violência e o ódio que tanto se vê hoje em dia, mas também a tolerância e a compreensão, sem as quais, afinal, nenhum de nós estaria aqui.

É por acreditarmos ser real a possibilidade de ativação desse poder cultural de reconhecimento, *que o passado também nos legou*, é que pedimos aos nobres e às nobres Pares seu valioso apoio a este Projeto de Lei.



Sala das Sessões,

Senador VENEZIANO VITAL DO RÊGO



es2022-07623

Página 4 de 5

Avulso do PL 1082/2023



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.184, de 10 de Maio de 1991 - LEI-8184-1991-05-10 - 8184/91

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1991;8184>

- art2





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1083, DE 2023

Altera a Lei nº 14.238, de 19 de novembro de 2021, que institui o Estatuto da Pessoa com Câncer; e dá outras providências, para tornar obrigatória a notificação às autoridades sanitárias, pelos serviços de saúde que realizam exames complementares de auxílio ao diagnóstico clínico, dos laudos de exames que confirmem ou sugiram o diagnóstico de câncer.

AUTORIA: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

Altera a Lei nº 14.238, de 19 de novembro de 2021, que institui o *Estatuto da Pessoa com Câncer*; e dá outras providências, para tornar obrigatória a notificação às autoridades sanitárias, pelos serviços de saúde que realizam exames complementares de auxílio ao diagnóstico clínico, dos laudos de exames que confirmem ou sugiram o diagnóstico de câncer.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 14.238, de 19 de novembro de 2021, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“**Art. 3º.**

.....
Parágrafo único. Com vistas a atender ao disposto no inciso XI deste artigo, os serviços de saúde que realizam exames complementares de auxílio ao diagnóstico clínico ficam obrigados a notificar às autoridades sanitárias os casos de laudos que confirmem ou sugiram o diagnóstico de câncer, especificando, com dados anonimizados, as características do paciente e os resultados do exame, na forma do regulamento.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 180 dias após a data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

Esta proposição foi uma sugestão da cidadã paraibana **Flávia Cristina Fernandes Pimenta** que é médica hematologista, professora Associada da UFPB iniciando suas atividades em 1992 na disciplina de hematologia do Departamento de Medicina Interna/CCM, trabalha como médica hematologista do HULW, atualmente também leciona Hematologia na FAMENE/João Pessoa. É sócia proprietária do Laboratório Hemato-João Pessoa, um dos mais modernos e maiores da nossa capital.

Professora Flávia possui mestrado em Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição pela Universidade Federal da Paraíba (2006) e doutorado em Farmacologia área de concentração em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos da Universidade Federal da Paraíba (2012). Experiência na área de pesquisa em Medicina, com ênfase em clínica Médica, epidemiologia das doenças oncohematológicas, diagnóstico e tratamento das principais enfermidades na área de hematologia e oncohematologia. Atua em pesquisa e extensão nos seguintes temas: linfomas, anticorpos monoclonais, HTLV/HIV, Mieloma múltiplo, enfermidades auto-imunes, LMC, linfomas/epidemiologia e tratamento, epidemiologia das principais doenças oncohematológicas da infância e do adulto atua também em extensão nas áreas de oncologia e oncohematologia, hemoterapia e uso racional de sangue e hemoderivados.

Na área da gestão, nossa colaboradora foi diretora do Centro de Ciências Médicas, CCM/UFPB, Gerente de Atenção a Saúde do HULW/EBSERH e superintendente do Hospital Universitário Lauro Wanderley (UFPB/EBSERH).

Como o currículo mostra, a nossa colaboradora, que sugeriu a proposição, tem vasto conhecimento na área de oncologia e, por consequência, possui lugar fala sobre o tema tratado por essa proposição.

A importância da correta aferição da carga epidemiológica das doenças há muito tempo é conhecida pelas autoridades sanitárias.

O conhecimento da incidência de câncer, bem como dos tipos mais frequentes em uma determinada área, são informações valiosas, que permitem conhecer a real magnitude da doença e possibilitam a definição



dos fatores de risco e das prioridades para prevenção, planejamento e gerenciamento dos serviços de saúde, tendo um papel fundamental nas ações da Política Nacional de Atenção Oncológica.

A carga oncológica no Brasil é bastante elevada. Estimativas do Instituto Nacional de Câncer (INCA) preveem, para o ano de 2023, 73.610 novos casos de câncer de mama (com uma taxa de incidência de 41,89 por 100 mil mulheres) e 71.730 novos casos de câncer de próstata (taxa de incidência de 55,49 por 100 mil homens). As estimativas para todos os tipos de neoplasia são de 704.080 novos casos, com taxa de incidência de 325,53 por 100 mil habitantes.

Nesse contexto, há que ressaltar que nem todas as unidades da federação possuem serviços oncológicos especializados para o tratamento dos diferentes tipos de câncer, o que obriga a população dos Estados e municípios mais carentes a se deslocar para outras localidades a fim de obter o diagnóstico e o tratamento da doença. Essa deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) é ainda mais gravemente sentida em relação à assistência oncológica destinada a crianças e adolescentes, prestada por escassos serviços com elevada especialização.

Diante dessa realidade, este projeto de lei que apresentamos torna obrigatória a notificação às autoridades sanitárias, pelos serviços de saúde que realizam exames complementares de auxílio ao diagnóstico clínico, dos casos de laudos que confirmem ou sugiram o diagnóstico de câncer.

Esperamos que a relevância da proposta motive nossos Pares a aprimorá-la e aprová-la nesta Casa legislativa.

Sala das Sessões,

Senador VENEZIANO VITAL DO RÊGO



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 14.238, de 19 de Novembro de 2021 - LEI-14238-2021-11-19 , Estatuto da Pessoa com Câncer - 14238/21

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021;14238>

- art3



Projeto de Lei Complementar





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 48, DE 2023

Altera o art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para permitir, na área de educação, a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.

AUTORIA: Senador Laércio Oliveira (PP/SE)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2023

Altera o art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para permitir, na área de educação, a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 25.**.....

.....
 § 2º É vedada a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada, ressalvado o disposto no § 4º.

.....
 § 4º Estão ressalvadas da vedação contida no § 2º os saldos de transferências para programas declarados inativos na área de educação, que poderão ser redirecionadas para outras ações do ente beneficiado nessa mesma área.” (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição modifica a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para que recursos transferidos pelo Governo Federal para os entes subnacionais na área de educação possam, caso estejam “empocados” em programas inativos, ser empregados em ações dos entes beneficiados nessa mesma área.



O Painel de Investimentos em Educação Básica¹ informa que os estados e municípios possuíam, em abril de 2022, saldos no total de R\$ 308,44 milhões referentes a programas inativos.

São ações nacionais coordenadas pelo Ministério da Educação, no âmbito, por exemplo, do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), com prazos vencidos ou com perda de objeto.

Ao mesmo tempo, os entes subnacionais possuem milhares de obras escolares paralisadas por não disporem de recursos financeiros suficientes. A incorporação do presente projeto ao nosso ordenamento legal permitirá que essas obras sejam retomadas em proveito da população.

Nestes termos, conto com o apoio dos meus nobres Pares para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões,

Senador LAÉRCIO OLIVEIRA

¹ Disponível em: <https://tinyurl.com/bdcj56n2>.



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal -
101/00

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:2000;101>

- art25



Projeto de Resolução





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 27, DE 2023

Cria a Instituição Ambiental Independente no âmbito do Senado Federal.

AUTORIA: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2022

Cria a Instituição Ambiental Independente no âmbito do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É criada, no âmbito do Senado Federal, a Instituição Ambiental Independente, com a finalidade de:

I - elaborar cenários ambientais e climáticos atuais e futuros, com base em fontes oficiais, da sociedade civil e do setor privado;

II - avaliar o cumprimento de metas ambientais e climáticas definidas nacional e internacionalmente com base em pesquisas, relatórios e indicadores publicados nessas áreas;

III - estimar o impacto de eventos ambientais e climáticos relevantes, especialmente os decorrentes de desastres e de decisões dos Poderes da República.

§ 1º As competências estabelecidas nos incisos do *caput* não excluem nem limitam aquelas atribuídas a órgãos jurisdicionais, normativos ou de controle.

§ 2º A Instituição Ambiental Independente será dirigida por Conselho Diretor, composto de 3 (três) membros:

I - 1 (um) diretor-executivo indicado pelo Presidente do Senado Federal;

II - 1 (um) diretor indicado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado Federal;

III - 1 (um) diretor indicado pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.



§ 3º Os indicados ao Conselho Diretor, que deverão ser brasileiros de reputação ilibada e detentores de notório saber nos temas de competência da Instituição Fiscal Independente, serão submetidos a:

I - arguição pública;

II - aprovação pelo Senado Federal.

§ 4º O mandato dos membros do Conselho Diretor da Instituição Ambiental Independente será de 4 (quatro) anos, não admitida a recondução, observado o disposto no § 6º.

§ 5º Em caso de vacância, a escolha de novo diretor da Instituição Ambiental Independente para completar o tempo remanescente do mandato seguirá os critérios previstos nos §§ 2º e 3º.

§ 6º Os membros do Conselho Diretor exercerão mandatos não coincidentes, nomeados a cada 2 (dois) anos, alternadamente, observado, na primeira investidura, o mandato de 6 (seis) anos para o diretor-executivo, de 4 (quatro) anos para o diretor referido no inciso II do § 2º e de 2 (dois) anos para o diretor referido no inciso III do § 2º.

§ 7º Os membros do Conselho Diretor só poderão ser exonerados em caso de renúncia, condenação judicial transitada em julgado ou processo administrativo disciplinar, bem como por voto de censura aprovado pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal.

§ 8º É vedado aos membros do Conselho Diretor da Instituição Ambiental Independente o exercício regular de outra atividade profissional, inclusive gestão operacional de empresa, participação em organização da sociedade civil ou filiação político-partidária.

§ 9º A Instituição Ambiental Independente contará com Conselho de Assessoramento Técnico, que se reunirá preferencialmente a cada mês, composto por até 5 (cinco) brasileiros de reputação ilibada e detentores de notório saber nos temas de competência da Instituição, a serem nomeados pelo diretor-executivo do Conselho Diretor por tempo indeterminado.

§ 10. A Instituição Ambiental Independente poderá encaminhar, por intermédio da Mesa do Senado Federal, pedidos escritos



de informações a Ministros de Estado e a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, importando em crime de responsabilidade a recusa, o não atendimento no prazo de 30 (trinta) dias ou a prestação de informações falsas.

§ 11. Os relatórios elaborados pela Instituição Ambiental Independente para cumprimento das competências definidas nos incisos do *caput* serão tornados públicos após aprovação pela maioria do Conselho Diretor.

§ 12. Os relatórios referidos no § 11 informarão a eventual ocorrência de voto divergente.

§ 13. Antes do encerramento de cada ano, a Instituição Ambiental Independente apresentará, em reunião da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, a evolução do quadro ambiental e climático brasileiro, inclusive taxas anuais de desmatamento nos biomas brasileiros, em especial na Amazônia Legal, taxas de emissões de gases de efeito estufa e demais indicadores ambientais relevantes, com base nos trabalhos publicados pela Instituição, por instituições de pesquisa e pelos governos em todos os níveis.

Art. 2º A estrutura necessária ao funcionamento da Instituição Ambiental Independente será provida pelo Senado Federal mediante o remanejamento de servidores e serviços já existentes, devendo 60% (sessenta por cento), no mínimo, dos profissionais que lhe forem designados possuir titulação acadêmica de mestre ou doutor em áreas temáticas compatíveis com o objeto de atuação da Instituição, nos termos da regulamentação.

Parágrafo único. Ato da Comissão Diretora do Senado Federal disporá sobre a estrutura e o funcionamento da Instituição Ambiental Independente, bem como sobre as suas fontes orçamentárias, sendo vedado o contingenciamento de seus recursos.

Art. 3º As instituições oficiais competentes deverão prestar todas as informações necessárias ao pleno e adequado desempenho das atribuições da Instituição Ambiental Independente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

A criação da Instituição Ambiental Independente (IAI) tem como base o art. 71 da Constituição Federal, que confere ao Congresso Nacional a competência para exercer, com auxílio do Tribunal de Contas da União, o controle externo da Administração Pública, por meio de inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Inspirada na bem-sucedida Instituição Fiscal Independente, a IAI tem como objetivo trazer uma visão independente, crítica e construtiva sobre políticas públicas, evolução de indicadores e projeção de cenários nas áreas ambiental e climática.

A existência de uma instituição independente é fundamental para que haja diálogo entre os Poderes, maior confiabilidade nos dados, transparência quanto à dificuldade na implementação de políticas públicas e construção colaborativa de soluções. Trata-se de um instrumento moderno que dá projeção ao Poder Legislativo nas discussões sobre política ambiental brasileira, contribuindo para a produção de leis mais aderentes às necessidades não só do Poder Executivo, mas da população, dos biomas, dos recursos naturais e da fauna e flora brasileiras.

As competências da IAI envolvem a elaboração de cenários ambientais e climáticos, atuais e futuros; avaliação do cumprimento de metas estabelecidas em leis e acordos internacionais; e estimativa de impactos ambientais e climáticos nos casos de desastres e de decisões dos Poderes da República. Está prevista a apresentação de um relatório anual em reunião da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal antes do encerramento de cada ano, para demonstrar a evolução do quadro ambiental e climático brasileiro, inclusive taxas anuais de desmatamento nos biomas brasileiros, em especial na Amazônia Legal, taxas de emissões de gases de efeito estufa e demais indicadores ambientais relevantes, com base nos trabalhos publicados pela Instituição, por instituições de pesquisa e pelos governos em todos os níveis.

A IAI será dirigida por Conselho Diretor composto por 3 (três) membros: diretor-executivo, indicado pelo Presidente do Senado Federal, e 2 (dois) diretores, indicados pelas Comissões de Meio Ambiente e de Assuntos Sociais, para mandatos não coincidentes de 4 (quatro) anos, vedada recondução. Há previsão de Conselho de Assessoramento Técnico, composto por 5 (cinco) técnicos, para fornecer bases técnicas para as questões a serem estudadas e deliberadas.

gc2022-09476



5

Demonstrada a importância da Instituição Ambiental Independente para a modernização da gestão ambiental no País, convido os nobres colegas a aprovarem a presente proposição.

Sala das Sessões,

Senador VENEZIANO VITAL DO RÊGO



gc2022-09476

Página 6 de 7

Avulso do PRS 27/2023



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art71



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 30, DE 2022

Requer que sejam solicitadas, ao Ministro de Estado das Comunicações, as informações referentes à renovação da autorização outorgada à Associação Mercedesana de Integração e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mercês, Estado de Minas Gerais, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 356, de 2021.

AUTORIA: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática



[Página da matéria](#)



**REQ
00030/2022****REQUERIMENTO Nº 30, DE 2022-CCT**

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requiero sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à renovação da autorização outorgada à Associação Mercesana de Integração e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mercês, Estado de Minas Gerais, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 356, de 2021:

- comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;
- último relatório do Conselho Comunitário, contendo a grade de programação com a descrição e a avaliação dos programas veiculados;
- certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL);
- confirmação da inexistência da aplicação de pena de revogação da autorização por decisão administrativa definitiva;
- confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Sala da Comissão, 10 de agosto de 2022.

Senador Jean Paul Prates, Presidente em exercício

Senadora Daniella Ribeiro, Relatora

Senador Wellington Fagundes, Relator *ad hoc*





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 13ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 10 de agosto de 2022 (quarta-feira), às 09h30

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

| TITULARES | SUPLENTES | |
|---|-----------|------------------------------------|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP) | | |
| Eduardo Gomes | | 1. Simone Tebet (MDB) |
| Confúcio Moura (MDB) | Presente | 2. Carlos Viana (PL) |
| Daniella Ribeiro (PSD) | Presente | 3. Flávio Bolsonaro (PL) |
| Luis Carlos Heinze (PP) | | 4. Mailza Gomes (PP) |
| VAGO | | 5. VAGO |
| Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB) | | |
| Izalci Lucas (PSDB) | Presente | 1. Plínio Valério (PSDB) Presente |
| Rodrigo Cunha | | 2. Roberto Rocha (PTB) |
| VAGO | | 3. VAGO |
| Styvenson Valentim (PODEMOS) | Presente | 4. Flávio Arns (PODEMOS) Presente |
| Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS) | | |
| Angelo Coronel (PSD) | Presente | 1. Maria das Vitórias (PSD) |
| Vanderlan Cardoso (PSD) | Presente | 2. VAGO |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PTB) | | |
| Chico Rodrigues (UNIÃO) | Presente | 1. Zequinha Marinho (PL) |
| Wellington Fagundes (PL) | Presente | 2. Carlos Portinho (PL) Presente |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB, REDE) | | |
| Jean Paul Prates (PT) | Presente | 1. Fernando Collor (PTB) |
| Paulo Rocha (PT) | Presente | 2. Rogério Carvalho (PT) |
| PDT (PDT) | | |
| Acir Gurgacz (PDT) | | 1. Fabiano Contarato (PT) Presente |
| VAGO | | 2. VAGO |





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 13ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 10 de agosto de 2022 (quarta-feira), às 09h30

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 38, DE 2022

Requer, ao Ministro de Estado das Comunicações, informação referente à renovação da autorização para a execução do serviço de radiodifusão comunitária de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 426, de 2021.

AUTORIA: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática



[Página da matéria](#)



**REQ
00038/2022****REQUERIMENTO Nº 38, DE 2022-CCT**

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações a seguinte informação referente à renovação da autorização para a execução do serviço de radiodifusão comunitária de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 426, de 2021:

- Confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Sala da Comissão, 30 de novembro de 2022.

Senador Rodrigo Cunha, Presidente

Senador Jean Paul Prates, Relator

Senador Plínio Valério, Relator *ad hoc*





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 20ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 30 de novembro de 2022 (quarta-feira), às 11h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

| TITULARES | SUPLENTE | |
|---|---------------------------|----------|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP) | | |
| VAGO | 1. Simone Tebet (MDB) | |
| Confúcio Moura (MDB) | 2. Carlos Viana (PL) | Presente |
| Daniella Ribeiro (PSD) | 3. Flávio Bolsonaro (PL) | Presente |
| Luis Carlos Heinze (PP) Presente | 4. Mailza Gomes (PP) | Presente |
| VAGO | 5. VAGO | |
| Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PSDB, PODEMOS) | | |
| Izalci Lucas (PSDB) Presente | 1. Plínio Valério (PSDB) | Presente |
| Rodrigo Cunha (UNIÃO) Presente | 2. Roberto Rocha (PTB) | |
| VAGO | 3. VAGO | |
| Styvenson Valentim (PODEMOS) Presente | 4. Flávio Arns (PODEMOS) | Presente |
| Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (REPUBLICANOS, PSD) | | |
| Angelo Coronel (PSD) | 1. Sérgio Petecão (PSD) | |
| Vanderlan Cardoso (PSD) Presente | 2. VAGO | |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PTB, PL) | | |
| Chico Rodrigues (UNIÃO) Presente | 1. Zequinha Marinho (PL) | |
| Wellington Fagundes (PL) | 2. Carlos Portinho (PL) | Presente |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PROS, REDE) | | |
| Jean Paul Prates (PT) Presente | 1. Fernando Collor (PTB) | |
| Paulo Rocha (PT) | 2. Rogério Carvalho (PT) | Presente |
| PDT (PDT) | | |
| Acir Gurgacz (PDT) | 1. Fabiano Contarato (PT) | |
| VAGO | 2. VAGO | |



**SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES****LISTA DE PRESENÇA****Reunião:** 20ª Reunião, Extraordinária, da CCT**Data:** 30 de novembro de 2022 (quarta-feira), às 11h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9**NÃO MEMBROS DA COMISSÃO**

Nelsinho Trad
Soraya Thronicke
Marcos do Val
Paulo Paim



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 356, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Mercesana de Integração e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mercês, Estado de Minas Gerais.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 426, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação Manairama para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ouro Branco, Estado do Rio Grande do Norte.

Apresentados os Requerimentos nºs 30 e 38, de 2022-CCT, de informações ao Ministro de Estado das Comunicações.

Os Requerimentos vão à Mesa, para decisão.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 153, DE 2023

Oitiva da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o PL n° 1459/2022 (Substitutivo-CD).

AUTORIA: Senador Humberto Costa (PT/PE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PL 1459/2022 (Substitutivo-CD), que “dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de pesticidas, de produtos de controle ambiental e afins; altera a Lei Delegada nº 8, de 11 de outubro de 1962; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e dispositivo da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e dá outras providências”, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

JUSTIFICAÇÃO

O PL em questão tem sido alvo de muitas preocupações, incluindo cientistas e pesquisadores da área da saúde e dos direitos humanos. O PL originário desta casa, sofreu inúmeras alterações na Câmara dos Deputados, que o objetivo inicial acabou sendo desconfigurado.

Diversos trabalhos científicos vêm comprovando o impacto dos agrotóxicos nas pessoas. Em especial comprometendo os direitos a uma alimentação saudável, a um trabalho seguro (para os trabalhadores rurais principalmente) e a um meio ambiente equilibrado. São diversos os impactos



SF/23796.86839-03 (LexEdit)



na vida da população, sendo que esses mencionados acima afetam diretamente a dignidade humana. Sendo assim, solicito que essa comissão possa avaliar o PL para garantir que os direitos humanos sejam preservados.

Sala das Sessões, 13 de março de 2023.

Senador Humberto Costa
(PT - PE)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 154, DE 2023

Voto de aplauso à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, em especial ao Sr. Mario de Marco Rodrigues de Sousa, pelo belíssimo trabalho desempenhado no Aeroporto de Guarulhos, em 2021, que impediu a entrada de joias milionárias não declaradas no País pela comitiva do então governo Bolsonaro.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

Apresentamos este voto de aplauso em razão do trabalho fundamental efetivado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, em especial pelo Sr. Mario de Marco Rodrigues de Sousa, pelo belíssimo trabalho desempenhado no Aeroporto de Guarulhos, em 2021, que, conforme a imprensa de todo o Brasil revelou, impediu a entrada de joias milionárias não declaradas no País.

Os fatos revelam que um assessor do então ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, teve um pacote retido ao chegar de viagem oficial à Arábia Saudita. Os fiscais encontraram na bagagem de Marcos André dos Santos Soeiro joias avaliadas em R\$ 16 milhões que, segundo o ministro, eram destinadas "lá para a primeira-dama [Michelle Bolsonaro]".





Como chefe da alfândega, De Marco fez parte da equipe de auditores fiscais que impediu a entrada não declarada das jóias, enviadas como presente pela Arábia Saudita ao governo brasileiro, seguindo à risca os ditames constitucionais e legais, impedindo que objetos com valores milionários, e de origem ainda não devidamente explicada, adentrassem no Brasil sem o devido recolhimento de impostos.

Desse modo, os objetos, a bem da indisponibilidade do interesse público e da premissa de não patrimonialismo na República brasileira, não chegaram a ser incorporados ao acervo pessoal do ex-presidente da República. Por sua vez, o embrulho consistia em um lote de jóias, avaliadas em mais de R\$ 16 milhões (incluindo colar, brincos, anel e relógio).

Ato contínuo, Mario de Marco, já como delegado em 2022, resistiu à pressão do então secretário especial da Receita, Julio Cesar Vieira Gomes, para liberar os itens apreendidos. O ato do servidor auditor, conjuntamente com sua equipe, solidifica a promoção e garantia dos princípios que regem o nosso Estado Democrático de Direito e reafirmam o compromisso que a Receita Federal tem com toda a sociedade brasileira, o que é inclusive possibilitado pelo respeito à estabilidade funcional e à devida valorização dos servidores públicos.

O histórico e exitoso desempenho na função imprescindível concretizada pela Receita Federal quanto ao Comércio Exterior e nas Aduanas está parametrizado no art. 1º do Regimento Interno da Receita Federal, conforme o disposto a seguir:

“Art. 1º A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Economia, tem por finalidade:

I - planejar, coordenar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades de administração tributária federal e aduaneira [...].”





Ademais, e noutro giro que demonstra a competência da Receita Federal do Brasil, de acordo com o boletim semanal do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita), somente no período entre os dias 15 e 21 de fevereiro de 2023, o órgão atuou na apreensão de 603 kg de drogas e mais de R\$ 1,6 milhão em mercadorias irregulares, dados que ratificam a importância do trabalho tão competente e dedicado de todos os servidores e equipes distribuídos nas alfândegas dos quatro cantos de nosso país.

Dentro desse contexto, opera Mario de Marco Rodrigues de Sousa, delegado da Receita Federal, auditor fiscal da Receita desde 2006, cujo exímio trabalho desenvolvido no órgão impulsionou-o a assumir o cargo de chefia na vigilância de bagagens da alfândega do Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP) em setembro de 2021.

Apesar dos desafios inerentes à atividade fiscalizatória, o servidor tornou-se referência na demonstração da relevância da atribuição que a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil é responsável constitucionalmente. Nesse ínterim, Mario de Marco expandiu o conhecimento acerca do papel e o dia a dia do órgão, para todo brasileiro e brasileira, ao integrar o elenco do reality show “Aeroporto: área restrita”.

O mérito da Receita Federal, por meio de seu servidor, é grande e singular ao exercer o estrito cumprimento do dever legal durante o acontecimento que se tornou notícia veiculada em toda a imprensa nacional e internacional.

Destarte, esta moção expressa o sentimento da Casa Legislativa do Senado Federal em relação ao trabalho profícuo da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, bem como da atuação do auditor Mario de Marco Rodrigues de Sousa. Assim, remetemos essa justa homenagem a todos os que tornaram possível que a Receita Federal cumprisse seu papel constitucional em proteção aos princípios basilares da República Federativa do Brasil. Almejamos a um Brasil sem



a cultura patrimonialista de sempre, pretensão para a qual a Receita Federal tem um papel fulcral.

Sala das Sessões, 10 de março de 2023.

Senador Randolfe Rodrigues
(REDE - AP)
Senador da República





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 155, DE 2023

Realização de Sessão Especial, no dia 03/05/2023, a fim de comemorar o Dia do Parlamento, os 200 anos da Primeira Assembleia Constituinte e a criação do Poder Legislativo no Brasil.

AUTORIA: Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Zequinha Marinho (PL/PA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 03/05/2023, a fim de comemorar o Dia do Parlamento, os 200 anos da Primeira Assembleia Constituinte e a criação do Poder Legislativo no Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 3 de maio, celebramos, conforme instituído pela Lei nº 6.230, de 27 de julho de 1975, o Dia do Parlamento. Essa data assinala a instalação da primeira Assembleia Constituinte e a criação do Poder Legislativo no Brasil, em 1823.

Assim, esse importante dia sinaliza o início das atividades do Poder Legislativo em nosso país, com a reunião de deputados eleitos objetivando criar uma Constituição para o Brasil. A Assembleia conferiu concretude ao anseio de representatividade dos brasileiros.

Em discurso histórico, Dom Pedro I afirmou que, após mais de trezentos anos tendo o “indigno nome de colônia”, o Brasil começava a mostrar ao mundo “que é império, e império livre”.

De fato, em 1823, o Brasil, recém-liberto do domínio de Portugal, encontrava-se sob a influência de eventos históricos da maior relevância, como a independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa e a libertação da América espanhola.



SF/23871.68907-02 (LexEdit)





Ainda que símbolo da repartição de poderes, entretanto, a Assembleia Constituinte então instaurada teve graves conflitos com o Imperador D. Pedro I, na trilha das célebres discussões que marcaram a época.

Nessa linha, a Assembleia notabilizou-se por discutir temas ainda hoje da mais elevada relevância, como a liberdade de imprensa, numa sessão sempre lembrada pelo ambiente de tensão e tumulto. Na sequência da aprovação da proposta, houve a conhecida “Noite da Agonia”, que varou a madrugada do dia 11 para 12 de novembro.

Após o cercamento da Assembleia pela tropa imperial com peças de artilharia, a Assembleia foi dissolvida em 12 de novembro de 1823. Em que pese sua dissolução, a Assembleia até hoje é lembrada como símbolo da resistência ao excesso de poder do imperador e como tribuna de debates que marcaram a vida pública brasileira.

O esboço de Constituição de Andrada Machado, irmão de José Bonifácio e Martim Francisco não prosperou, mas é considerado uma referência no avanço rumo a um país mais moderno. Muitos de seus dispositivos foram incorporados à Carta outorgada de 1824.

Dessa forma, ao comemorar a mencionada data, o Poder Legislativo mostra sua resiliência e sua prontidão para debater os temas da maior relevância para o povo brasileiro. Propostas como o Bolsa Família, Auxílio-Gás, Auxílio-Emergencial e PEC da transição, são recentes exemplos de como as votações na Câmara e Senado impactam a vida do cidadão brasileiro.

Por isso, justifica-se a realização da sessão especial ora requerida, como forma de manter acesa a importância dos debates legislativos e das proposições aqui aprovadas.



Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 03/05/2023, a fim de comemorar o Dia do Parlamento, os 200 anos da Primeira Assembleia Constituinte e a criação do Poder Legislativo no Brasil.

Sala das Sessões, 10 de março de 2023.

Senador Rogério Carvalho
(PT - SE)

| Nome do Senador | Assinatura |
|-----------------|------------|
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 156, DE 2023

Requer que sejam prestadas informações, pelo Exmo. Sr. Ministro da Justiça, sobre a utilização de aviões das Forças Armadas por membros do Supremo Tribunal Federal.

AUTORIA: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Justiça, sobre a utilização de aviões das Forças Armadas por membros do Supremo Tribunal Federal.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Justiça, sobre a utilização de aviões das Forças Armadas por membros do Supremo Tribunal Federal.

Com o intento de orientar a requisição ora formulada, solicito que sejam respondidas as demandas que seguem, sem prejuízo do fornecimento de outras informações que o Ministério da Justiça reconhecer como importantes para a compreensão dos fatos:

1 – Quais foram as viagens feitas pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal por meio dos aviões das Forças Armadas (dia, horário, destino) desde o dia 01/01/2023 até a presente data?

2 - Quem autorizou a utilização dos aviões por parte dos Ministros?

3 – Quais foram os motivos para as viagens?

4 – Quem são os membros das comitivas e os Ministros que fizeram uso dos aviões?



SF/23380.47167-01 (LexEdit)



5 - A autorização para o transporte de autoridades das referidas autoridades é permanente ou se trata de casos extraordinários?

6 - Qual o custo de cada viagem realizada pelos Ministros do STF?

7- Quais os critérios utilizados para autorização?

Por fim, solicita-se o acesso às planilhas de voo das referidas viagens.

JUSTIFICAÇÃO

O uso dos aviões da FAB é regido pelo Decreto 10.267, de 05 de março de 2020, que dispõe sobre o transporte aéreo de autoridades em aeronaves do Comando da Aeronáutica.

De acordo com o art. 2º do Decreto somente poderão requerer transporte aéreo em aeronave do Comando da Aeronáutica, o Vice-Presidente da República, os Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal, os Ministros de Estado e os Comandantes das Forças Armadas e o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Todavia, conforme informações divulgadas pelo jornal “Gazeta do Povo”, em reportagem veiculada no dia 09 de março de 2023, alguns Ministros do Supremo Tribunal Federal, como Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso fizeram uso de aviões da Força Aérea Brasileira para seus deslocamentos.

Dessa forma, na qualidade de membro do Congresso Nacional, cujo papel é fiscalizar os atos do Poder Executivo, conforme previsão do art. 49 da Constituição Federal de 1988, solicito as informações acima discriminadas com o intuito de agregar insumos que permitam uma melhor compreensão do caso.

Por sua vez, o § 1º do art. 6º estabelece que caso haja solicitação de informação nos termos do disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro



2011, ou requisição pelos órgãos de controle, competirá à autoridade solicitante a disponibilização das informações a que se refere o caput.

Diante do exposto, peço o apoio dos meus pares para a aprovação do requerimento.

Sala das Sessões, 13 de março de 2023.

Senador Eduardo Girão
Líder do NOVO





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 157, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Defesa, informações sobre a utilização de aviões das Forças Armadas por membros do Supremo Tribunal Federal.

AUTORIA: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Defesa, informações sobre a utilização de aviões das Forças Armadas por membros do Supremo Tribunal Federal.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Defesa, informações sobre a utilização de aviões das Forças Armadas por membros do Supremo Tribunal Federal.

Com o intento de orientar a requisição ora formulada, solicito que sejam respondidas as demandas que seguem, sem prejuízo do fornecimento de outras informações que o Ministério da Defesa reconhecer como importantes para a compreensão dos fatos:

- 1 – Quais foram as viagens feitas pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal por meio dos aviões das Forças Armadas (dia, horário, destino) desde o dia 01/01/2023 até a presente data?
- 2 - Quem autorizou a utilização dos aviões por parte dos Ministros?
- 3 – Quais foram os motivos para as viagens?
- 4 – Quem são os membros das comitivas e os Ministros que fizeram uso dos aviões?



SF/23277.28292-09 (LexEdit)



5 - A autorização para o transporte de autoridades das referidas autoridades é permanente ou se trata de casos extraordinários?

6 - Qual o custo de cada viagem realizada pelos Ministros do STF?

7- Quais os critérios utilizados para autorização?

Por fim, solicita-se o acesso às planilhas de voo das referidas viagens.



JUSTIFICAÇÃO

O uso dos aviões da FAB é regido pelo Decreto 10.267, de 05 de março de 2020, que dispõe sobre o transporte aéreo de autoridades em aeronaves do Comando da Aeronáutica.

De acordo com o art. 2º do Decreto somente poderão requerer transporte aéreo em aeronave do Comando da Aeronáutica, o Vice-Presidente da República, os Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal, os Ministros de Estado e os Comandantes das Forças Armadas e o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Todavia, conforme informações divulgadas pelo jornal “Gazeta do Povo”, em reportagem veiculada no dia 09 de março de 2023, alguns Ministros do Supremo Tribunal Federal, como Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso fizeram uso de aviões da Força Aérea Brasileira para seus deslocamentos.

Dessa forma, na qualidade de membro do Congresso Nacional, cujo papel é fiscalizar os atos do Poder Executivo, conforme previsão do art. 49 da Constituição Federal de 1988, solicito as informações acima discriminadas com o intuito de agregar insumos que permitam uma melhor compreensão do caso.

Por sua vez, o § 1º do art. 6º estabelece que caso haja solicitação de informação nos termos do disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro



2011, ou requisição pelos órgãos de controle, competirá à autoridade solicitante a disponibilização das informações a que se refere o caput.

Diante do exposto, peço o apoio dos meus pares para a aprovação do requerimento.

Sala das Sessões, 13 de março de 2023.

Senador Eduardo Girão
Líder do NOVO





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 158, DE 2023

Urgência para o PL 3660/2021

AUTORIA: Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Eliziane Gama (PSD/MA), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 3660/2021, que altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor que laudo que ateste deficiência permanente terá validade indeterminada.

Sala das Sessões, 13 de março de 2023.

Senadora Eliziane Gama
(PSD - MA)
Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 159, DE 2023

Realização de Sessão de Debates Temáticos, a ser realizada em data oportuna, a fim de debater o tema “Juros, Inflação e Crescimento”.

AUTORIA: Presidente do Senado Federal



[Página da matéria](#)



RQS
00159/2023



SENADO FEDERAL
Presidência do Senado Federal

REQUERIMENTO Nº DE

Exmº. Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do inciso IV e § 7º do art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão de Debates Temáticos, a ser realizada em data oportuna, a fim de debater o tema “Juros, Inflação e Crescimento”.

Proponho para a sessão a presença dos seguintes convidados:

1. Ministro da Fazenda – Sr. Fernando Haddad;
2. Ministra do Planejamento e Orçamento – Sra. Simone Tebet;
3. Presidente do Banco Central do Brasil – Sr. Roberto Campos Neto;
4. Ex-presidente do Banco Central do Brasil – Sr. Arminio Fraga;
5. Diretor-Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNIF) – Sr. Rodrigo Maia;
6. Presidente da Federação Brasileira de Bancon (FEBRABAN) – Sr. Isaac Sidney Menezes Ferreira;
7. Representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
8. Representante da Confederação Nacional do Transporte (CNT);
9. Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC);
10. Representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP);



SF/23/11.44995-70 (LexEdit)

Página: 1/4 13/03/2023 17:36:23

51b45d55f162f76c5b6019ac0ec072a5c82352d1



11. Representante do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (BrasilCon);
12. Representante da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE);
13. Marcos Lisboa – Doutor em Economia pela Universidade da Pensilvânia, ex-secretário de política econômica (2003-2005), ex-vice-presidente do Itaú e ex-presidente do Insper;
14. Carlos Viana de Carvalho – Ph.D. em Economia pela Princeton University, professor da PUC-Rio, ex-diretor do Banco Central do Brasil (2016-2019), ex-economista sênior do Federal Reserve Bank of New York (2007-2011), diretor e sócio da Radix Asset Management; e
15. Bruno Funchal – Doutor em Economia pela FGV, ex-secretário de estado da fazenda do Espírito Santo (2017-2018), ex-secretário do Tesouro Nacional e CEO da Bradesco Asset.

JUSTIFICAÇÃO

Inflação é uma palavra antiga no léxico dos brasileiros. Como é de conhecimento comum, nosso país tem um histórico sofrível com as altas de preços, com destaque para a hiperinflação dos anos 1980 e 1990, quando a inflação anual chegou a medir incríveis 2.477,15%. Recentemente, os brasileiros voltaram a sentir no bolso as aflições derivadas do excesso de injeção monetária, quando, em 2021, o IPCA indicou um aumento no nível geral de preços de 10,06% no ano.

Não à toa, logo antes, entre agosto de 2020 e março de 2021, a meta da taxa básica da economia – Taxa Selic – estava fixada em 2% ao ano. Portanto, como também já foi empiricamente comprovado pela história nacional – e internacional –, inversamente correlacionada com a inflação está a taxa básica de juros, definida



SF/23111.44995-70 (LexEdit)

Página: 2/4 13/03/2023 17:36:23

51b45d55f162f76c5b6019ac0ec072a5c82352d1



pelo Banco Central (Bacen) com o objetivo fundamental – conforme o *caput* do art. 1º da Lei Complementar nº 179, de 2021 – de assegurar a estabilidade de preços.

Não obstante, o parágrafo único do supracitado artigo também informa que, sem prejuízo de seu objetivo fundamental, o Banco Central do Brasil tem por objetivos suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego. Ocorre que esses objetivos ficam prejudicados quando a taxa Selic está muito elevada, uma vez que esta serve de base para todos os demais juros da economia (como os utilizados por bancos na concessão de crédito), já que são os juros pagos pelo tomador de menor risco do Brasil – ou seja, o próprio Tesouro Nacional.

A Selic é uma taxa de juros nominal – *i.e.* que embute as expectativas inflacionárias. Sendo assim, há um *gap* entre o valor dessa taxa e a inflação esperada. Esse *gap* são os chamados juros reais, os verdadeiros responsáveis por trazer a inflação para a meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e implementada pelo Bacen.

No caso do Brasil, os juros reais constantemente figuram entre os mais altos do mundo. Isso ocorre, em grande parte, devido às incertezas quanto à condução das políticas fiscal e monetária do país. Inseguranças a respeito, por exemplo, da dívida pública, âncora fiscal, reforma tributária e liberdade econômica afetam enormemente as expectativas quanto ao câmbio, a inflação e, conseqüentemente, os juros nacionais.

Logo, a necessidade da manutenção dos juros elevados por mais tempo, embora traga segurança quanto ao atingimento das metas de inflação – algo essencial para o desenvolvimento socioeconômico do nosso país, também compromete a tomada/concessão de crédito, o ímpeto empreendedor e o crescimento de curto prazo.



SF/23111.44995-70 (LexEdit)

Página: 3/4 13/03/2023 17:36:23

51b45d55f162f76c5b6019ac0ec072a5c82352d1



Sendo assim, ao mesmo tempo em que não é viável o aumento descontrolado de preços – diretamente relacionado com perda de poder de compra, maus investimentos, alocação inadequada de capital, desorganização econômica, fragilização monetária, aumento da desigualdade social e diversas outras mazelas –, também não é desejado o sufocamento da economia no curto prazo.

Por tudo isso, é imperativo que dialoguemos, a fim de identificar os motivos por trás das elevadas expectativas inflacionárias e dos vultosos juros reais que predominam no Brasil. Dessa maneira, será possível direcionar nossos esforços para a construção de soluções capazes de evitar a perda do poder de compra da nossa população sem prejudicar o crescimento imediato da nossa economia.

Face a importância do assunto, conclamo os nobres membros desta Casa a aprovarem o requerimento apresentado.

Sala das Sessões, 13 de março de 2023.

Senador Rodrigo Pacheco
(PSD - MG)
Presidente do Senado Federal



SF/23/11.44995-70 (LexEdit)

Página: 4/4 13/03/2023 17:36:23

51b45d55f162f76c5b6019ac0ec072a5c82352d1



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PSB - Ana Paula Lobato** (S)

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PL - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

São Paulo

MDB - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Morais**

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos*
PSD - Margareth Buzetti* (S)
PL - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

PP - Luis Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Ceará

PDT - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraíba

PSD - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Rio Grande do Norte

PODEMOS - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogerio Marinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Alagoas

MDB - Renan Calheiros*
UNIÃO - Rodrigo Cunha*
MDB - Fernando Farias** (S)

Sergipe

PSDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PODEMOS - Oriovisto Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Acre

UNIÃO - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
UNIÃO - Alan Rick**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
UNIÃO - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Distrito Federal

PSDB - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damares Alves**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PSD - Dr. Samuel Araújo* (S)
PL - Jaime Bagattoli**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
REDE - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus*
PP - Dr. Hiran**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Democracia - 30 MDB-10 / UNIÃO-9 / PODEMOS-4 / PDT-3 PSDB-3 / REDE-1

| | |
|---------------------------|--------------|
| Alan Rick | UNIÃO / AC |
| Alessandro Vieira | PSDB / SE |
| Carlos Viana | PODEMOS / MG |
| Cid Gomes | PDT / CE |
| Confúcio Moura | MDB / RO |
| Davi Alcolumbre | UNIÃO / AP |
| Eduardo Braga | MDB / AM |
| Efraim Filho | UNIÃO / PB |
| Fernando Dueire | MDB / PE |
| Fernando Farias | MDB / AL |
| Giordano | MDB / SP |
| Ivete da Silveira | MDB / SC |
| Izalci Lucas | PSDB / DF |
| Jader Barbalho | MDB / PA |
| Jayme Campos | UNIÃO / MT |
| Leila Barros | PDT / DF |
| Marcelo Castro | MDB / PI |
| Marcio Bittar | UNIÃO / AC |
| Marcos do Val | PODEMOS / ES |
| Oriovisto Guimarães | PODEMOS / PR |
| Plínio Valério | PSDB / AM |
| Professora Dorinha Seabra | UNIÃO / TO |
| Randolfe Rodrigues | REDE / AP |
| Renan Calheiros | MDB / AL |
| Rodrigo Cunha | UNIÃO / AL |
| Sergio Moro | UNIÃO / PR |
| Soraya Thronicke | UNIÃO / MS |
| Styvenson Valentim | PODEMOS / RN |
| Veneziano Vital do Rêgo | MDB / PB |
| Weverton | PDT / MA |

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 28 PSD-16 / PT-8 / PSB-4

| | |
|-------------------|----------|
| Ana Paula Lobato | PSB / MA |
| Angelo Coronel | PSD / BA |
| Augusta Brito | PT / CE |
| Beto Faro | PT / PA |
| Chico Rodrigues | PSB / RR |
| Daniella Ribeiro | PSD / PB |
| Dr. Samuel Araújo | PSD / RO |
| Eliziane Gama | PSD / MA |
| Fabiano Contarato | PT / ES |
| Flávio Arns | PSB / PR |
| Humberto Costa | PT / PE |
| Irajá | PSD / TO |
| Jaques Wagner | PT / BA |
| Jorge Kajuru | PSB / GO |
| Jussara Lima | PSD / PI |
| Lucas Barreto | PSD / AP |
| Mara Gabrilli | PSD / SP |
| Margareth Buzetti | PSD / MT |
| Nelsinho Trad | PSD / MS |
| Omar Aziz | PSD / AM |
| Otto Alencar | PSD / BA |
| Paulo Paim | PT / RS |
| Rodrigo Pacheco | PSD / MG |

| | |
|-------------------|----------|
| Rogério Carvalho | PT / SE |
| Sérgio Petecão | PSD / AC |
| Teresa Leitão | PT / PE |
| Vanderlan Cardoso | PSD / GO |
| Zenaide Maia | PSD / RN |

Bloco Parlamentar Vanguarda - 23 PL-12 / PP-6 / REPUBLICANOS-4 / NOVO-1

| | |
|--------------------------|-------------------|
| Astronauta Marcos Pontes | PL / SP |
| Carlos Portinho | PL / RJ |
| Ciro Nogueira | PP / PI |
| Cleitinho | REPUBLICANOS / MG |
| Dameres Alves | REPUBLICANOS / DF |
| Dr. Hiran | PP / RR |
| Eduardo Girão | NOVO / CE |
| Eduardo Gomes | PL / TO |
| Esperidião Amin | PP / SC |
| Flávio Bolsonaro | PL / RJ |
| Hamilton Mourão | REPUBLICANOS / RS |
| Jaime Bagattoli | PL / RO |
| Jorge Seif | PL / SC |
| Laércio Oliveira | PP / SE |
| Luis Carlos Heinze | PP / RS |
| Magno Malta | PL / ES |
| Mecias de Jesus | REPUBLICANOS / RR |
| Rogério Marinho | PL / RN |
| Romário | PL / RJ |
| Tereza Cristina | PP / MS |
| Wellington Fagundes | PL / MT |
| Wilder Moraes | PL / GO |
| Zequinha Marinho | PL / PA |

| | |
|--|-----------|
| Bloco Parlamentar Democracia | 30 |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática | 28 |
| Bloco Parlamentar Vanguarda | 23 |
| TOTAL | 81 |



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

| | | |
|------------------------------------|-------------------------------------|--|
| Alan Rick** (UNIÃO-AC) | Fernando Farias** (MDB-AL) | Nelsinho Trad* (PSD-MS) |
| Alessandro Vieira* (PSDB-SE) | Flávio Arns* (PSB-PR) | Omar Aziz** (PSD-AM) |
| Ana Paula Lobato** (PSB-MA) | Flávio Bolsonaro* (PL-RJ) | Oriovisto Guimarães* (PODEMOS-PR) |
| Angelo Coronel* (PSD-BA) | Giordano* (MDB-SP) | Otto Alencar** (PSD-BA) |
| Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP) | Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS) | Paulo Paim* (PT-RS) |
| Augusta Brito** (PT-CE) | Humberto Costa* (PT-PE) | Plínio Valério* (PSDB-AM) |
| Beto Faro** (PT-PA) | Irajá* (PSD-TO) | Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO) |
| Carlos Portinho* (PL-RJ) | Ivete da Silveira* (MDB-SC) | Randolfe Rodrigues* (REDE-AP) |
| Carlos Viana* (PODEMOS-MG) | Izalci Lucas* (PSDB-DF) | Renan Calheiros* (MDB-AL) |
| Chico Rodrigues* (PSB-RR) | Jader Barbalho* (MDB-PA) | Rodrigo Cunha* (UNIÃO-AL) |
| Cid Gomes* (PDT-CE) | Jaime Bagattoli** (PL-RO) | Rodrigo Pacheco* (PSD-MG) |
| Ciro Nogueira* (PP-PI) | Jaques Wagner* (PT-BA) | Rogério Carvalho* (PT-SE) |
| Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG) | Jayme Campos* (UNIÃO-MT) | Rogério Marinho** (PL-RN) |
| Confúcio Moura* (MDB-RO) | Jorge Kajuru* (PSB-GO) | Romário** (PL-RJ) |
| Dameres Alves** (REPUBLICANOS-DF) | Jorge Seif** (PL-SC) | Sergio Moro** (UNIÃO-PR) |
| Daniella Ribeiro* (PSD-PB) | Jussara Lima** (PSD-PI) | Sérgio Petecão* (PSD-AC) |
| Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP) | Laércio Oliveira** (PP-SE) | Soraya Thronicke* (UNIÃO-MS) |
| Dr. Hiran** (PP-RR) | Leila Barros* (PDT-DF) | Styvenson Valentim* (PODEMOS-RN) |
| Dr. Samuel Araújo* (PSD-RO) | Lucas Barreto* (PSD-AP) | Teresa Leitão** (PT-PE) |
| Eduardo Braga* (MDB-AM) | Luis Carlos Heinze* (PP-RS) | Tereza Cristina** (PP-MS) |
| Eduardo Girão* (NOVO-CE) | Magno Malta** (PL-ES) | Vanderlan Cardoso* (PSD-GO) |
| Eduardo Gomes* (PL-TO) | Mara Gabrilli* (PSD-SP) | Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB) |
| Efraim Filho** (UNIÃO-PB) | Marcelo Castro* (MDB-PI) | Wellington Fagundes** (PL-MT) |
| Eliziane Gama* (PSD-MA) | Marcio Bittar* (UNIÃO-AC) | Weverton* (PDT-MA) |
| Esperidião Amin* (PP-SC) | Marcos do Val* (PODEMOS-ES) | Wilder Moraes** (PL-GO) |
| Fabiano Contarato* (PT-ES) | Margareth Buzetti* (PSD-MT) | Zenaide Maia* (PSD-RN) |
| Fernando Dueire* (MDB-PE) | Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR) | Zequinha Marinho* (PL-PA) |

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO
COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Cunha - (UNIÃO-AL)

1º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

2º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

3º SECRETÁRIO

Chico Rodrigues - (PSB-RR)

4º SECRETÁRIO

Styverson Valentim - (PODEMOS-RN)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - VAGO

2º - VAGO

3º - VAGO

4º - VAGO



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

| | | |
|---|--|--|
| <p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PDT/PSDB/REDE) - 30</p> <p style="text-align: center;">Líder Efraim Filho - UNIÃO (4,18) Vice-Líder Professora Dorinha Seabra (21,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do MDB - 10 Eduardo Braga (6)</p> <p style="text-align: center;">Líder do UNIÃO - 9 Efraim Filho (4,18) Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (21,27) Davi Alcolumbre (26) Alan Rick (28)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PODEMOS - 4 Oriovisto Guimarães (9) Vice-Líder do PODEMOS Styvenson Valentim (24)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 3 Cid Gomes (14)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 3 Izalci Lucas (5)</p> <p style="text-align: center;">Líder do REDE - 1</p> | <p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PT/PSB) - 28</p> <p style="text-align: center;">Líder Eliziane Gama - PSD (29)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 16 Otto Alencar (7) Vice-Líder do PSD Omar Aziz (31)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 8 Fabiano Contarato (10)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 4 Jorge Kajuru (8) Vice-Líder do PSB Ana Paula Lobato (20)</p> | <p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/PP/REPUBLICANOS/NOVO) - 23</p> <p style="text-align: center;">Líder Wellington Fagundes - PL (15) Vice-Líder Luis Carlos Heinze (30)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PL - 12 Carlos Portinho (22)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 6 Tereza Cristina (12)</p> <p style="text-align: center;">Líder do REPUBLICANOS - 4 Mecias de Jesus (11) Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (33)</p> <p style="text-align: center;">Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (19,25)</p> |
| <p style="text-align: center;">Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder Jaques Wagner - PT (2)</p> | <p style="text-align: center;">Oposição</p> <p style="text-align: center;">Líder Rogério Marinho - PL (16) Vice-Líderes Eduardo Girão (19,25) Magno Malta (23) Eduardo Gomes (32)</p> | <p style="text-align: center;">Minoria</p> <p style="text-align: center;">Líder Ciro Nogueira - PP (1,3,13)</p> |
| <p style="text-align: center;">Maioria</p> <p style="text-align: center;">Líder Renan Calheiros - MDB (17)</p> | | |

Notas:

- Em 02.01.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
- Em 06.01.2023, o Senador **Jaques Wagner** foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
- Em 01.02.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Bloco Progressistas/Republicanos (Of. nº 1/2023-Lid PP/Republicanos).
- Em 01.02.2023, o Senador **Efraim Filho** foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
- Em 01.02.2023, o Senador **Izalci Lucas** foi designado Líder do Partido Social Democracia Brasileira (Of. s/n/2023).
- Em 01.02.2023, o Senador **Eduardo Braga** foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 071/2022-GLMDB).
- Em 01.02.2023, o Senador **Otto Alencar** foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
- Em 01.02.2023, o Senador **Jorge Kajuru** foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
- Em 01.02.2023, o Senador **Oriovisto Guimarães** foi designado Líder do Podemos (Of. 1/2023-GLPODEMOS).
- Em 01.02.2023, o Senador **Fabiano Contarato** foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 003/2023-GLDPT).
- Em 01.02.2023, o Senador **Mecias de Jesus** foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
- Em 02.02.2023, a Senadora **Tereza Cristina Corrêa** foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
- Em 03.02.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
- Em 03.02.2023, o Senador **Cid Gomes** foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 02/2023-GLPDT).
- Em 06.02.2023, o Senador **Wellington Fagundes** foi designado Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 48/2023-BLVANG).
- Em 06.02.2023, o Senador **Rogério Marinho** foi designado Líder da Oposição (Of. nº 03/2023-GSFB).
- Em 08.02.2023, o Senador **Renan Calheiros** foi designado Líder da Maioria (Of. 5/2023-GLUNIAO).
- Em 08.02.2023, o Senador **Efraim Filho** foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
- Em 08.02.2023, o Senador **Eduardo Girão** foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
- Em 08.02.2023, a Senadora **Ana Paula Lobato** foi designada Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro - PSB (Of. nº 1/2023-GLDPSB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



21. Em 16.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. 4/2023-BLDEM).
22. Em 17.02.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. 1/2023-GLPL).
23. Em 27.02.2023, o Senador Magno Malta foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
24. Em 27.02.2023, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PODEMOS (Of. 05/2023-GLPODEMOS).
25. Em 27.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
26. Em 28.02.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
27. Em 28.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
28. Em 28.02.2023, o Senador Alan Rick foi designado 3º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
29. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
30. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
31. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
32. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado Vice-Líder da Oposição (Of. nº 04/2023-GLDOP).
33. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016****Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**Designação:** 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

VAGO

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes**Telefone(s):** 61 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DOS YANOMAMI E A SAÍDA DOS GARIMPEIROS

Finalidade: Acompanhar "in loco" a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros de suas terras, no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Requerimento 34, de 2023

Número de membros: 8

PRESIDENTE: Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾

Instalação: 15/02/2023

MEMBROS

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾

Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾

Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾

Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽⁵⁾

Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁷⁾

Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾

Notas:

1. Em 08.02.2023, os Senadores Chico Rodrigues, Dr. Hiran e Mecias de Jesus foram designados membros titulares para compor a Comissão (RQS nº 34/2023).
2. Em 09.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular para compor a Comissão (Of. 8/2023-GSEGAMA).
3. Em 15.02.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular para compor a Comissão (RQS nº 66/2023).
4. Em 15.02.2023, foram eleitos os Senadores Chico Rodrigues e Eliziane Gama como Presidente e Vice Presidente da comissão. O Senador Dr. Hiran foi designado relator (Of. nº 01/2023 - CTEYanomami).
5. Em 1º.03.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular para compor a Comissão (Of. 11/2023-GSMPONTE).
6. Em 1º.03.2023, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular para compor a Comissão (SF/23418.31524-10).
7. Em 1º.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular para compor a Comissão.

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | Secretárias-Adjuntas: Camila Moraes Bittar e Erika Leal Mello

Telefone(s): 3303 3510

E-mail: cteyanomami@senado.leg.br



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

VAGO



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE:

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE) | |
| Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽²⁾ | 1. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽²⁾ |
| Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽²⁾ | 2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(2,5) |
| Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ⁽²⁾ | 3. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(2,5) |
| Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾ | 4. Senador Giordano (MDB-SP) ^(2,5) |
| Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽²⁾ | 5. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ^(2,5) |
| Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽²⁾ | 6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽²⁾ |
| Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽²⁾ | 7. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾ |
| Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾ | 8. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾ |
| Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾ | 9. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾ |
| Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽²⁾ | 10. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽²⁾ |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB) | |
| Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾ | 1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾ |
| Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾ | 2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁴⁾ |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾ | 3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾ |
| Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾ | 4. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾ |
| Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾ | 5. Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) ⁽⁴⁾ |
| Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾ | 6. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾ |
| Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾ | 7. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾ |
| Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾ | 8. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁴⁾ |
| Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾ | 9. |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PP, REPUBLICANOS, NOVO) | |
| Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾ | 1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾ |
| Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾ | 2. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾ |
| Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾ | 3. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾ |
| Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾ | 4. Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾ |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁾ | 5. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾ |
| Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾ | 6. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾ |
| Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾ | 7. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾ |

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Romário, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Fernando Dueire, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Weverton e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeru o Senador Vanderlan Cardoso Presidente deste colegiado.
- Em 07.03.2023, os Senadores Vanderlan Cardoso, Irajá, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo,



Paulo Paim, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

5. Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Efraim Filho, Giordano e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE) | |
| Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾ | 1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,6) |
| Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽³⁾ | 2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,6) |
| Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽³⁾ | 3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,6) |
| Senador Giordano (MDB-SP) ⁽³⁾ | 4. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ^(3,6) |
| Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ⁽³⁾ | 5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾ |
| Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾ | 6. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾ |
| Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾ | 7. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽³⁾ |
| Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾ | 8. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB) | |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾ | 1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾ |
| Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾ | 2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾ |
| Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾ | 3. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾ |
| Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾ | 4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾ |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾ | 5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾ |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾ | 6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾ |
| Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽²⁾ | 7. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾ |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PP, REPUBLICANOS, NOVO) | |
| Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾ | 1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾ |
| Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁾ | 2. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾ |
| Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾ | 3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾ |
| Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾ | 4. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) ⁽¹⁾ |
| Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾ | 5. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽¹⁾ |
| Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾ | 6. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽⁵⁾ |

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Romário, Eduardo Girão, Wilder Moraes, Dr. Hiran, Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 004/2023-BLREDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete Silveira, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Alan Rick, Davi Alcolumbre, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Carlos Viana, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e a Senadora Mara Gabrilli o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLVANG).
- Em 10.03.2023, os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Marcelo Castro e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCI

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽⁴⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|---|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE) | |
| Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽²⁾ | 1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(2,5) |
| Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽²⁾ | 2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(2,5) |
| Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽²⁾ | 3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,5) |
| Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾ | 4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(2,5) |
| Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽²⁾ | 5. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(2,5) |
| Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽²⁾ | 6. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(2,5) |
| Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽²⁾ | 7. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾ |
| Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾ | 8. Senador Giordano (MDB-SP) ⁽²⁾ |
| Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾ | 9. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾ |
| Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽²⁾ | 10. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽²⁾ |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB) | |
| Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽³⁾ | 1. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽³⁾ |
| Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽³⁾ | 2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾ |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾ | 3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽³⁾ |
| Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽³⁾ | 4. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽³⁾ |
| Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾ | 5. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽³⁾ |
| Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽³⁾ | 6. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾ |
| Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾ | 7. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾ |
| Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽³⁾ | 8. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(3,5) |
| Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽³⁾ | 9. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽³⁾ |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PP, REPUBLICANOS, NOVO) | |
| Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾ | 1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾ |
| Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾ | 2. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) ⁽¹⁾ |
| Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾ | 3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾ |
| Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁾ | 4. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾ |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁾ | 5. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾ |
| Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾ | 6. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾ |
| Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾ | 7. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾ |

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Eduardo Girão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Fernando Farias, Carlos Viana, Randolfe Rodrigues, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado.
- Em 10.03.2023, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick e Giordano foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).



Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁶⁾

| TITULARES | Suplentes |
|---|---|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE) | |
| Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽⁵⁾ | 1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(5,8) |
| Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ⁽⁵⁾ | 2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(5,8) |
| Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽⁵⁾ | 3. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ^(5,8) |
| Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁵⁾ | 4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(5,8) |
| Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽⁵⁾ | 5. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁵⁾ |
| Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁵⁾ | 6. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁵⁾ |
| Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽⁵⁾ | 7. |
| Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁵⁾ | 8. |
| Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁵⁾ | 9. |
| Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁵⁾ | 10. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB) ^(1,2) | |
| Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾ | 1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾ |
| Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾ | 2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾ |
| Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾ | 3. Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) ⁽⁴⁾ |
| Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾ | 4. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽⁴⁾ |
| | 5. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾ |
| Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾ | 6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾ |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾ | 7. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁴⁾ |
| Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾ | 8. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾ |
| Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾ | 9. |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PP, REPUBLICANOS, NOVO) | |
| Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽³⁾ | 1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(3,7) |
| Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽³⁾ | 2. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽³⁾ |
| Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽³⁾ | 3. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) ⁽³⁾ |
| Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽³⁾ | 4. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽³⁾ |
| Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽³⁾ | 5. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾ |
| Senador Romário (PL-RJ) ^(3,7) | 6. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽³⁾ |
| Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽³⁾ | 7. |

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

2. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

3. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Romário, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

4. Em 07.03.2023, os Senadores Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Jaques Wagner e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

5. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Alan Rick, Ivete Silveira, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

6. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Flávio Arns e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

7. Em 08.03.2023, o Senador Romário foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).



8. Em 10.03.2023, os Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Soraya Thronicke e Alan Rick foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|---|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE) | |
| Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽³⁾ | 1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾ |
| Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾ | 2. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾ |
| Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾ | 3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽³⁾ |
| Senador Giordano (MDB-SP) ⁽³⁾ | 4. |
| Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾ | 5. |
| Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾ | 6. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB) | |
| Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽²⁾ | 1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(2,5) |
| Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾ | 2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾ |
| Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) ^(2,5) | 3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾ |
| Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾ | 4. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾ |
| Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾ | 5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾ |
| Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾ | 6. |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PP, REPUBLICANOS, NOVO) | |
| Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾ | 1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾ |
| Senador Zequinha Marinho (PL-PA) ⁽¹⁾ | 2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾ |
| Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾ | 3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾ |
| Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾ | 4. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾ |
| Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽¹⁾ | 5. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾ |

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Wellington Fagundes, Jorge Seif, Carlos Portinho, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Beto Faro e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues, Carlos Viana e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Fabiano Contarato Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo foi designado membro titular e o Senador Vanderlan Cardoso, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 06/2023-BLRESDEM).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior**Reuniões:** Quartas-Feiras 09:00 -**Telefone(s):** 61 33033284**E-mail:** cma@senado.leg.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE) | |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾ | 1. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽³⁾ |
| Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾ | 2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽³⁾ |
| Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾ | 3. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽³⁾ |
| Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ⁽³⁾ | 4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾ |
| Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾ | 5. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽³⁾ |
| Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾ | 6. |
| Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾ | 7. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB) | |
| Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾ | 1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾ |
| Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾ | 2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾ |
| Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾ | 3. Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) ⁽²⁾ |
| Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾ | 4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾ |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾ | 5. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾ |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾ | 6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾ |
| Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾ | 7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽²⁾ |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PP, REPUBLICANOS, NOVO) | |
| Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾ | 1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾ |
| Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾ | 2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽¹⁾ |
| Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾ | 3. VAGO ⁽¹⁾ |
| Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾ | 4. |
| Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽⁵⁾ | 5. |

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Magno Malta, Romário, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Humberto Costa e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete Silveira, Carlos Viana, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alan Rick, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio**Reuniões:** Segundas-Feiras 14:00 horas -**Telefone(s):** 61 3303-2005**Fax:** 3303-4646**E-mail:** cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE) | |
| Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾ | 1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,6) |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(3,6) | 2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,6) |
| Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾ | 3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,6) |
| Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽³⁾ | 4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,6) |
| Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾ | 5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾ |
| Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾ | 6. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾ |
| Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽³⁾ | 7. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾ |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB) | |
| Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾ | 1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾ |
| Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾ | 2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾ |
| Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾ | 3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽²⁾ |
| Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾ | 4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾ |
| Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾ | 5. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾ |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾ | 6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾ |
| Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾ | 7. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾ |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PP, REPUBLICANOS, NOVO) | |
| Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾ | 1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾ |
| Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾ | 2. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾ |
| Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(1,5) | 3. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁾ |
| Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾ | 4. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾ |
| Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾ | 5. Senador Romário (PL-RJ) ⁽⁵⁾ |

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Moraes, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE).
- Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7**Telefone(s):** 3303-5919**E-mail:** cre@senado.leg.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|---|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE) | |
| Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽²⁾ | 1. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾ |
| Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽²⁾ | 2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(2,5) |
| Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ⁽²⁾ | 3. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(2,5) |
| Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾ | 4. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,5) |
| Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽²⁾ | 5. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽²⁾ |
| Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽²⁾ | 6. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾ |
| Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾ | 7. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽²⁾ |
| Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾ | 8. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾ |
| Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾ | 9. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽²⁾ |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB) | |
| Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽⁴⁾ | 1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾ |
| Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾ | 2. Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) ⁽⁴⁾ |
| Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾ | 3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁴⁾ |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾ | 4. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾ |
| Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾ | 5. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾ |
| Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾ | 6. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾ |
| Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾ | 7. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾ |
| Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾ | 8. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾ |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PP, REPUBLICANOS, NOVO) | |
| Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾ | 1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾ |
| Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽¹⁾ | 2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾ |
| Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾ | 3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾ |
| Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾ | 4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾ |
| Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾ | 5. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾ |
| Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽¹⁾ | 6. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾ |

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Alan Rick, Randolfe Rodrigues, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura Presidente deste colegiado.
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Dr. Samuel Araújo, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Alan Rick e Randolfe Rodrigues foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -**Telefone(s):** 61 3303-4607**Fax:** 61 3303-3286**E-mail:** ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|---|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE) | |
| Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽²⁾ | 1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(2,5) |
| Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾ | 2. Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ^(2,5) |
| Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾ | 3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(2,5) |
| Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾ | 4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(2,5) |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,5) | 5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽²⁾ |
| Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾ | 6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾ |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB) | |
| Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾ | 1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾ |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾ | 2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾ |
| Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾ | 3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾ |
| Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾ | 4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾ |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾ | 5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾ |
| | 6. |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PP, REPUBLICANOS, NOVO) | |
| Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾ | 1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾ |
| Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾ | 2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁾ |
| Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾ | 3. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) ⁽¹⁾ |
| Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾ | 4. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾ |
| Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾ | 5. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾ |

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Zequinha Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcelo Castro, Carlos Viana e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Ivete da Silveira, Alan Rick e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CDR).
- Em 07.03.2023, os Senadores Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Beto Faro e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Zenaide Maia, Otto Alencar, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular e os Senadores Fernando Farias, Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -**Telefone(s):** 61 3303-4282**Fax:** 3303-1627**E-mail:** cdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:**

| TITULARES | Suplentes |
|--|---|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE) | |
| Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾ | 1. Senador Giordano (MDB-SP) ^(3,5) |
| Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽³⁾ | 2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,5) |
| Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽³⁾ | 3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,5) |
| Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽³⁾ | 4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,5) |
| Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽³⁾ | 5. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾ |
| Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾ | 6. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB) | |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾ | 1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾ |
| Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽²⁾ | 2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾ |
| Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾ | 3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽²⁾ |
| Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾ | 4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾ |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾ | 5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾ |
| Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾ | 6. |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PP, REPUBLICANOS, NOVO) | |
| Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾ | 1. Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽¹⁾ |
| Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾ | 2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁾ |
| Senador Zequinha Marinho (PL-PA) ⁽¹⁾ | 3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾ |
| Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾ | 4. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾ |
| Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾ | 5. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾ |

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Zequinha Marinho, Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Morais, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Tereza Cristina e Esperidião Amin membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima, Otto Alencar, Angelo Coronel, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Fernando Farias, Jader Barbalho, Davi Alcolumbre, Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Giordano, Ivete da Silveira e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRA).
- Em 10.03.2023, os Senadores Giordano, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes**Reuniões:** Quintas-Feiras 8:00 horas -**Telefone(s):** 3303 3506**E-mail:** cra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

| TITULARES | Suplentes |
|--|---|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE) | |
| Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ⁽³⁾ | 1. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽³⁾ |
| Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾ | 2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾ |
| Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾ | 3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾ |
| Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽³⁾ | 4. |
| Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾ | 5. |
| Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾ | 6. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB) | |
| Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾ | 1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾ |
| Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾ | 2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾ |
| Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾ | 3. |
| Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾ | 4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾ |
| Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾ | 5. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾ |
| Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾ | 6. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾ |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PP, REPUBLICANOS, NOVO) | |
| Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾ | 1. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾ |
| Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾ | 2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾ |
| Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾ | 3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾ |
| Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾ | 4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁾ |
| | 5. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾ |

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran foram designados membros titulares, e os Senadores Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Lucas Barreto, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Carlos Viana e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre, Marcos do Val e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Carlos Viana Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2023-SACCT).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

| TITULARES | Suplentes |
|--|-----------|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE) | |
| | 1. |
| | 2. |
| | 3. |
| | 4. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB) | |
| | 1. |
| | 2. |
| | 3. |
| | 4. |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PP, REPUBLICANOS, NOVO) | |
| | 1. |
| | 2. |
| | 3. |

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes

Telefone(s): 3303-4488

E-mail: csf@senado.leg.br



**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE) | |
| Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾ | 1. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽³⁾ |
| Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ⁽³⁾ | 2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾ |
| Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾ | 3. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾ |
| Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾ | 4. |
| Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾ | 5. |
| Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾ | 6. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB) | |
| Senadora Mara Gabrielli (PSD-SP) ⁽²⁾ | 1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(2,7) |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,7) | 2. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾ |
| Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(2,5) | 3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾ |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾ | 4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾ |
| Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾ | 5. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾ |
| Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁶⁾ | 6. |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PP, REPUBLICANOS, NOVO) | |
| Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁾ | 1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾ |
| Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾ | 2. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁾ |
| Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾ | 3. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾ |
| Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾ | 4. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾ |
| Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽¹⁾ | 5. |

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrielli, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcos do Val e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeru o Senador Omar Aziz Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-SACTFC).
- Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLRESDM).
- Em 09.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLRESDM).
- Em 09.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 14/2023-BLRESDM).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|---|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE) | |
| Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾ | 1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾ |
| Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽³⁾ | 2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾ |
| Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾ | 3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾ |
| Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾ | 4. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾ |
| Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾ | 5. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾ |
| Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾ | 6. |
| Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽³⁾ | 7. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB) | |
| Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾ | 1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾ |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾ | 2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾ |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾ | 3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽²⁾ |
| Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) ⁽²⁾ | 4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾ |
| Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾ | 5. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾ |
| Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾ | 6. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾ |
| Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁵⁾ | 7. |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PP, REPUBLICANOS, NOVO) | |
| Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾ | 1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾ |
| Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾ | 2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾ |
| Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾ | 3. |
| Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾ | 4. |
| | 5. |

Notas:

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professor Sergio Moro, Alan Rick, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim filho, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Dr. Samuel Araújo, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Lucas Barreto, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Augusta Brito, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM).

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Sérgio Petecão e Jorge Kajuru Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 08.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 5/2023-BLRESDM).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda**Reuniões:** Quintas-Feiras 9:00 horas -**Telefone(s):** (61) 3303-2315**E-mail:** csp@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
*(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)***Atualização:** 27/06/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

Atualização: 07/06/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: naot@senado.leg.br



3) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

| SENADOR | BLOCO / PARTIDO |
|----------------|------------------------|
| VAGO | Procurador do Senado |

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NAOT
Telefone(s): 33035714



4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

Atualização: 03/02/2017



5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

| SENADOR | CARGO |
|---|---------------|
| Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾ | OUVIDOR-GERAL |

Atualização: 26/02/2019

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



6) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA
(Resolução do Senado Federal n° 17, de 2021)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



7) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



8) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



9) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



10) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



11) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

Secretaria Geral da Mesa

NPG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

